



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**PARQUE ESTADUAL DA PEDRA BRANCA: O VISÍVEL E O
INVISÍVEL NA PAISAGEM DE UM TERRITÓRIO EM DISPUTA.**

MÁRCIA CRISTINA DE OLIVEIRA DIAS

Sob a orientação da professora

Annelise Caetano Fraga Fernandez

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências Sociais**, no Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais.

Seropédica – RJ

Agosto de 2017

D541p Dias, Marcia Cristina de Oliveira, 1964-
Parque Estadual da Pedra Branca: o visível e o
invisível na paisagem de um território em disputa /
Marcia Cristina de Oliveira Dias. - 2017.
130 f.: il.

Orientador: Annelise Caetano Fraga Fernandez.
Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em
Ciências Sociais, 2017.

1. Conflitos socioambientais. 2. Unidades de
Conservação. 3. Parque Estadual. 4. Paisagem. 5.
Território. I. Fernandez, Annelise Caetano Fraga ,
1967-, orient. II Universidade Federal Rural do Rio
de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Ciências
Sociais III. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
CIÊNCIAS SOCIAIS**

MÁRCIA CRISTINA DE OLIVEIRA DIAS

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências Sociais** no Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM ____/____/2017.

Annelise Caetano Fraga Fernandez Professora Dra. UFRRJ
(Orientadora)

Naara Lúcia de Albuquerque Luna Professora Dra. UFRRJ

Rogério Ribeiro de Oliveira Professor Dr. PUC-Rio

DEDICO

Aos meus filhos e netos.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pois sem Ele eu não teria chegado até aqui.

Aos meus filhos, pelo incentivo, carinho e compreensão.

À minha orientadora Annelise Fernandez, por sua sabedoria, pelas orientações e pelo aprendizado proporcionado durante os anos da graduação e do mestrado. Mais que orientadora, Annelise revelou-se uma verdadeira amiga. Sua generosidade, companheirismo, gentileza, otimismo e confiança me motivaram a não desistir da caminhada. Gratidão por me apresentar o Sertão Carioca e sua população laboriosa, seus usos e costumes.

À população nativa do Maciço da Pedra Branca, gratidão pelos saberes e experiências compartilhados, pelas histórias de vida e de resistência, pelas conversas, vínculos e experiências partilhadas....Sandro, Adilson, Rita, Sr. Arnaldo, Sr. Arlindo, Claudino, Sr. Thiago, Lia, dona Dalila, Madalena, José Antônio (Russo), Sr. João, Francisco, Angélica, Jorge Cardia, Cristina, Pedro Mesquita, Silvia, Alice, Maraci, ao griô Pingo (*in memoriam*).

À Fernanda Ferreira, companheira nas atividades do mestrado, no campo, nos inúmeros eventos acadêmicos dos quais participamos. Juntas, vivenciamos os anseios e conquistas inerentes à jornada acadêmica.

Ao Parque Estadual da Pedra Branca – administração, gestores, guarda-parques – pela receptividade, troca de informações e entrevistas.

Ao Geraldo Espínola Soriano de Souza Nunes, Gerente de Licenciamento Ambiental, na empresa Furnas S.A, pela gentileza no esclarecimento de dúvidas e fornecimento de informações.

Ao Pedro da Cunha e Menezes, idealizador da Trilha Transcarioca, pelas informações e entrevista.

À Mariana Ingrid, minha jovem amiga e companheira desde a graduação. Gratidão pelo incentivo, confiança e por seu sorriso sincero e inspirador.

Ao PPGCS-UFRRJ e a todo seu corpo docente.

A todos que, direta ou indiretamente, me acompanharam nesta jornada.

RESUMO

DIAS, Márcia Cristina de Oliveira. **Parque Estadual da Pedra Branca: o visível e o invisível na paisagem de um território em disputa.** 2017. 160 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2017.

Esta pesquisa tem como objetivo abordar os conflitos socioambientais, no Parque Estadual da Pedra Branca – uma Unidade de Conservação criada em 1974 no município do Rio de Janeiro. Nessa área vivem cerca de cinco mil moradores, entre os quais, agricultores familiares e habitantes de três comunidades quilombolas. Diante da ameaça de remoção, essa população criou estratégias de resistência e de permanência nesse território – adoção de identidades coletivas, identificação de lugares de memória, participação política nos espaços de debate de políticas ambientais. Neste mesmo cenário, determinadas marcas do sertão carioca foram sendo apropriadas, ressignificadas e oficializadas como atrativos turísticos do parque. Paralelamente, novos elementos foram agregados a essa paisagem – placas institucionais, cancelas, sedes, polo de visitação. Em meio à disputa por legitimação e direito ao território, surge um terceiro ator, a Trilha Transcarioca – uma trilha de longo percurso que atravessa seis unidades de conservação, incluindo o PEPB – ampliando o debate sobre uso público nos parques. O estudo da paisagem, interpretada pelos diferentes atores locais, torna possível a percepção do contexto sócio-histórico de formação da paisagem deste território, assim como os vínculos e sentidos atribuídos ao mesmo. Além da discussão teórica acerca dos conceitos de paisagem e território, do registro da polaridade de olhares e da desnaturalização das interferências realizadas nos parques, a presente pesquisa qualitativa é complementada por entrevistas com os atores locais, participação em eventos, reuniões e festividades, pesquisas documental e bibliográfica. A obra *O Sertão Carioca*, publicada em 1936, é acionada como importante fonte etnográfica dos modos de vida dessa população laboriosa cujos usos e costumes remetem ao sertão. À medida que os valores ambientalistas associam as belezas naturais à ideia de paisagem, o morador é identificado como um invasor e uma ameaça à conservação desta natureza/paisagem. Nesse cenário, resgatar a história social do maciço e entender que paisagem não é natureza, mas uma construção social, é essencial para a compreensão dos vários sentidos e representações atribuídos a este território transformado em Unidade de Conservação de Proteção Integral.

Palavras-chave: conflitos socioambientais, unidade de conservação, paisagem.

ABSTRACT

DIAS, Márcia Cristina de Oliveira. **Pedra Branca State Park: the visible and the invisible in the landscape of a disputed territory.** 2017. 160 p. Dissertation (Master in Social Sciences. Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2017.

This research aims to address social and environmental conflicts, in the State Park of Pedra Branca – a Conservation Unit created in 1974 in the city of Rio de Janeiro. In this area live about five thousand residents, including, family farmers and inhabitants of three quilombola communities. Faced with the threat of removal, this population created strategies of resistance and permanence in that territory - adoption of collective identities, identification of places of memory, political participation in the spaces of debate of environmental policies. In this same scenario, certain brands of the backwoods of Rio de Janeiro were appropriated, resignified and officialized as tourist attractions of the park. In parallel, new elements were added to this landscape – institutional plaques, gates, venues, poles of visitation. In the middle of the dispute for legitimacy and right to territory, a third actor appears, the Transcarioca Trail – a long path that traverses six conservation units, including PEPB – expanding the debate about public use in parks. The study of the landscape, interpreted by the different local actors, makes possible the perception of the socio-historical context of the formation of the landscape of this territory, as well as the links and meanings attributed to it. Beyond of the theoretical discussion about the concepts of landscape and territory, the record of the polarity of looks and the denaturalization of interference in parks, this qualitative research is complemented by interviews with local actors, participation in events, meetings and festivals, documental and bibliographical research. The book *O Sertão Carioca*, published in 1936, is triggered as an important ethnographic source of the ways of life of this laboring population whose customs and customs refer to the sertão. As environmental values associate natural beauties with the idea of landscape, the dweller is identified as an invader and a threat to the conservation of this nature / landscape. In this case, rescue the social history of the massif and understand that landscape is not nature, but a social construction, is essential for the understanding of the various senses and representations attributed to this territory transformed into an Integral Protection Conservation Unit.

Keywords: socio-environmental conflicts, conservation unit, landscape.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Mapa do Sertão Carioca	38
Figura 2. Represa do Camorim.....	41
Figura 3. Igreja de São Gonçalo do Amarante	42
Figura 4. Tropa da Banana.	44
Figura 5. Igreja de São Gonçalo do Amarante. Em destaque: ano de construção da Igreja.....	54
Figura 6. Casa Amarela	55
Figura 7. Mapa dos caminhos até a Casa Amarela.....	56
Figura 8. Mapa com a localização do PEPB	61
Figura 9. Placa de identificação do PEPB – Gestão 2003-2006.....	67
Figura 10. Placa de identificação do PEPB – Gestão 2015-2017.....	68
Figura 11. Transcrição das informações e avisos contidos na Placa de identificação.....	68
Figura 12. Bananais e Caquizais na paisagem do PEPB.	87
Figura 13. Muro na Comunidade Quilombola do Camorim.	90
Figura 14. Área desmatada para construção de condomínio – Alto Camorim.....	91
Figura 15. Placa comunitária de identificação da Comunidade Cafundá Astrogilda.....	92
Figura 16. Caderneta de pagamento dos terrenos. Banco de Crédito Móvel.	93
Figura 17. Casa de estuque. Comunidade Cafundá Astrogilda.	95
Figura 18. Igreja de Nossa Senhora da Conceição.	96
Figura 19. Placa institucional da Comunidade Quilombola Cafundá Astrogilda.....	97
Figura 20. Trechos da Trilha Transcarioca.....	104
Figura 21. Imagens da sinalização da Trilha Transcarioca	109
Figura 22. Conversa no Facebook.	113

LISTA DE ABREVIATURAS

APP	Área de Preservação Permanente
CDB	Convenção sobre Diversidade Biológica
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
ECO-92	Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
FAPERJ	Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro
FEEMA	Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente
FUNBIO	Fundo Brasileiro para a Biodiversidade
IBDF	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
ICMBIO	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ICN	Instituto de Conservação da Natureza
IEF	Fundação Instituto Estadual de Florestas
IHBAJA	Instituto Histórico da Baixada de Jacarepaguá
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INEA	Instituto Estadual do Ambiente
INEPAC	Instituto Estadual do Patrimônio Cultural
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MTT	Movimento Trilha Transcarioca
NUPIF	Núcleo de Prevenção de Incêndios Florestais
ONG	Organização Não Governamental
PEPB	Parque Estadual da Pedra Branca
PROEXT	Programa de Extensão
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RIMA	Relatório de Impacto ao Meio Ambiente
RTID	Relatório Técnico de Identificação e Delimitação
SEA	Secretaria Estadual do Ambiente
SERLA	Superintendência Estadual de Rios e Lagoas
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
UC	Unidade de Conservação
TTC	Trilha Transcarioca
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I: TERRITÓRIO E PAISAGEM: O CARÁTER POLISSÊMICO E INTERDISCIPLINAR DOS CONCEITOS	22
CAPÍTULO II: ANTES DE O QUINTAL DA MINHA CASA VIRAR PARQUE.....	32
2.1. O Histórico de Ocupação do Maciço da Pedra Branca.....	32
2.2. Maciço da Pedra Branca por Magalhães Corrêa: Uma Etnografia do Sertão Carioca	36
2.2.1. Metabolismo social: a transformação da natureza através do trabalho.....	43
2.3. População nativa: as representações sobre o território	50
2.3.1. Igreja de São Gonçalo do Amarante	53
2.3.2. Casa Amarela.....	55
CAPÍTULO III: PARQUE ESTADUAL DA PEDRA BRANCA: UM TERRITÓRIO EM DISPUTA	58
3.1. As marcas institucionais na paisagem de um parque.....	64
3.2. Plano de Manejo e Zoneamento do PEPB: Uso do Solo e os Novos Conflitos	69
3.2.1. Linhas de transmissão de energia: os impactos ambientais num parque urbano	74
3.3. Subvertendo o mito da natureza intocada: as marcas do Sertão Carioca no parque	78
3.3.1. Trilha da Casa Amarela.....	79
3.3.2. Nascente Elos Dona Nolola.....	80
3.4. Agricultores familiares: novas estratégias na luta pelo direito ao território	81
3.4.1. Dia do Tira Caqui	83
3.4.2. Festa do Caqui	84
3.4.3. Do nativo ao exótico: os cultivos do caqui e da banana	85
3.5. Comunidades Quilombolas num Parque Estadual: exemplos de sobreposição de territórios	88
3.5.1. Comunidade Quilombola do Camorim	89
3.5.2. Comunidade Quilombola Cafundá Astrogilda	92
3.5.3. Comunidade Quilombola D. Bilina	98
CAPÍTULO IV: USO PÚBLICO DE UMA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO: O CASO DA TRILHA TRANSCARIOCA	100
4.1. Entre o público e o privado: uma relação conflituosa	100
4.2. Trilha Transcarioca: as pegadas nas árvores de um parque urbano	103
CONSIDERAÇÕES FINAIS	116
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	119
ANEXOS.....	128

INTRODUÇÃO

O conceito de paisagem não é uma unanimidade. Esse conceito apresenta diferentes leituras e significados. Se por um lado, a paisagem é identificada com o visível ao olhar, com a materialidade, o aspecto físico, por outro, encontramos diversos teóricos que definem a paisagem a partir de seu valor simbólico, de sua imaterialidade e como resultante da interação entre humanos e não-humanos. Concomitantemente, é importante destacar que não há consenso na leitura do visível. O que vemos, como vemos e como interpretamos é determinado por nossos valores, pelo contexto sociocultural em que estamos inseridos. Cabe ainda ressaltar que, para além do material e do simbólico, a paisagem inclui os sons e os cheiros – que são reais, mas não visíveis – perceptíveis em consonância com o vínculo territorial do observador. O estudo da paisagem, interpretada por diferentes atores torna possível a percepção do contexto sócio-histórico de formação da paisagem de determinado território assim como os vínculos e sentidos atribuídos ao mesmo.

Este estudo torna-se especialmente relevante quando o campo de pesquisa é uma Unidade de Conservação do tipo parque e cujos moradores se encontram ameaçados de remoção devido ao mito naturalista (DIEGUES, 2001), que pressupõe a incompatibilidade entre permanência humana e conservação da natureza. A paisagem nessas circunstâncias torna-se expressão de duas concepções distintas a respeito da relação sociedade-natureza¹.

Na obra intitulada *O mito moderno da natureza intocada*, publicada originalmente em 1994, Diegues aborda as relações entre o ser humano e natureza em áreas protegidas, especialmente nas florestas tropicais localizadas no Brasil. De acordo com o autor, especialmente no Brasil e nas florestas tropicais de outros países do Terceiro Mundo, é praticamente impossível encontrar mata virgem, uma natureza selvagem, pois em algum período histórico, estes espaços já foram ocupados e transformados pela ação humana. Sendo assim, a ideia de parques sem moradores, no modelo do primeiro parque nacional do mundo, o Parque Nacional de Yellowstone, criado em 1872, nos Estados Unidos, não se justificaria.

¹ Nos estudos ambientais destacam-se duas correntes – conservacionista e socioambientalista – e, conseqüentemente, dois modos de representar os territórios, ou seja, duas paisagens distintas. A corrente conservacionista defende o uso responsável dos recursos naturais. Nestes pensadores, a paisagem natural pode sofrer algumas modificações decorrentes de seu uso racional. Porém esse uso deve ser em benefício da maioria da sociedade e não representar a destruição total da natureza. “Essas ideias foram precursoras do que hoje se chama de ‘desenvolvimento sustentável’” (DIEGUES, 2001, p. 29). Por outro lado, o movimento socioambientalista, concebe a ideia de uma natureza associada à presença do homem. No Brasil, o movimento socioambientalista surge na década de 1980, a partir da mobilização da sociedade civil e de ambientalistas em prol da defesa dos modos de vida da população tradicional da Amazônia, ameaçados pela intensa exploração desenvolvimentista e capitalista de seus recursos naturais (SANTILLI, 2005). “O socioambientalismo foi construído a partir da ideia de que as políticas públicas ambientais devem incluir e envolver as comunidades locais, detentoras de conhecimentos e de práticas de manejo ambiental” (SANTILLI, 2005, p. 14). A paisagem produzida a partir do olhar socioambiental reconhece e reflete a interação entre o homem e o meio ambiente – entre natureza e cultura. É uma paisagem que traz em si a história pretérita e atual dos grupos sociais que contribuíram para a sua formação.

Esse modelo de área protegida de uso indireto, que não permite haver residentes no interior da área, mesmo quando este se trata de comunidades tradicionais presentes há muitas gerações, parte do princípio de que toda relação entre sociedade e natureza é degradadora e destruidora do mundo natural e selvagem (DIEGUES, 2004, p. 9).

Apesar de reconhecer que nem todos os moradores de áreas protegidas são conservacionistas, Diegues defende que

em países subdesenvolvidos, a conservação poderá ser mais bem alcançada com a real integração e participação das populações tradicionais que, [...] em grande parte foram responsáveis pela diversidade biológica que hoje se pretende resguardar (DIEGUES, 2001, p. 159).

No Maciço da Pedra Branca, município do Rio de Janeiro, está localizado uma das maiores florestas urbanas do mundo, o Parque Estadual da Pedra Branca – PEPB. Embora a Lei do Sistema Nacional de Unidade de Conservação – SNUC² –, no artigo 11, parágrafo 1º, determine que as áreas particulares das UCs do tipo parque sejam desapropriadas, neste território vivem cerca de cinco mil moradores – agricultores, remanescentes de comunidades quilombolas, trabalhadores urbanos, jovens estudantes. Cabe ressaltar que a maioria dessa população tem um histórico de vida nesta área. Relatos dos atuais moradores e análises do espaço físico e de registros em imagens revelam que esta ocupação remete há, pelo menos, 400 anos.

A paisagem do maciço integra ações passadas e presentes e expressa as mudanças impostas às condições de subsistência deste grupo trazidas pelos novos padrões de organização da atividade agrícola, dos mercados e das cidades, assim como permite identificar as alterações trazidas à paisagem florestal do Maciço da Pedra Branca após 1974, com a criação do PEPB.

A história de ocupação do maciço aliada aos modos de vida e dos cultivos introduzidos pelo homem testemunham a interação entre este e a natureza desde um passado remoto e questionam as representações vigentes sobre a existência de uma natureza intocada, ou seja, um espaço sem a presença humana, onde a natureza seria mantida virgem, intocada, sem a presença ou interferência de moradores.

No olhar da população nativa³ do Maciço da Pedra Branca, esse território é muito mais que provedor dos meios de subsistência, é parte constitutiva de suas identidades. Espaço de produção e reprodução de seus modos de vida, sua cultura, sua história. Essa relação com o território é evidenciada a partir da leitura da paisagem, que funciona como um meio de

² Lei do SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação – criada em julho de 2000, com o objetivo de estabelecer critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação.

³ Nessa pesquisa, o termo “população nativa” e “nativo” são utilizados como referência ao morador que nasceu no Maciço da Pedra Branca, antes ou depois da criação do PEPB.

representar e fazer conhecer esse território e os conflitos pelo uso do solo e direito à terra que se materializam na paisagem. De um lado, temos os projetos dos órgãos ambientais e de outro, os projetos e modos de vida das populações.

Numa terceira vertente estão os trilheiros⁴, que veem na paisagem do PEPB uma possibilidade de contemplação da natureza, de relaxamento e, ao mesmo tempo, compreensão da importância da conservação dos ecossistemas. Em outras palavras, podemos dizer que um parque urbano atua como um oásis em meio ao caos e estresse da vida urbana. Uma possibilidade de conviver com a natureza sem a necessidade de se afastar da vida urbana.

Considerando que a paisagem é produzida por diferentes atores e por meio de diferentes linguagens, procuramos pensá-la nesta pesquisa, por meio das representações dos moradores, especialmente, os agricultores e as comunidades quilombolas (grupo 1), dos agentes ambientais (grupo 2) e dos visitantes do Parque Estadual da Pedra Branca (grupo 3).

O grupo dos visitantes – que também se autodenominam como montanhistas, excursionistas ou trilheiros – faz um uso diferenciado desse território, que em confronto com usos comunitários e com os ideais de conservação da natureza, alimenta a discussão sobre uso público em Unidades de Conservação. Vários grupos organizam caminhadas pelas trilhas oficiais do PEPB. A presente pesquisa apresenta o processo de implantação e sinalização da Trilha Transcarioca – oficialmente inaugurada em 11 de fevereiro do presente ano. O percurso total desta trilha abrange 180km e atravessa seis Unidades de Conservação localizadas no estado do Rio de Janeiro.

A equipe da Trilha Transcarioca é composta, majoritariamente, por voluntários⁵ que sinalizam as trilhas existentes – com uma logomarca específica – e abrem outras trilhas – formando corredores verdes, integrando as Unidades de Conservação. Segundo informações disponibilizadas na página virtual da Trilha Transcarioca, entre seus objetivos, destacam-se melhorias na gestão das UCs, aumento de fluxo de visitantes e geração de emprego e renda. A implantação da Trilha Transcarioca ampliou o debate em torno do uso público do PEPB. Moradores, gestores e trilheiros ocuparam espaços de discussão sobre sua implantação, percurso e infraestrutura entre outras questões.

Nesses espaços fica evidente, por um lado, a preocupação dos moradores com a proteção do meio ambiente e os impactos decorrentes da presença maciça de caminhantes. De outro, o destaque dado pela equipe da Trilha Transcarioca ao suposto crescimento econômico que a implantação da Trilha pode propiciar aos moradores do entorno. Interessante notar que, apesar de o discurso desse último grupo enfatizar a importância de se preservar a atual

⁴ Definimos aqui trilheiros, em um sentido amplo, como visitantes que percorrem as trilhas do Parque por diferentes motivações: ecológicas, para fins de contemplação, lazer ou atividade esportiva. Trataremos mais à frente de algumas distinções e formas específicas de nomeação desses visitantes do Parque.

⁵ No presente trabalho, a utilização do termo “voluntário (s)” refere-se às pessoas que trabalham voluntariamente no projeto de sinalização da Trilha Transcarioca e que não fazem parte da administração do PEPB.

paisagem do PEPB, suas ações também interferem diretamente nessa mesma paisagem, embora não sejam percebidas como tal. A logomarca do grupo é pintada em árvores, trilhas são manejadas e novas placas de sinalização são colocadas em pontos considerados estratégicos. Cabe ressaltar que essa é uma prática comum – como grande parte das interferências nos parques para garantir a visitação, desde sua origem no século XIX – mas passível de ser desnaturalizada.

Conforme anteriormente citado, o Parque Estadual da Pedra Branca é uma das maiores florestas urbanas do mundo. Essa característica o transforma num espaço privilegiado de contemplação da natureza e relaxamento em meio ao estresse da vida urbana. A apreciação da natureza, seja nas trilhas, em mirantes, no alto de montanhas, à beira de uma cachoeira etc., implica muitas vezes no ato de caminhar, que é assim um ato repleto de significados e reverbera em inúmeras transformações do eu interior e da percepção da ‘natureza’,

Assim, o caminhar revela-se um instrumento que, precisamente pela sua intrínseca característica de simultânea leitura e escrita do espaço, se presta a escutar e interagir na variabilidade desses espaços, a intervir no seu contínuo devir com uma ação sobre o campo, no aqui e agora das transformações, compartilhando desde dentro as mutações daqueles espaços que põem em crise o projeto contemporâneo (CARERI, 2013, P. 32-33).

O caminhante, mesmo quando não intervêm fisicamente na paisagem, a modifica, no momento em que projeta novos olhares, percepções e significados sobre a mesma.

Apesar de os três grupos supracitados apresentarem discursos em prol da conservação do meio ambiente e, mais especificamente, dos recursos naturais do PEPB, o vínculo com esse território e a representação de sua paisagem são distintos. É justamente, essa heterogeneidade de percepções e vínculos com o território que despertou o interesse em elencá-los como representantes dos diferentes usos no PEPB.

As discussões protagonizadas por esses grupos giram em torno do tema de uso público e, por conseguinte, costumam diversas outras tensões, como por exemplo, a tensão entre domínio público e privado (moradores), a tensão entre preservação, conservação e visitação e os diferentes sentidos do caminhar para os visitantes e moradores.

Os critérios adotados no zoneamento do PEPB evidenciam essas tensões ao listar, entre outras, a zona de preservação e a zona de conservação. Na zona de preservação, são permitidas as pesquisas científicas, manejo de flora e fauna e ações de proteção e fiscalização da floresta. Porém, a visitação é proibida. Na zona de conservação, além das atividades permitidas na zona de preservação também são permitidas a visitação e atividades recreativas e de educação ambiental. A zona de preservação remete à ideia de uma natureza quase intocada, uma área onde o homem deve intervir apenas o necessário para a reprodução ‘natural’ da floresta. Em compensação, na zona de conservação, a circulação de pessoas é permitida e até mesmo incentivada – não de pessoas quem tem a floresta como seu local de moradia, mas daquelas que veem a floresta como um local de lazer, de relaxamento, uma opção de interação com a natureza. Já as áreas habitadas e manejadas pelos moradores da unidade de conservação são classificadas como áreas de uso conflitante.

Larrère e Larrère (1997) argumentam que, apesar de formada sobre um espaço geográfico, sobre uma materialidade, cabe ao pesquisador perceber que a paisagem não se resume apenas ao visível, “ela não é um lugar, mas um olhar sobre o meio” (LARRÈRE e LARRÈRE, 1997, p. 224). Estes autores classificam três tipos distintos de olhares. Embora todos sejam olhares legítimos e passíveis de evolução, de mudanças, cada tipo de olhar resulta numa percepção diferenciada da paisagem. A paisagem do Maciço da Pedra Branca é alvo dos três tipos de olhares identificados pelos autores.

Os olhares estéticos, olhares formados: os que justificaram a classificação das paisagens. Esses olhares dependem das referências culturais.

[...]

Os olhares informados são aqueles que dependem de um saber. O agrônomo não vê a mesma paisagem que o ecólogo ou o geomorfólogo. O silvicultor não decodifica o que vê da mesma maneira que o militar. Todos estes especialistas interpretam as formas ou as cores de maneira específica e lançam, num certo sentido, um olhar profissional sobre a região.

[...]

Os olhares iniciados: os das pessoas que conhecem os lugares, os frequentam, aí desenvolvem os seus usos. São olhares endógenos. (...). Esses olhares do caçador, do agricultor, do pescador, do familiar dos lugares, têm a ver com relações ao mesmo tempo práticas e sensíveis para com a região (LARRÈRE e LARRÈRE, 1997, p. 224-225).

A leitura e interpretação da diversidade de olhares em relação ao mesmo território, a partir do conceito de paisagem, corroboram a tese de Raffestin (2007) segundo a qual, esta seria uma representação da realidade, ou seja, a paisagem surge quando pensamos o território, quando precisamos transmitir o que sentimos e/ou pensamos em relação a determinado território. A descrição da paisagem pode revelar ou omitir informações e ilustrar as características econômicas, políticas e culturais que estruturam o processo de formação e organização do espaço social. Neste sentido, um mesmo território tem tantas paisagens quantas forem desejadas ou construídas.

A partir do contexto acima descrito, a presente dissertação tem por objetivo apresentar uma abordagem dos conflitos socioambientais por uma nova ótica – através da interpretação da paisagem pelo olhar dos atores locais, especialmente, os agricultores familiares, os remanescentes de três comunidades quilombolas localizadas no PEPB, os agentes ambientais e os voluntários da Trilha Transcarioca – e considerando que a atual formação da paisagem do Maciço da Pedra Branca é resultado de um longo processo histórico, cultural e socioeconômico, ou seja, que “o legado ambiental que nos chegou é, até hoje, produto das relações de populações passadas com o meio” (OLIVEIRA, 2010, p. 88).

Inicialmente, a pesquisa pretendia englobar todo o PEPB, porém, o campo revelou a impossibilidade desse projeto. A dimensão do parque e as inúmeras dinâmicas socioculturais e econômicas ali presentes praticamente inviabilizam esse planejamento anterior. Diante dessa realidade empírica, foi realizado um recorte do campo, privilegiando as áreas onde vivem os atores sociais que mais se destacam na luta por reconhecimento identitário e pelo direito ao território. Desse modo, a presente pesquisa, apesar de abarcar a paisagem do PEPB em todo o seu contexto histórico, privilegia as áreas de Camorim (local da subsede) e Vargem Grande –

onde estão localizadas, respectivamente, a Comunidade Quilombola do Camorim e Comunidade Quilombola Cafundá Astrogilda –; Pau da Fome (onde está localizada a principal sede do parque); e Rio da Prata. Neste último local existe uma associação de agricultores, uma feira orgânica, um sítio – utilizado por trilheiros da Trilha Transcarioca como ponto de encontro e/ou descanso – e, recentemente, uma comunidade local foi reconhecida como comunidade remanescente de quilombo – a Comunidade Quilombola Dona Bilina.

A disputa territorial protagonizada pelos moradores do maciço não é apenas pela posse da terra – pelo meio físico – mas pelo direito ao uso, pertencimento, ocupação e permanência nesse território, ou seja, a luta é pela territorialidade, um conceito da geografia humana que

além de incorporar uma dimensão mais estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais, [...] está intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar. (HAESBAERT, 2007a, p. 22).

Nesse sentido e diante de um quadro que invisibiliza a população local, aciona-se como hipótese de pesquisa que o registro da presença de população humana no Maciço da Pedra Branca e sua participação na formação da atual paisagem dessa área transformada em parque – o maior parque urbano do Brasil e um dos maiores do mundo –, venha a contribuir no debate entre conservacionismo e socioambientalismo⁶ resultando em outras formas de pensar, planejar, criar e manejar novas Unidades de Conservação, considerando a população local e sua contribuição para a conservação e proteção dessa natureza.

Para analisar a constituição da paisagem e a diversidade de olhares sobre a mesma, foram adotados como objetivos específicos: (1) Apresentar e discutir os conceitos de território e paisagem; (2) Registrar a polarização dos olhares sobre a paisagem do PEPB – o olhar do nativo e o olhar institucional – gestores, administradores do PEPB –, e ainda os novos atores locais – os ‘trilheiros’ da Trilha Transcarioca; (3) Desnaturalizar interferências realizadas na paisagem dos parques sob o argumento de estruturação da visitação pública.

Em síntese, podemos dizer que a presente pesquisa aborda as distintas leituras e interpretações da paisagem do PEPB, destacando os aspectos materiais e imateriais, visíveis e invisíveis e as diferentes motivações que perpassam esse território e que se revelam na disputa pelo direito de uso, circulação, moradia e pertença que envolve os atores citados na pesquisa em questão. Neste sentido, pretende-se registrar e compreender o olhar desses atores em relação à paisagem do PEPB destacando a polaridade dos olhares e heterogeneidade de significados e valores atribuídos a essa paisagem.

⁶ Socioambientalismo – concepção que defende o envolvimento das populações locais nas políticas ambientais, levando em consideração seu modo de vida e conhecimentos sobre o manejo dos recursos naturais (FERNANDEZ, 2016, p. 172).

Utilizando como metodologia privilegiada a pesquisa qualitativa com método etnográfico – observação participante, registro audiovisual da paisagem do PEPB, entrevistas com moradores, gestores e visitantes, registro da história oral da população nativa – esse trabalho é complementado por pesquisa documental e pela análise bibliográfica de teóricos que discutem os conceitos de paisagem, território, identidade sociocultural.

Para entender os modos de vida e a representação que cada um faz de si, do território e da paisagem, partimos de uma perspectiva socioantropológica destacando não apenas os aspectos socioeconômicos dos grupos pesquisados, mas também a sua cultura. A produção etnográfica partiu do reconhecimento de que cada

peça acrescentada num mosaico contribui um pouco para nossa compreensão do quadro como um todo. Quando muitas peças já foram colocadas, podemos ver, mais ou menos claramente, os objetos e as pessoas que estão no quadro, e sua relação uns com os outros (BECKER, 1997, p. 104).

Reconhecendo que, conforme nos informa Foucault (1999), o diálogo representa poder e através do discurso se excluem do debate temas indesejados ou relevantes e inclui o que é interessante para o grupo, esta pesquisa busca diversificar, na medida do possível, a formação do elenco de atores a serem entrevistados, visando obter a representação do maior número possível de pessoas internas ao grupo e deste modo evitar que a fala individual ou de grupos proeminentes sejam reproduzidas como representação de todos.

Além dos grupos supracitados, a paisagem do Maciço da Pedra Branca também será lida e apresentada a partir de Armando Magalhães Corrêa, autor da obra *O sertão carioca*. A interpretação da paisagem assim como o nome atribuído a este território, transformado em parque, testemunham a atualidade e pertinência deste livro como registro da “interação e da integração do homem e do meio físico” (SARMENTO, 1998, p.8). Essa obra é abordada como uma importante fonte etnográfica dos modos de vida dos moradores do maciço no início da década de 1930, mas, sobretudo, procurando investigar como as questões apresentadas por Corrêa, ao refletir sobre este território, se atualizam e se apresentam sob a perspectiva dos sertanejos⁷. Em certa medida, seguimos as recomendações de Souza (2010) em fazer coincidir as regiões do trabalho etnográfico com aquelas demarcadas como sertões por textos eruditos. Nas palavras da autora:

para aqueles antropólogos que viajam a lugares que se autodenominam Sertão ou que são ditos assim por outrem cabe revelar e compreender os modos de autorrepresentação das pessoas que vivem nos sertões percorridos por tantos intelectuais (SOUZA, 2010, p. 4).

O livro acima mencionado foi publicado em 1936, a partir de notas escritas por Armando Magalhães Corrêa (1889-1944). Formado pela Escola Nacional de Belas Artes, Corrêa, atuou como professor, escritor, desenhista e conservador na seção de História Natural

⁷ Sertanejos – termo utilizado por Magalhães Corrêa para se referir aos moradores do Sertão Carioca.

do Museu Nacional do Rio de Janeiro, mas foi como jornalista do *Correio da Manhã*⁸ e influenciado por ideias nacionalistas e de modernização predominantes à época que seu olhar direcionou-se para o Maciço da Pedra Branca. Morador na cidade do Rio de Janeiro, após várias idas a campo, Corrêa decidiu adquirir um sítio em Jacarepaguá, onde passou a morar com sua família. Esta decisão facilitou o contato direto e permanente com a população local. O que tornaria o sertão carioca, na concepção de Souza (2010), um sertão amansado⁹. Corrêa anotava em seu caderno de campo, todos os detalhes do que via e percebia – desde os aspectos da geologia local como as práticas socioculturais e econômicas da população local (SOUZA, 2010; FRANCO E DRUMOND, 2005).

Corrêa queria mostrar que nas vizinhanças da própria capital federal existia uma realidade pouco conhecida daqueles que viviam em meio aos confortos do mundo urbano. Essa realidade ‘sertaneja’ representava para ele, no entanto, a condição da maior parcela da sociedade brasileira (FRANCO E DRUMOND, 2005, p. 1038).

As informações e ilustrações – inúmeros e belos desenhos a pingo de pena elaborados pelo próprio autor – contidas nessa obra aliadas às memórias e lembranças de famílias de produtores que habitam o Maciço da Pedra Branca proporcionam um diálogo entre as questões e realidades percebidas pelo autor e aquelas retratadas pelos sertanejos: sua percepção sobre mudança social, as formas de subsistência, as representações sobre o território, a paisagem e as relações com a cidade. A sensibilidade revelada por Corrêa ao captar e descrever, minuciosamente, os diversos elementos da paisagem faz de *O Sertão Carioca* uma importante fonte etnográfica para conhecer os modos de vida e as interpretações paisagísticas produzidas pelo autor.

A pesquisa, cujos resultados são apresentados a seguir, é uma continuidade de pesquisas – com a população nativa do Maciço da Pedra Branca – iniciadas na graduação, mais especificamente, entre 2012-2014. Inicialmente – como bolsista Proext-UFRRJ¹⁰ na pesquisa intitulada ‘Ampliação e fortalecimento das atividades agroindustriais das associações de agricultores do Maciço da Pedra Branca /RJ’ – foram estudados os conflitos socioambientais inerentes à transformação de uma área agricultável em Unidade de

⁸ *Correio da Manhã* – jornal carioca publicado de 1901 a 1974. Esta publicação “sempre se posicionava a favor de medidas modernizadoras e contra forças políticas vistas como bloqueadoras do desenvolvimentismo e do acesso popular a alguns direitos fundamentais”. Disponível em <<http://bndigital.bn.br/artigos/correio-da-manha/>>. Acesso em 15 abr. 2017.

⁹ O termo sertão é comumente associado a local ermo, de difícil acesso, distante dos centros urbanos e do mar. Seus moradores são identificados com certa alteridade, ou seja, como o “outro”, o diferente. No sertão carioca, não há um distanciamento em relação à cidade ou a sua população. Ao fixar moradia neste sertão, Corrêa torna-se quase um nativo, um morador local. É neste sentido, que o sertão carioca surge como um sertão amansado, ou seja, um “sertão próximo, curioso, mas inofensivo à nacionalidade, se comparado com os sertões bravios e longínquos, espaços privilegiados no olhar geográfico sobre o Brasil” (SOUZA, 2010, p. 101).

¹⁰ PROEXT-UFRRJ – Programa de Extensão da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Conservação, participação em redes de cooperação técnica, acesso a mercados e associativismo.

A partir de 2013 – como bolsista de Projeto de Iniciação Científica financiado pela FAPERJ¹¹ – foi dada continuidade à pesquisa no Maciço da Pedra Branca, porém com ênfase no estudo da paisagem cultural do Maciço da Pedra Branca – modos de vida, formação e transformação da paisagem ao longo dos diversos ciclos socioeconômicos e políticos, apropriação simbólica do território, representação identitária, identificação de marcas, pontos geográficos, plantas.

A continuidade deste trabalho, agora com novas perspectivas, foi realizada por meio de entrevistas – com moradores, gestores do PEPB, guarda-parques e voluntários da Trilha Transcarioca –; caminhadas pelo maciço; análise de imagens – produzidas durante a pesquisa e representações informadas pelos atores; leitura da bibliografia anteriormente mencionada e de outras que se revelaram pertinentes à pesquisa.

A vivência no campo de pesquisa possibilitou o acúmulo de inúmeras experiências e relatos. Foram participações e acompanhamentos dos mais diversificados eventos. A Feira Orgânica de Rio da Prata, assim como a Feira da Freguesia, foram acompanhadas desde as reuniões de planejamento até as inaugurações e os respectivos aniversários. Nessas ocasiões tive oportunidade de conversar e entrevistar agricultores, clientes, visitantes e a população local.

A Festa do Caqui, planejada e realizada pela Agroprata - Associação de Agricultores Orgânicos da Pedra Branca – também foi acompanhada desde os primeiros momentos. No ano de 2015, quando foi comemorado o primeiro aniversário da Festa recebeu vários convidados e visitantes. Entre os presentes havia representantes de várias instituições – Enactus, Inea, Defesa Civil, Sebrae.

O agricultor Claudino estava na barraca de caqui – a mesma barraca onde são expostas e comercializadas as mercadorias na Feira Orgânica de Rio da Prata. Em sua banca havia caqui-passa, vinagre e caqui in natura para degustação. Além do Claudino havia também as barracas de Maracy (com sabonetes e óleos naturais), Lia, Dalila, Sonia (alimento vivo) e barracas de churrasco, pastel, salgadinhos, artesanato.

Graciano e sua esposa Rita (presidente da Agroprata) agradecem a presença de todos. Falam da luta e resistência dos agricultores e das estratégias de divulgação e valorização da agricultura orgânica de Rio da Prata.

Segundo D. Dalila, produtora de plantas medicinais, “o caqui é hoje o 13º salário do produtor rural¹², porque o ano inteiro eles produzem banana, hortaliça, legumes entre outras

¹¹ FAPERJ – Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro.

¹² Reprodução da fala de dona Dalila: “O caqui é hoje o 13º salário do produtor rural”.

coisas, mas quando chega mais ou menos final de fevereiro a junho, é o período da safra do caqui. O caqui tem uma grande importância para a economia da região, porque nessa época eles conseguem ter um ganho melhor, porque tem uma grande produção [...]”.

Reiterando a fala de D. Dalila, o produtor Claudino¹³ afirma a importância do caqui para os agricultores locais e fala sobre suas percepções acerca da relação entre população tradicional e parque. Segundo Claudino, “o Rio da Prata é hoje o maior produtor de caqui do município, porque do estado tem outros. [...]. Nós então decidimos fazer a festa do caqui [...], muitos do grupo de início, não aceitaram, muitos não acreditaram, mas o ano passado nós tivemos aqui em torno de 1250 pessoas [...]. Nós temos brigado pelo nosso direito de permanência e preservação deste local. Esta área está verde do jeito que está porque nós estamos cuidando [...]. É uma área que, para muitos pode ser um parque, mas para nós, que somos nativos, é a nossa história, é a nossa vida”.

Outro evento marcante foi organizado pela comunidade Cafundá Astrogilda para a celebração de seu reconhecimento, pela Fundação Palmares, como Comunidade Remanescente de Quilombos. Nesta ocasião, conversei com diversos moradores. Foi durante este evento que muitas pessoas, principalmente esposas de moradores nativos, também se apresentaram como nativas. Elas diziam que já viviam há tanto tempo no maciço da Pedra Branca, que já se consideravam como nativas dali, assim como seus cônjuges e os familiares destes. Dona Hercília, esposa do Mauro, mora no PEPB há mais de 30 anos. O marido dela é parente de d. Astrogilda e sempre viveu ali, quando casou, ela também foi morar na localidade. Neste mesmo evento, conversei com os vários membros da família Mesquita, todos descendentes da matriarca Astrogilda.

Também estive presente em reuniões do Conselho Consultivo do PEPB, nas reuniões das Câmaras Temáticas – de Uso Público, de Agroecologia entre outras – nas reuniões das associações de agricultores, em três eventos do Tira Caqui, em eventos organizados pela Feira Agroecológica de Campo Grande.

Após a organização e análise crítica dos dados – quantitativos e qualitativos – acessados e/ou construídos durante a pesquisa, a dissertação foi elaborada e redigida a partir dos resultados obtidos. A redação final, dividida em quatro capítulos, além da conclusão, apresenta o processo de formação da atual paisagem do PEPB, evidenciando a polarização de olhares sobre a paisagem desse território em disputa.

O capítulo 1 – intitulado Território e paisagem: o caráter polissêmico e interdisciplinar dos conceitos – apresenta uma revisão bibliográfica acerca dos dois principais conceitos utilizados na presente pesquisa. Milton Santos, Carl Sauer, Rogério Haesbaert, Claude Raffestin, Anne Cauquelin, Georg Simmel, Augustin Berque e Jose Luis Garcia são alguns dos teóricos acionados para discutir estes conceitos. A bibliografia adotada tem como pressuposto abarcar os conceitos de paisagem e território a partir de sua concepção

¹³ Reprodução de conversa informal com o agricultor Claudino, durante a Segunda Festa do Caqui.

geográfica, cultural e antropológica, reconhecendo a multiplicidade de definições e sentidos que lhes são atribuídos.

O capítulo 2 – Antes de o quintal da minha casa virar parque – revela a paisagem do maciço como resultado de processos socioespaciais que antecedem a criação do PEPB. Iniciando este capítulo, será apresentado o contexto histórico e sociocultural de ocupação humana no Maciço da Pedra Branca. O segundo tópico traz a obra *O Sertão Carioca*, escrita por Magalhães Corrêa e que se constitui num importante registro etnográfico dos modos de vida da geração que vivia no Maciço da Pedra Branca, no início do século XX e cujos descendentes são os atuais moradores. E, finalizando o capítulo, a representação da paisagem a partir do olhar da população nativa. A Casa Amarela e a Igreja de São Gonçalo do Amarante são acionados como exemplos de elementos da paisagem que se configuram como lugares de memória, lugares cuja materialidade legitima as memórias coletivas, os valores simbólicos e a história dos grupos sociais.

O capítulo 3 – intitulado Parque Estadual da Pedra Branca: um território em disputa – apresenta a paisagem trabalhada e valorizada pelo parque ao longo de sua existência: a relação entre o PEPB, o meio ambiente e os moradores do parque; as transformações físicas e estruturais – placas, instalações físicas, restrições – ocorridas após a criação do PEPB, que por sua vez, expressam projetos e concepções sobre a função dos parques; a relação homem-natureza; o Plano de Manejo do PEPB; as classificações – arbitrárias – das áreas do parque e sua devida desnaturalização; a apropriação de elementos – que remetem ao sertão carioca – como atrativos turísticos do PEPB; as novas estratégias de luta dos agricultores pelo direito ao território. Fechando o capítulo, as três comunidades quilombolas do parque – a sobreposição territorial e a luta pela permanência neste território.

O quarto e último capítulo – sob o título *Uso público de uma Unidade de Conservação: o caso da Trilha Transcarioca* – apresenta um debate sobre uso público em Unidades de Conservação e, mais especificamente, em parques urbanos; as discussões sobre os diferentes usos do território; a construção da paisagem; a desnaturalização das novas marcas incorporadas à paisagem do PEPB.

A definição da ordem e tema dos capítulos prioriza, em alguma medida, a cronologia dos processos de territorialização no Maciço da Pedra Branca e a atual disputa pelo direito ao território. Desse modo, além da discussão teórica e conceitual referente à paisagem e ao território, será apresentado o início do processo de ocupação do Maciço da Pedra Branca, as transformações ocorridas na paisagem, a criação do PEPB, o surgimento deste novo ator nomeado como Trilha Transcarioca e o atual contexto socioeconômico, político e cultural vivenciado pela população nativa e pelos gestores e demais funcionários dessa Unidade de Conservação. Ou seja, pretende-se apresentar e localizar o Parque Estadual da Pedra Branca, sua paisagem, a apropriação simbólica e material desse território e as questões que repercutem no surgimento de novos atores, no debate sobre uso público em UCs do tipo parque e na transformação da paisagem.

CAPÍTULO I

TERRITÓRIO E PAISAGEM: O CARÁTER POLISSÊMICO E INTERDISCIPLINAR DOS CONCEITOS

Sendo uma pesquisa que trabalha com conceitos polissêmicos, como paisagem e território, julgamos ser de extrema importância apresentar uma revisão bibliográfica destes conceitos, algumas de suas várias leituras e apontar como os mesmos são entendidos e trabalhados na presente dissertação.

Embora determinados conceitos estejam vinculados a disciplinas específicas, os conceitos de território e paisagem entre outros, originários da geografia, também foram incorporados pela história, economia, sociologia e antropologia. Porém, conforme nos informa Beatriz Heredia (2001), nem sempre os conceitos apresentam os mesmos significados ou são utilizados de modo equivalentes. Enquanto algumas disciplinas priorizam a concepção positivista de mundo e utilizam os conceitos de forma objetiva e racional, em outras esses conceitos não existem em si mesmos, mas são formulados para pensar a relação do homem com o meio no qual está inserido e os fenômenos oriundos dessa relação (HOLZER, 1997; HAESBAERT, 2010).

A escolha do conceito a ser trabalhado ou acionado em determinado trabalho dependerá do enfoque que se pretenda dar ao mesmo. Especialmente no que concerne aos conceitos de território e região, o conceito a ser utilizado dependerá do tipo de pesquisa a ser realizada, do enfoque e do objeto, se empírico ou teórico, sendo que “a região está mais ligada a um instrumento de análise, no campo metodológico, e o território mais ao campo das práticas sociais efetivas [...]” (HAESBAERT, 2010, p. 177-178).

No entanto, cabe ressaltar que esses conceitos, fazem parte de uma constelação de conceitos, ou seja, são relacionais e também dependem de certas conjunturas ideológicas, políticas e não apenas da melhor escolha metodológica (HAESBAERT, 2010). Por exemplo, na atualidade é inegável a projeção do conceito de território e sua emergência nos movimentos de resistência, no discurso político.

Outro aspecto que marca as Ciências Sociais é o uso mais metafórico de ambos os conceitos, já que eles estabelecem fronteiras e limites definindo o que e quem está dentro ou fora de determinado contexto. Particularmente, as Ciências Sociais enfrentam na pesquisa a verdade dos seus próprios atos de classificação (BOURDIEU, 1989), já que o homem, como ser social, tem a necessidade de classificar o mundo para compreendê-lo. Essa necessidade culmina no que Pierre Bourdieu nomeia como “as lutas pelo poder de di-visão”, (BOURDIEU, 1989, p.108), ou seja, as lutas travadas no interior das disciplinas científicas e na realidade pelo poder de ver e dividir a vida social e seus fenômenos ou, em outras palavras, as lutas pelo poder de analisar, classificar e compreender a vida social.

Em relação ao conceito de território, não há consenso sobre sua origem. Aqui apresentamos duas versões. A primeira afirma que o termo é originário do latim – “territorium” – porção de terra dividida politicamente. A segunda versão, faz analogia com o termo “territo” – apresentado no “Dictionnaire Étymologique de la Langue Latine” – e cuja etimologia mescla terra com “térreo” – domínio da terra e terror. Haesbaert destaca a “grande proximidade etimológica existente entre terra-territorium e terreo-territor (aterrorizar, aquele que aterroriza)” (HAESBAERT, 2011, p. 43).

No livro *Por uma geografia do poder*, publicado originalmente, em Paris, no ano de 1980, o geógrafo suíço, Claude Raffestin destaca a importância de não confundir espaço e território. Segundo esse autor, o território se origina em um determinado espaço, é resultante de uma apropriação espacial marcada por relações de poder, que podem ser protagonizadas pelo Estado, por um indivíduo, por um grupo social. Segundo Raffestin, ainda que em escalas diferentes, todos somos atores sociais produtores de territórios. Nessa perspectiva, o território “é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder” (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

Maurice Godelier, antropólogo francês, aborda o território a partir de uma concepção econômica e materialista. Este autor vê o território como uma fonte de recursos passíveis de serem explorados. Em sua obra, intitulada *Lo ideal y lo material*, Godelier designa território como

a porção da natureza e, portanto do espaço, sobre a qual uma determinada sociedade reivindica e garante a todos ou parte de seus membros, direitos estáveis de acesso, de controle e de uso que recaem sobre todos ou parte dos recursos que ali se encontram e que a sociedade em questão deseja e é capaz de explorar (GODELIER, 1989, p. 107).¹⁴

As primeiras teorizações sobre territorialidade são oriundas da Etologia – ramo da Biologia que estuda o comportamento animal – como o animal marca o seu território (HAESBAERT, 2011, p. 37-38). Os primeiros estudos da Etologia definiam o território como

a área geográfica nos limites da qual a presença permanente ou frequente de um sujeito exclui a permanência simultânea de congêneres pertencentes tanto ao mesmo sexo (machos), à exceção dos jovens (território familiar), quanto aos dois sexos (território individual) (DI MÉO 1998, p. 42 *apud* HAESBAERT, 2011, p. 45)¹⁵.

¹⁴ Tradução livre. No original: “la porción de la naturaleza, y por tanto del espacio, sobre el que una sociedad determinada reivindica y garantiza a todos o a parte de sus miembros derechos estables de acceso, de control y de uso que recaen sobre todos o parte de los recursos que allí se encuentran y que dicha sociedad desea y es capaz de explotar”.

¹⁵ DI MÉO, Guy. Géographie sociale et territoires. In: **Collection Fac Géographie**. Paris: Nathan Université, 1998. 317 p.

De modo geral, o território se define com referência às relações sociais em que está mergulhado, destacando que essas relações são sempre relações de poder (HAESBAERT, 2002).

Os primeiros estudos a utilizarem o conceito de território, o apresentava sempre atrelado à ideia de Estado-Nação. Atualmente, o que vigora é a “noção pós-moderna de transnacionalização do território” (SANTOS, 2005, p. 255) – o território percebido, não apenas como um espaço delineado e sob o poderio e controle do Estado, mas ultrapassando as fronteiras nacionais.

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas; o território tem que ser entendido como o 'território usado', não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho; o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida. [...] É o território usado que é uma categoria de análise (SANTOS, 2007, p. 14).

Haesbaert (2002) destaca uma abordagem contemporânea muito presente na Geografia onde o território desempenha o papel integrador na perspectiva clássica desta disciplina. Prioriza a dimensão econômica e, geralmente, acoplada às discussões sobre o domínio político do espaço a serviço de interesses econômicos. Envolve o ordenamento e a gestão do espaço. Trabalha com o território numa interação entre as múltiplas dimensões sociais: econômica, política, cultural, natural. Segundo Haesbaert,

a experiência integrada do espaço [...] como na antiga conjugação [...] entre espaço econômico, político e cultural num espaço contínuo e relativamente bem delimitado é possível somente se estivermos articulados (em rede) através de múltiplas escalas, que muitas vezes se estendem do local ao global (HAESBAERT, 2011, p. 79).

O território também possui uma historicidade. Do ponto de vista histórico, o território pode abranger toda a história humana ou estar restrito a determinados contextos históricos e sociais, ou seja, “mesmo que consideremos o território ou a territorialidade um constituinte a todo grupo social, ao longo de toda sua história, é imprescindível diferenciá-lo na especificidade de cada período histórico” (HAESBAERT, 2011, p. 82-3).

Nas sociedades modernas, o território articulou-se ao conceito de Estado-Nação. “Neste caso, as crises do Estado são os principais responsáveis pelos processos de desterritorialização”¹⁶ (HAESBAERT, 2007b, p. 31).

¹⁶ Tradução livre. No original: “En este caso, la crisis del Estado sería la principal responsable por los actuales procesos de desterritorialización”.

Além das concepções anteriormente citadas, outro autor ajuda a pensar o território. Utilizando os conceitos de território corporal, território olfativo e espaço acústico, Garcia (1976) apresenta, não apenas uma percepção física do território, mas também sensorial. O território é o espaço físico onde acontecem todas as relações humanas. Segundo o pesquisador espanhol José Luis Garcia

a percepção sensorial humana desempenha um papel importante nas várias demarcações territoriais. O homem capta a realidade através ou a partir de seus sentidos. As condições estruturais dos sentidos humanos, em grande parte, determinam o modo como o espaço é percebido (GARCIA, 1976, p. 33).¹⁷

Segundo Haesbaert, (2011, p. 52), a obra *Antropología del territorio* de José Luis Garcia (1976) é o trabalho antropológico que melhor discute território. Nessa obra, Garcia apresenta a dimensão sociocultural. Em Garcia, como tudo – inclusive os sons, aromas, sensações – que se encontra no território é dotado de algum significado, estudar o território significa registrar, analisar e refletir sobre todas as atividades humanas ali desenvolvidas – físicas, materiais e sensoriais.

Essas atividades humanas exercidas num tempo passado podem ser compreendidas como paleoterritórios – “espacialização das resultantes ecológicas decorrentes do uso dos ecossistemas por populações passadas (ou por atividades econômicas) na busca de suas condições de existência” (OLIVEIRA, 2015, p. 277).

Neste sentido, o modo como o território é usado e apropriado pelas populações deixa marcas que possibilitam a identificação e estudo dessas populações – atividades econômicas, culturais, fluxos migratórios. Pesquisando o Maciço da Pedra Branca, Oliveira (2015) percebeu algumas dessas marcas, como por exemplo, figueiras e vestígios de antigas carvoarias do século XIX – que comprovam a presença pretérita de população humana nesse território. A partir de suas pesquisas podemos perceber que a constituição ‘natural’ dessa floresta é resultante da ação e interação entre humanos e não humanos – entre natureza e cultura. A partir dessa perspectiva, Rogério Oliveira mostra como o estudo dos paleoterritórios é imprescindível para a interpretação da composição da paisagem de uma floresta. Mais ainda, destaca-se a necessidade de uma perspectiva integrada entre diferentes áreas de conhecimento – tais como a geografia, ciências sociais, botânica, história, entre outras para os estudos de paisagens.

O território é o lugar onde as relações sociais acontecem, onde os elementos culturais, as etnias e as identidades emergem. No território o “que passa a importar é como esses grupos sociais se auto definem e chamam a si mesmos, e não mais como os outros os designam” (ALMEIDA, 2008, p. 74).

¹⁷ Tradução livre. No original: “la percepción sensorial humana juega un considerable papel en las distintas delimitaciones territoriales. El hombre capta la realidad a través o a partir de sus sentidos. Las condiciones estructurales de los sentidos humanos, determinan en buena medida su forma de percibir el espacio”.

Os elementos socioculturais e naturais de um território são representados através da paisagem. Embora trabalhado predominantemente pela geografia, o conceito de paisagem também é utilizado – com diferentes enfoques e abordagens – pela história, antropologia, arqueologia, urbanismo, história da arte e, recentemente, pela história ambiental. O estudo da paisagem – entendida como a materialidade, o que pode ser abarcado com o olhar – pelas diferentes disciplinas possibilita uma leitura da história pretérita do lugar e da sociedade local, dos modos de vida, hábitos alimentares, práticas econômicas, utilização dos recursos naturais entre outras possibilidades.

Segundo Larrère e Larrère, devemos proteger não apenas a natureza, mas a paisagem – concebida como um produto do encontro entre natureza e história. O reconhecimento do caráter híbrido do meio¹⁸ e a conciliação entre os vários olhares e interpretações de uma paisagem são essenciais para o êxito na sua proteção. “Proteger uma paisagem não é só proteger atividades que a evolução econômica condenaria a transformarem-se ou a desaparecerem, é também satisfazer um olhar, proteger uma arte” (LARRÈRE e LARRÈRE, 1997, p. 224).

Entre os geógrafos, Carl Sauer foi um dos primeiros pesquisadores a utilizar o conceito de paisagem vinculado às práticas culturais. Em Sauer,

a paisagem cultural é modelada a partir de uma paisagem natural por um grupo cultural. A cultura é o agente, a área natural é o meio, a paisagem cultural o resultado [...]. Com a introdução de uma cultura diferente, isto é, estranha, estabelece-se um rejuvenescimento da paisagem cultural ou uma nova paisagem se sobrepõe sobre o que sobrou da antiga [...]. A paisagem natural [...] fornece os materiais com os quais a paisagem cultural é formada (SAUER, [1925], 1998, p. 59).

O geógrafo americano e filho de imigrantes alemães, Carl Ortwin Sauer (1889-1975) atuou como professor e pesquisador na Universidade de Berkeley de 1923 até seu falecimento. Influenciado pelos estudos de geógrafos alemães – que no período compreendido entre 1920-1960 centravam suas pesquisas nos fatos culturais e no estudo da paisagem – Sauer dedicou-se a estudar as paisagens do noroeste mexicano. Em seus estudos, esse autor diferenciava paisagem natural e paisagem cultural, onde a segunda era definida como a paisagem formada a partir da interação entre o homem e a paisagem natural. A partir do estudo das paisagens, Sauer tornou-se referência nos estudos geográficos e um dos precursores da Geografia Cultural. Além do México, Sauer estudou as paisagens do Caribe e da América do Norte (MATHEWSON, Kent e SEEMANN, *Jorn*, 2008; RISSO, 2008).

Anne Cauquelin e Simon Schama, entre outros pesquisadores, também destacam a intrínseca relação entre natureza, cultura e paisagem. Segundo Cauquelin (2007), o termo

¹⁸ Segundo Larrère e Larrère (1997), no encontro entre o homem e a natureza, ambos são modificados. O homem exerce ação sobre o meio, mas também se modifica a partir desse contato. Ambos estão em constante ação, interação e transformação. É um processo contínuo e dinâmico.

paisagem, tão difundido atualmente, teria surgido na Holanda, por volta de 1415, e tendo relação direta com o mundo das artes, da pintura. Ainda hoje é comum a utilização do termo paisagem como referência às pinturas que mostram um recorte, um quadro da natureza.

Assim como Cauquelin, Simon Schama percebe uma relação entre paisagem e cultura, porém Schama vai além ao afirmar que “paisagem é cultura antes de ser natureza; um constructo da imaginação projetado sobre mata, água, rocha” (SCHAMA, 1996, p.70), ou seja, segundo Schama, a própria ideia de natureza é uma construção cultural.

De modo semelhante, o pesquisador espanhol, Javier Maderuelo¹⁹ defende que paisagem não é natureza, mas uma construção, um fenômeno cultural. Nesse sentido, é preciso “separar a ideia de natureza do conceito de paisagem, de modo que termos como ‘paisagem natural’ não pareçam tautologias [...]”²⁰ (MADERUELO, 2005, p. 17).

O conceito de paisagem foi evoluindo através do tempo. Inicialmente, o termo fazia menção apenas ao visível a um lance do olhar, ao material. Posteriormente, embora ainda fazendo referência apenas ao aspecto material do espaço, o termo ganhou também uma dimensão cultural, ao reconhecer as marcas do homem na natureza. Aos poucos, foram incorporados ao conceito de paisagem, não apenas a materialidade do espaço, mas os valores simbólicos atribuídos ao mesmo.

Em Milton Santos (2006), a paisagem é interpretada como sendo a distribuição de formas-objeto:

Paisagem e espaço não são sinônimos. A paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza. O espaço são essas formas mais a vida que as anima (SANTOS, 2006, p. 66).

O conceito de paisagem sempre vivenciou o conflito entre objetividade e subjetividade. No primeiro caso, enfatizando a morfologia dos aspectos naturais e no segundo, com mais ênfase na percepção, na escala de apreensão do olhar de cada indivíduo (HAESBAERT, 2006, p.137).

Conforme mencionado anteriormente, Rogério Ribeiro de Oliveira, pesquisador e professor de Geografia – especialista em pesquisas que associam questões ecológicas, geográficas e sociais – identificou no Maciço da Pedra Branca espaços nomeados como paleoterritórios, ou seja, ecossistemas que guardam marcas e vestígios da presença de

¹⁹ Javier Maderuelo. Doutor em História da Arte, Professor de Arquitetura Paisagista. Crítico de arte. Membro do Conselho do Museu Nacional Centro de Arte Reina Sofia (Madrid) e membro do Comitê Scientificque International. Disponível em: <<http://ebiblioteca.org/?/ver/103767>>. Acesso em: 31 jul. 2017.

²⁰ Tradução livre. No original: “Una de las primeras cosas que hay que hacer es deslindar la idea de naturaleza del concepto de paisaje, con el fin de que términos como ‘paisaje natural’ no parezcan tautologías [...]”.

população humana e dos usos sucessórios deste espaço num tempo passado (OLIVEIRA, 2015). Esses usos pretéritos dão forma à paisagem ao mesmo tempo em que a transformam. A formação da paisagem é um processo contínuo e dinâmico. Nesse sentido, o estudo dos paleoterritórios contribui no estudo e compreensão da paisagem e possibilita a leitura das histórias atuais e passadas, ou seja,

ao associar ações passadas e presentes, a paisagem constitui-se uma categoria do espaço que é um produto da co-evolução das sociedades humanas e do meio natural, ou ainda, uma manifestação espacial da relação homem-ambiente (OLIVEIRA, 2011, p. 17).

A revisão bibliográfica sobre o tema da paisagem em história ambiental, realizada por Corrêa (2013), ressalta que para alguns autores a paisagem pretérita pode ser apreendida pelos olhos, mas também em documentos escritos, pinturas, mapas e fotografias. Outros autores, como por exemplo, a antropóloga Barbara Bender (*apud* CORRÊA, 2013, p.59)²¹ “propõe que se pense a paisagem como um processo que envolve memória e vários sentidos e que não seja pura apreensão do que há de concreto à frente”. Ou seja, embora haja predomínio de estudos – especialmente, na geografia e história – que associam a paisagem ao visível, ao material, ao concreto, à objetividade, temos também estudos que priorizam a subjetividade, a cultura, as relações sociais, o vínculo com o território e que permitem conceber a paisagem a partir de outra dimensão – a dimensão simbólica. Em relação a esses estudos, cabe, portanto, apontar que se

a quase totalidade trata paisagem como um fenômeno visual, dentre eles há aqueles que a reduzem à percepção; outros que a definem como a percepção e a materialidade e outros, ainda, concebem-na como a materialidade. Entre os que a enfocam como uma relação subjetiva com o real, diferentes são as mediações: o indivíduo, a cultura, o gênero, a classe. Aqueles que a definem como uma materialidade tratam de forma diversa a sua composição e dimensão (CORREA, 2013, p. 59).

Georg Simmel, na obra *A Filosofia da Paisagem* ([1913] 2009), apresenta a paisagem como um recorte de sua materialidade, do visível ao olhar, como um fragmento apreendido do real, mas que é apresentado e/ou reordenado como totalidade. Simmel destaca a relevância de não confundir natureza e paisagem. Embora reconheça a natureza como uma matriz para a produção da paisagem, Simmel destaca que estes termos não devem ser utilizados como sinônimos, uma vez que a paisagem é apenas um fragmento da natureza.

Ver como paisagem uma parcela de chão com o que ele comporta significa então, por seu turno, considerar um excerto da natureza como unidade – o que se afasta inteiramente do conceito de natureza (SIMMEL, 2009, p. 6).

²¹ BENDER, Bárbara. Introdução. In: Bender, B. e Winer, M. (Orgs.). **Paisagens contestadas**: movimento, exílio e lugar. Oxford: Berg, 2001.

Simmel também avança em sua reflexão ao perceber que o reordenamento da natureza que dá origem à paisagem é formado a partir do referencial cultural e de influências morais e espirituais de quem a vê. O que vemos e como vemos reflete a individualidade de cada ser, ou seja,

a natureza, que no seu ser e no seu sentido profundos nada sabe da individualidade, graças ao olhar humano que a divide e das partes constitui unidades particulares, é reorganizada para ser a individualidade respectiva que apelidamos de “paisagem” (SIMMEL, 2009, p. 7).

Outra abordagem da paisagem – a partir da Geografia Cultural – é apresentada por Augustin Berque. O geógrafo e filósofo francês aborda a paisagem pela perspectiva da geografia cultural. Na pesquisa realizada no Japão e cujo resultado foi publicado em 1984, o autor adotou os conceitos de paisagem-marca e paisagem-matriz. Em Berque, a paisagem apresenta as marcas deixadas pelo homem. Estas marcas, por sua vez, constituem as matrizes necessárias à sua produção e reprodução, ou seja, a

paisagem é pluri-modal (passiva-ativa-potencial etc.), como é pluri-modal o sujeito para o qual a paisagem existe; [...] a paisagem e o sujeito são co-integrados em um conjunto unitário, que se auto-produz e se auto-reproduz (BERQUE *apud* CORRÊA e ROSENDAHL, 1998, p. 10)²².

Assim como Simmel, mas acionando outros conceitos, a pintora e escritora francesa, Anne Cauquelin, aborda a paisagem como uma criação orientada pela subjetividade de quem vê. Na obra intitulada *A invenção da paisagem*, publicada na França em 1990 e no Brasil apenas em 2007, a autora apresenta a paisagem como uma invenção. Utilizando os conceitos de paisagem-natureza e natureza-paisagem, Cauquelin reconhece a paisagem como originada na natureza, mas criada a partir do que vemos. E o que vemos é orientado por padrões culturais previamente estabelecidos. Segundo Cauquelin,

vemos em perspectiva, vemos quadros, não vemos nem podemos ver senão de acordo com as regras artificiais estabelecidas em um momento preciso, aquele no qual, com a perspectiva, nascem a questão da pintura e a da paisagem (CAUQUELIN, 2007, p. 79).

Seguindo essa mesma linha de pensamento, temos a paisagem como uma representação da realidade. Em Claude Raffestin, há uma relação intrínseca entre território e paisagem. Reconhecendo que o território pode ter diferentes representações caberia à paisagem o papel de mostrar estas representações. E, “enquanto representação, a paisagem é um mediador complexo que nos permite ter uma consciência parcial da realidade” (RAFFESTIN, 2007, p. 8). A paisagem seria um fragmento da realidade. Produzida sob a influência de um sistema de valores, a paisagem pode mascarar os processos de

²² BERQUE, Augustin. Paisagem-marca, paisagem-matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, p. 84-91, 1998.

territorialização e evidenciar apenas o que se pretende mostrar deste território, ocultando todo o resto. Parafraseando Raffestin (2007), podemos dizer que a paisagem surge quando o território começa a ser pensado. A paisagem natural “fornece à paisagem pintada toda sua matéria ou, ao menos, seu pretexto e seu ponto de partida” (RAFFESTIN, 2007, p. 11).

O antropólogo inglês Tim Ingold, nos apresenta uma abordagem antropológica do conceito de paisagem em que rompe com a dicotomia homem e natureza. Segundo Ingold (2006), “as ações do homem no meio ambiente não são de ordem de inscrição, mas de ordem de incorporação, visto que elas se constroem ou se dobram nas formas da paisagem e de seus habitantes via seus próprios processos de crescimento” (INGOLD, 2006, p. 34). O autor propõe um rompimento com o dualismo entre a visão naturalista e a visão culturalista da paisagem, em que ora a paisagem aparece como pano de fundo externo ao ser humano e ora aparece como uma ordenação simbólica do espaço (INGOLD, 2000, p. 189). Em Ingold, a paisagem traz em si um registro permanente da passagem de gerações passadas que ali habitaram, ou seja, “a paisagem é o mundo como ele é conhecido por aqueles que nele habitam, que habitam os seus lugares e transitam ao longo dos caminhos que os ligam”²³ (INGOLD, 2000, p. 193).

Na presente pesquisa, o Maciço da Pedra Branca é compreendido como um território. Este território possui uma paisagem que foi formada através do tempo e de diversos ciclos produtivos, econômicos, políticos, socioculturais e ambientais. A paisagem do maciço traz as marcas da presença pretérita e atual de população humana nesta área transformada, no Parque Estadual da Pedra Branca – um tipo de Unidade de Conservação de Proteção Integral criado com base na ideia de uma suposta incompatibilidade entre presença humana e conservação da natureza.

O território é abordado em uma concepção integrada, como propõe Haesbaert (2011), mas em especial, destacamos nesta análise, duas categorias: território usado e território apropriado. Por território usado ou território de uso, entendemos o território pelo olhar da população tradicional local. Para esse grupo, o maciço é parte de suas identidades, que só são compreendidas em estreita ligação com este espaço físico, onde eles produzem e reproduzem seus modos de vida, sua cultura, seus valores, o sentimento de pertencer a este local e não se reconhecer fora dele.

No caso específico dos pequenos lavradores, por exemplo, era nítido o seu empenho em demonstrar que sua visão sobre legítimo direito de posse sobre a terra articulava noções de justiça, honra e uma visão da terra não como capital e sim como meio de vida (SANTOS, 2006, p. 1).

Por território apropriado remetemos à concepção defendida por Raffestin (1993) – espaço apropriado por relações de poder. No Maciço da Pedra Branca, especialmente, na área acima da cota 100m, que foi transformada em parque estadual, a disputa pelo território é

²³ Tradução livre. No original: “the landscape is the world as it is known to those who dwell therein, who inhabit its places and journey along the paths connecting them”.

claramente marcada por relações de poder. De um lado, a população nativa reivindicando o direito de permanência e para tal, acionando seu vínculo histórico, socioeconômico e cultural com este território. De outro, o Estado, na figura dos entes institucionais responsáveis por gerir e administrar o parque, se apropriando deste espaço, estabelecendo normas e restrições de uso.

Neste território em disputa, a paisagem é desenhada, representada e acionada como ferramenta de legitimação do direito ao território. Nesse debate percebem-se as duas dimensões do conceito de paisagem – objetividade e subjetividade. A descrição de uma mesma paisagem pode apresentar resultados diferentes a depender do ator que a esteja descrevendo. O “ambiente não é apenas um ‘meio’ neutro e pragmático; é um ‘mundo ambiente’, cheio de conotações simbólicas, de sentidos vitais, frequentemente experimentados sob a forma do que chamamos vulgarmente de ‘paisagens’” (DUARTE, 2012).

Para os atores institucionais, visitantes e/ou caminhantes, a concepção de paisagem está associada aos elementos naturais do meio ambiente – rios, cachoeiras, fauna, flora –, e outros elementos materiais que remetem a projetos de gestão – sede do parque, placas sinalizadoras, trilhas. Contudo, isso não significa ausência de envolvimento, afeto, sensibilidade em suas relações com o meio ambiente. Em outras palavras, podemos dizer que sob “as lutas por um mundo ambiente sustentável e protegido pulsa a sensibilidade afetiva da percepção de uma paisagem envolvente” (DUARTE, 2012).

A representação da paisagem pela população local abarca as estruturas físicas e resquícios de cultivos que remetem à história de ocupação do maciço. Concebida sob um viés antropológico, que inclui sentimentos, valores, relações sociais e culturais, memória de lutas, de resistência de vida, “a paisagem envolve seus habitantes humanos com todos os traços de identidade pessoal e social [...]”²⁴ (INGOLD, 2000, p. 54).

A paisagem do Maciço da Pedra Branca é aqui acionada como um instrumento de leitura e interpretação da história pretérita, atual e futura deste território em disputa.

²⁴ Tradução livre. No original: “the landscape furnishes its human inhabitants with all the lineaments of personal and social identity [...]”.

CAPÍTULO II

ANTES DE O QUINTAL DA MINHA CASA VIRAR PARQUE²⁵

A atual paisagem do Maciço da Pedra Branca é resultado de um longo processo de ocupação desde tempos imemoriais e cujas transformações socioculturais, econômicas e políticas refletem na constituição paisagística do Parque Estadual da Pedra Branca – PEPB. A partir do século XVII, o maciço testemunhou diversos ciclos produtivos, como por exemplo, o açúcar, café, laranja, hortaliças, banana e, mais recentemente, o caqui. Os cultivos agrícolas desenvolvidos nesta floresta tropical e os modos de vida da população local produziram marcas que, aliadas à história oral e registros imagéticos permitem reconstituir a história de uma parte do município do Rio de Janeiro que, embora ocupe mais de 10% de sua área, ainda hoje é desconhecida de grande parte dos cariocas, ou seja, dos indivíduos nascidos no município do Rio de Janeiro.

2.1. O Histórico de Ocupação do Maciço da Pedra Branca

O Maciço da Pedra Branca é uma área montanhosa localizada entre as Baixada de Jacarepaguá, Bangu e Guaratiba, na atual zona oeste do município do Rio de Janeiro. Localizado na XXVI região administrativa (RA) do município do Rio de Janeiro. Possui uma extensão de 12.500 hectares. O pico da Pedra Branca – que dá nome ao maciço – com 1024 metros de altitude é considerado o ponto mais alto do município. O maciço abriga uma grande diversidade de espécies da Mata Atlântica, da fauna, rios, cachoeiras e mirantes naturais – Pedra do Quilombo, Pedra do Ponto, Morro do Cavalo (mais conhecido como Pedra do Telégrafo) entre outros.

Os coletores-caçadores²⁶ foram os primeiros grupos humanos a chegarem ao maciço, há cerca de três mil anos. Porém, a transformação da paisagem só começou a se intensificar a partir do século XVII, com a instalação de um engenho na sesmaria de Correia de Sá. A Igreja de São Gonçalo do Amarante, construída no Camorim, em 1625, é um marco deste período histórico (OLIVEIRA, 2010).

No período compreendido entre final do século XVIII e início do século XIX, predominavam, nas áreas de baixada e nos cumes, a produção de cana-de-açúcar e a criação

²⁵ O título deste capítulo remete à fala repetida por vários agricultores quando se referem às restrições impostas após a criação do PEPB. Segundo estes agricultores, antes as terras do maciço eram o quintal de suas casas, após 1974, seu quintal passa a ser propriedade do Parque e eles perdem o domínio e autonomia sobre esta área.

²⁶ Primeiros grupos humanos a habitar o Brasil. Eram nômades e viviam da caça e coleta de vegetais. Utilizavam artefatos feitos com pedra, osso, madeira e fibras vegetais.

de gado. A produção do café – espécie que se adapta melhor em áreas bem drenadas e ensolaradas – se consolidou a partir dos anos 1850. Neste período as baixadas foram abandonadas e as encostas ocupadas pela monocultura do café (MUSUMECI, 1986). A crise econômica de 1929²⁷, agravada pela hiperprodução de café, levou ao abandono de muitas lavouras.

No novo ciclo econômico predominaram as atividades extrativistas – produção de lenha e de carvão – que atendiam às demandas das indústrias. Ao mesmo tempo, foram implantadas algumas lavouras de subsistência. Segundo Musumeci (1986), este ciclo durou até início da década de 1920. Na obra *O Sertão Carioca*, tema do próximo tópico, Corrêa (1936) destaca e critica fortemente a continuidade da atividade extrativista de madeira para produção de carvão e lenha.

Durante a década de 1920, a febre da laranja²⁸ chegou ao maciço. Nesse período, os laranjais se espalhavam por todas as encostas das regiões de Campo Grande, Santa Cruz, Guaratiba, Jacarepaguá e Realengo. No entanto, a Segunda Guerra Mundial – 1939-1945 – levou ao abandono dos laranjais, por parte dos senhores de terra. Desencantados com a grave crise econômica gerada pela guerra, e pelo fechamento do mercado externo, esses proprietários deixaram suas fazendas e sítios. Os trabalhadores que permaneceram na terra continuaram produzindo a laranja – que abastecia o mercado interno. A queda nas vendas fez com que os frutos apodrecessem no pé, causando a praga da laranja. Diante da insegurança e instabilidade na posse da terra, muitos posseiros optaram pelo cultivo de hortaliças – espécie agrícola que possui ciclos mais curtos, em média 30 a 40 dias – em detrimento da laranja (MUSUMECI, 1986).

A partir da década de 1930, teve início – nas encostas do maciço – a produção de banana. Diferentemente de outros cultivos agrícolas que tiveram ciclos produtivos determinados e finitos, a banana não foi substituída por novas espécies permanecendo até os dias atuais como elemento de territorialização (FERNANDEZ, 2009a).

As transformações políticas e econômicas ocorridas na década de 1960 – transferência da capital do país para Brasília, implantação de novos polos industriais em áreas anteriormente destinadas à agricultura, incentivos à construção civil, política de remoção de favelas das áreas nobres do Estado, especulação imobiliária – aceleraram o processo de urbanização no Estado, transformando-o, “por força dos interesses tributários do governo e das pressões do capital imobiliário privado, em uma imensa e caótica área urbana” (MUSUMECI, 1986, p. 80).

²⁷ Também conhecida como a Grande Depressão, a crise de 1929, foi uma “crise que se iniciou no sistema financeiro americano, a partir do dia 24 de outubro de 1929, quando a história registra o primeiro dia de pânico na Bolsa de Nova Iorque e se alastrou pelo mundo, reduzindo o comércio mundial a um terço do que era antes”. (BEHRING, 2009, p. 307).

²⁸ Período compreendido entre 1920-1940, marcado pelos altos índices de produção da laranja.

Além da variedade de cultivos praticados no maciço – que atualmente fazem parte da paisagem do maciço – e de ruínas de antigas construções, casas de pau-a-pique, caminhos utilizados pelos senhores de engenho e pelos escravos, a paisagem deste território também é composta por instalações físicas construídas com o objetivo de atender a demandas de moradores de outras áreas da cidade. Este é o caso das linhas de transmissão de energia das empresas Furnas e Light e das represas e aquedutos – construídos para a captação de água dos rios localizados em Pau da Fome – atualmente sob a gerência da CEDAE.

A descrição detalhada da “rede hidrográfica das vertentes formadas pelos morros do Quilombo, Nogueira, St. Bárbara, Pedra Branca e do Mello (Monte Alegre)” (CORRÊA, 1936, p. 35) e das ações desenvolvidas com o objetivo de proteger os mananciais e, simultaneamente, garantir o abastecimento de água para os moradores de outras áreas da cidade do Rio de Janeiro evidenciam que estas questões são bem anteriores aos debates que culminaram na criação deste parque urbano.

Logo abaixo do pico da Pedra Branca estão localizadas a cabeceira do Rio Grande e a nascente do riacho Pedra Branca. As águas deste riacho encontram-se com o rio Águas Frias formando uma bacia natural – Tanque das Pacas – e seguem até o rio da Barroca. Os rios Pedra Branca e Barroca formam duas quedas d’água – que caem de uma altura de cerca de quatro metros formando uma grande bacia. As águas que jorram desta bacia e descem serra abaixo, até a represa de Pau da Fome, recebem o nome de Rio Grande. Localizada a 130 metros de altitude, a represa do Pau da Fome constitui-se numa

barragem feita de pedra e cimento, cujo volume d’água de abastecimento à caixa é de 8.610.000 metro cúbicos, por vinte e quatro horas. À esquerda, o registro da descarga e, à direita, o regulador, registro de onde sai a água, por uma comporta de ferro, comunicando-se com a canaleta de cinco degraus, produzindo a queda brusca do líquido, que finalmente percorre a canaleta de um metro de largura por trinta centímetros de fundo, por entre árvores do bosque, e enormes blocos pétreos insulados, como se fossem colocados por gigantes, descrevendo uma pronunciada curva, depois de um percurso de 130 metros até a caixa d’água (CORRÊA, 1936, p. 36).

As águas captadas por estas três represas eram transportadas pelo aqueduto de Pau da Fome²⁹ para o abastecimento de Jacarepaguá e seus arredores.

O aqueduto, de cimento, tijolo e pedra, tem o seguinte traçado: mantém a canaleta das águas sobre pilares com base em forma de dado, ligados entre si, na parte superior, por arcos de berço, de uma elegância severa. A canaleta, pilares e arcos emoldurados, por frisos de dez centímetros de largura, dão um balanço agradável a esse aqueduto pela projeção da luz e

²⁹ Assim como a represa do Pau da Fome e outros símbolos e marcos históricos deste sertão, nos dias atuais, a ruína do aqueduto – apropriada e divulgada pela Trilha Transcarioca – aparece como atrativo desta trilha de longa distância.

sombra que desenha em seu conjunto, indo terminar na Caixa d'água, em meio de um bem tratado jardim (CORRÊA, 1936, p. 37).

Mesmo represado, o rio Grande continua a percorrer o Maciço da Pedra Branca, encontrando-se com outros rios e mudando de nome pelo caminho. Ao chegar à Fazenda da Taquara³⁰, passa a ser nomeado como rio Taquara. No encontro com o rio Covanca, passa a se chamar Estiva. Numa bifurcação, o rio Estiva se divide em dois: rio do Porto e rio Caieira. O rio do Porto continua seu percurso até desaguar na lagoa do Camorim (CORRÊA, 1936).

No Brasil, a década de 1930, foi um período de intensos debates com a temática ambiental. Em 1934 foram elaborados e aprovados o primeiro Código Florestal e o Código de Águas. Ainda nos anos 30 foram criados os primeiros parques nacionais. Armando Magalhães Corrêa não ficou imune a esse debate. Em vários trechos de seu livro, Corrêa demonstra preocupação com a preservação dos recursos naturais, inclusive incentivando a criação de áreas naturais protegidas. Ao descrever os mananciais do Maciço da Pedra Branca, Corrêa destaca, com satisfação, o fato de estes recursos hídricos estarem localizados em áreas pertencentes ao governo federal, ou seja, áreas passíveis de proteção e regulamentação.

Felizmente, hoje essa área de 176 alqueires de terra pertence ao governo federal, sob a guarda da Inspetoria de Águas e Esgotos, mas pretende o governo transferi-la para o Ministério da Agricultura, sob a guarda do serviço Florestal. Até o presente momento tem um administrador, um guarda de matas e um de represa, os quais, com o auxílio de dois trabalhadores, fiscalizam as matas e mananciais (CORRÊA, 1936, p. 39).

Na atualidade, há uma desnaturalização da presença de empresas no parque e o entendimento de que causam impactos ambientais – passíveis de compensação. A Lei do SNUC assim como o Plano de Manejo do PEPB são instrumentos legais que preveem a compensação ambiental.

A adoção de medidas compensatórias, por danos ambientais advindos da instalação de determinados empreendimentos, foi instituída, no Brasil, em 1987, através da Resolução CONAMA. De acordo com esta Resolução, um dos pré-requisitos para o licenciamento de obras de grande porte que representasse dano ao ecossistema era a “implantação de uma Estação Ecológica pela entidade ou empresa responsável pelo empreendimento, preferencialmente junto à área” (CONAMA, 1987). Em 1996, esta Resolução foi revogada pela Resolução CONAMA 02. A nova redação sinalizava com a possibilidade de o empreendedor criar outro tipo de unidade de conservação, não ficando restrito à Estação Ecológica.

³⁰ No ano de 1937, o IPHAN realizou – através do Decreto nº 25 de 30 de novembro de 1937 – o tombamento da casa da Fazenda da Taquara como patrimônio histórico e artístico nacional. Em 2009, esta mesma fazenda, também conhecida como Fazenda da Baronesa, foi reconhecida – através do Projeto de Lei Nº 464/2009 – como uma das sete maravilhas do bairro de Jacarepaguá, RJ.

Porém, a compensação ambiental só foi reconhecida como um instrumento legal a partir do ano 2000, com a publicação da Lei 9.985 – a Lei do SNUC. Além de criar o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, esta lei estabelece normas e critérios a serem observados na implantação e gestão das Unidades de Conservação, entre os quais o estabelecimento de medidas compensatórias por parte dos empreendimentos que causem significativo impacto ambiental. De acordo com o Art. 36 da Lei 9.985

Nos casos de licenciamento ambiental de empreendimentos de significativo impacto ambiental, assim considerado pelo órgão ambiental competente, com fundamento em estudo de impacto ambiental e respectivo relatório - EIA/RIMA, o empreendedor é obrigado a apoiar a implantação e manutenção de unidade de conservação do Grupo de Proteção Integral, de acordo com o disposto neste artigo e no regulamento desta Lei.

§ 1º O montante de recursos a ser destinado pelo empreendedor para esta finalidade não pode ser inferior a meio por cento dos custos totais previstos para a implantação do empreendimento, sendo o percentual fixado pelo órgão ambiental licenciador, de acordo com o grau de impacto ambiental causado pelo empreendimento.

§ 2º Ao órgão ambiental licenciador compete definir as unidades de conservação a serem beneficiadas, considerando as propostas apresentadas no EIA/RIMA e ouvido o empreendedor, podendo inclusive ser contemplada a criação de novas unidades de conservação.

§ 3º Quando o empreendimento afetar unidade de conservação específica ou sua zona de amortecimento, o licenciamento a que se refere o caput deste artigo só poderá ser concedido mediante autorização do órgão responsável por sua administração, e a unidade afetada, mesmo que não pertencente ao Grupo de Proteção Integral, deverá ser uma das beneficiárias da compensação definida neste artigo (BRASIL, 2000, p. 17).

Apesar de instituir a compensação ambiental, existem muitas lacunas na Lei 9985. O decreto 4.340/2002 regulamenta alguns artigos da Lei do SNUC, entre os quais, aqueles que versam sobre a compensação ambiental devida por significativos impactos ambientais. Entre outras determinações, o decreto supracitado designa o IBAMA como o instituto responsável por realizar os estudos de impacto ambiental e o cálculo da compensação ambiental.

A paisagem do Maciço da Pedra Branca guarda as marcas dos diversos processos históricos, culturais e socioeconômicos que modificaram a vegetação e os significados e valores atribuídos a este território.

2.2. Maciço da Pedra Branca por Magalhães Corrêa: Uma Etnografia do Sertão Carioca

Conforme já mencionado, o livro O Sertão Carioca, escrito por Magalhães Corrêa no início da década de 1930 se constitui num importante registro etnográfico dos modos de vida

da geração que vivia no Maciço da Pedra Branca, no início do século XX e cujos descendentes são os atuais moradores. Magalhães registra em textos e desenhos elaborados a pica de pena os modos de vida, as características físicas, econômicas, geológicas e geográficas do maciço no início do século XX. Mais do que buscar as marcas e resquícios do sertão na atualidade, a utilização desta obra tem como objetivo criar um canal de diálogo entre as questões e realidades percebidas pelo autor e aquelas retratadas pelos sertanejos: sua percepção sobre mudança social, as formas de subsistência, as representações sobre o território, a paisagem e as relações com a cidade.

O título da obra faz referência à descoberta de Corrêa durante sua experiência e vivência no Maciço da Pedra Branca – a existência de uma população que, embora carioca, adota modos de vida, usos e costumes que remete ao sertão, como expressão da sociedade brasileira, isolado e abandonado pelo poder público, ou seja, “[...] uma população laboriosa, bem brasileira, cujos usos e costumes me levaram à denominação de Sertão Carioca” (CORRÊA, 1936, p. 24).

O rigor adotado na descrição das características geográficas, dos tipos humanos e seus modos de vida, também é encontrado na descrição de seu recorte geográfico – com seus limites e fronteiras³¹. Diante da constatação de ausência de estudos sobre o sertão carioca, Corrêa sente-se motivado a descrever, minuciosamente, os limites geográficos deste território que o deixara surpreso e impressionado.

A vasta zona da terra carioca, denominada planície de Jacarepaguá (vale dos jacarés), compreendida entre os maciços da Tijuca e da Pedra Branca, é constituída pelos vales dos tributários das lagoas da Tijuca e Camorim; por essas lagoas e a de Marapendy (mar limpo), na restinga de Itapeba (lage), pelos campos de Sernambetiba e pela Restinga de Jacarepaguá, com suas dunas, a qual é o anteparo do Oceano Atlântico. Começa no Campinho, com o nome de Marangá (vale da batalha) entre este e o morro do Valqueire (vale de pau-ferro), na altitude de 40 metros do nível do mar. No Tanque, a 14 quilômetros do Campinho, dilata-se consideravelmente, chegando a ter 6 quilômetros de largura. Deste ponto, vai progressivamente aumentando, a té encontrar o Oceano, onde alcança a sua maior largura, formada pela bacia hidrográfica das lagoas da Tijuca, Camorim, Marapendy e Campo de Sernambetiba. Aí da Barra da Tijuca (Morro da Juatinga - Juá branco) até a base do morro das Piabas, alcança 23 quilômetros de extensão, mais ou menos. Do Campinho ao Oceano, a extensão é de 15 quilômetros; o terreno vai em declive suave, seco, até as Estradas da Tijuca, do Camorim, Vargem Grande e Piabas; daí ao litoral, pode-se dizer, é quase em sua totalidade alagadiço, com as lagoas, os campos (Sernambetiba), as matas Tropicóflas e as Halóflas. Essa grande planície tem por assim dizer a forma topográfica de

³¹ Conceitos de limite e fronteira. “Enquanto o limite jurídico do território é uma abstração, gerada e sustentada pela ação institucional no sentido de controle efetivo do Estado territorial, portanto, um instrumento de separação entre unidades políticas soberanas, a fronteira é lugar de comunicação e troca” (MACHADO, 2000, p. 9-10). Dados disponíveis em: <http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/08_6_lia_osorio.pdf>. Acesso em 03 ago. 2017.

um funil, cuja área é calculada em 160.000.000 de metros quadrados (CORRÊA, 1936, p. 23).

Um dos objetivos de Corrêa (1936) era tornar evidente a existência deste sertão na cidade do Rio de Janeiro – então chamado de Distrito Federal e capital do país. Ao pensar neste território que tanto o encantara, Corrêa começa a produzir mentalmente a sua paisagem (RAFFESTIN, 2007). “A imagem cartográfica e/ou a representação paisagista, enquanto meios de acesso a uma prática e a um conhecimento do real, têm todas as características da moeda fiduciária” (RAFFESTIN, 2007, p. 9).



Figura 1. Mapa do Sertão Carioca – desenhado a pingo de tinta por Magalhães Corrêa.
Fonte: O Sertão Carioca (CORRÊA, 1936, p. 273).

A representação imagética de seu recorte geográfico nos é revelada através do mapa pintado a pingo de tinta pelo próprio autor – assim como as demais ilustrações apresentadas em sua obra. O mapa produzido a partir da perspectiva do autor revela os aspectos paisagísticos valorizados pelo mesmo; permite-nos conhecer, ainda que parcialmente, as características geográficas locais; e também é um modo de registrar e perpetuar o conhecimento produzido num determinado período histórico. Ou seja, a paisagem representada através do mapa produzido por Corrêa (1936) é

triplamente uma moeda fiduciária: em primeiro lugar, ela é a cristalização de um conjunto de valores e de normas de um sujeito histórico; em seguida, ela é o meio para chegar a uma prática e a um conhecimento do real ou à prática e a um conhecimento do imaginário; e, enfim, ela é o meio de acumulação e tesourização (RAFFESTIN, 2007, p. 9-10).

Provavelmente, ao criar o mapa do sertão carioca, Corrêa não imaginava que, quase cem anos depois, esta representação paisagística de parte da cidade do Rio de Janeiro seria acionada como ferramenta para a leitura e interpretação dos valores socioculturais e da paisagem de uma época.

A nomeação deste território (e de sua obra) como Sertão Carioca, mostra uma prática recorrente na produção de conhecimento nas Ciências Sociais – a classificação e a di-visão do objeto de análise – ver, dividir e classificar para conhecer (BOURDIEU, 1989). Embora não seja possível saber com exatidão o objetivo do autor ao intitular a sua obra, cabe ressaltar que

as classificações mais naturais apoiam-se em características que nada têm de natural e que são, em grande parte, produto de uma imposição arbitrária, quer dizer, de um estado anterior da relação de forças no campo das lutas pela delimitação legítima. A fronteira, esse produto de ato jurídico de delimitação, produz a diferença cultural do mesmo modo que é produto desta [...] (BOURDIEU, 1989, p. 115).

No caso em questão, o termo ‘sertão’, classifica e caracteriza seu campo de pesquisa como um lugar isolado, abandonado pelas políticas públicas e com uma população cujos modos de vida remetem ao rural. O termo ‘carioca’ complementa essa classificação, definindo os limites e fronteiras desse território. Assim, sociológica e antropológicamente, este território é associado aos valores e práticas culturais verificados nos sertões do Brasil. Geograficamente, seu nome remete ao município do Rio de Janeiro – então capital federal do Brasil. Como pesquisador, Corrêa contribuiu para celebrar este nome e o fez tão bem que até os dias atuais esse território é referenciado como Sertão Carioca.

O encantamento e o estranhamento com que Corrêa descreve o Maciço da Pedra Branca e a existência de atividade agrícola bem próxima à capital denunciam sua origem urbana. “A exuberância do meio físico estabelecia os limites de distinção entre o mundo urbano e o ambiente sertanejo” (SARMENTO, 1998, p. 8). Ele chegara ao sertão, mas não o sertão do interior do Brasil – rústico, distante, agreste. Era um sertão próximo das facilidades e atrativos da vida urbana – o campo na cidade. Um sertão amansado pela sua familiaridade com o lugar – Corrêa passou a morar no sertão carioca. A alteridade em sua escrita é marcada pela sensibilidade ao falar dos moradores. O sertão encontrado por Corrêa era um “sertão carioca, curioso, mas inofensivo, amansado pela proximidade do litoral e pela inexistência do deserto (vazio de civilização e de Estado) em seu entorno” (VIDAL E SOUZA, 2010, p. 102).

O livro foi organizado em duas partes que se complementam. Primeiro, o autor apresenta a paisagem natural³² – os aspectos geológicos, os mananciais, a fauna e flora e a paisagem construída. Em seguida, Corrêa coloca o homem nesse cenário, descrevendo suas atividades e interação com esse meio. Segundo Sarmento (1998) essa metodologia revela a influência da obra *Os Sertões*, de Euclides da Cunha sobre a escrita de Magalhães Corrêa.

³² Relembrando que, segundo Maderuelo, paisagem não é natureza, portanto não há redundância no termo paisagem natural (MADERUELO, 2005).

Na primeira parte de sua obra, Armando Magalhães Corrêa descreve a constituição granítica do Maciço da Pedra Branca, os caminhos percorridos pelos rios – do morro da Pedra Branca até Camorim – a Pedra do Quilombo – antigo refúgio dos escravos fugidos –, a Igreja de São Gonçalo de Amarante e as instalações físicas – a represa de Pau da Fome³³, o aqueduto de mesmo nome, o Açude e a represa de Camorim – planejadas e construídas com o objetivo de garantir o fornecimento de água para a cidade.

Em relação à flora e fauna, Corrêa cita, entre outros, os pés de jequitibás, ipês, jacarandás, palmeiras, coqueiros, samambaias, framboesa, além do lagarto, da suçuarana, dos ouriços e tatus que encontra durante suas caminhadas pelo maciço. “As árvores da mata são de madeira de lei; junto dos blocos pétreos insulados, soqueiras de bambus e milhares de pés de xuxus nativos, espalhados por todos os recantos [...]” (CORRÊA, 1936, p. 40).

Uma curiosidade que tive, ao adentrar no campo de pesquisa, e também de muitas pessoas que conheci, era em relação ao nome da localidade de Pau da Fome. Corrêa esclarece esta dúvida. Segundo os antigos moradores do maciço, na localidade de Pau da Fome, Taquara, havia uma grande figueira onde os tropeiros, caçadores e demais frequentadores dessas matas se reuniam para preparar suas refeições e descansar. Ao chegarem a este local eles diziam “estamos no Pau da Fome” (CORRÊA, 1936, p. 39). Este nome pegou e foi oficializado com a construção da Estrada de Pau da Fome.

O Açude do Camorim – localizado 436 metros acima do nível do mar – possui área de 210.000 m³ e 18 metros de profundidade. Uma das grandes belezas naturais do maciço e incluído no trajeto da Trilha Transcarioca, o açude não é tão natural assim. Ele foi planejado – pelo engenheiro Sampaio Corrêa – e construído pelo engenheiro Henrique de Novaes, no ano de 1908, a partir de uma bacia natural formada pelas encostas do Pico do Sacarrão e da Serra do Nogueira (CORRÊA, 1936, p. 46). O açude foi planejado de modo a ficar distante da estrada principal, no caso, a Estrada de Guaratiba, ou seja, ficar protegido do olhar e da presença humana.

A represa do Camorim recebe as águas do rio Camorim e a direciona – através de uma canaleta de onze metros de altura – a um poço natural de 15 metros de largura. Corrêa ficou maravilhado com esta queda d’água, que, nas palavras do autor, faz lembrar um véu de noiva (CORRÊA, 1936, p. 48). Assim como outras marcas do sertão carioca, esta represa concentra usos e concepções distintas sobre este território. Inserida no debate sobre uso público nos parques, adquire outros valores, para além de seu objetivo primário – que seria o armazenamento das águas para o abastecimento de água potável à população. Atualmente, a represa do Camorim está inserida no circuito do turismo comunitário e do Movimento Trilha Transcarioca, ou seja, tornou-se um ponto turístico do Parque Estadual da Pedra Branca.

³³ Reconhecida como patrimônio cultural, a represa do Pau da Fome foi tombada, pelo INEPAC, em 1998. A CEDAE é a atual proprietária da represa e de todos os seus equipamentos.



Figura 2. Represa do Camorim
 Fonte: Arquivo pessoal

É também no Camorim que está localizada a Igreja de São Gonçalo de Amarante, construída em 1625 a pedido de Correia de Sá. À época de sua construção, o bairro de Camorim se chamava Pirapitingui, cujo significado é peixe de escamas brancas. Corrêa faz uma descrição minuciosa da Igreja

toda branquinha, com faixas azuis, coberta de telha de canal, lembrando os tempos coloniais. Feita de pedra e barro, tem uma porta de entrada, com umbrais de cantaria; ao lado, a entrada da sacristia e, logo a seguir, os dois sinos de bronze, do tempo de sua fundação, cada um em seu respectivo vão em pleno centro, a altura de um homem: num deles está a imagem de N. S. da Conceição e as palavras Jesus - Maria - José. No interior do templo, telha vã, ao fundo um arco sustentado por duas pilastras, e no interior o altar, tendo ao centro São Gonçalo de Amarante, à direita São Bento e à esquerda N. S. da Conceição; logo abaixo, o Sagrado Coração de Jesus e o tabernáculo com o Santíssimo Sacramento. Um pequeno órgão, à direita, à esquerda um confessionário e alguns bancos; é o mobiliário. No corpo anterior do altar, o povo assiste à missa; à Direita, o púlpito, à esquerda duas seteiras por onde entram luz e ar e pias de pedra embutidas na parede. O chão é pavimentado de cimento. A sacristia tem pia de pedra, mesa e escadaria para o púlpito; ao fundo, um espaço para os paramentos e o padre (CORRÊA, 1936, p. 49-50).

Com exceção de alguns poucos detalhes, a igreja conserva até os dias atuais as mesmas características descritas por Corrêa. Em relação ao seu entorno e à floresta, a pintura de Corrêa (1936) apresenta os bananais ao lado da igreja e uma área aparentemente desmatada ao fundo da igreja. A comparação entre a imagem de 1936 com fotos tiradas em abril do presente ano (ver figura 5) – em que aparecem os bananais e a floresta atrás da igreja – sugere que “hoje haja menos agricultores cultivando as encostas do PEPB e conseqüentemente, uma maior regeneração da floresta” (BERCK, 2011, p. 54).



Figura 3. Igreja de São Gonçalo do Amarante – desenhada a pico de pena por Corrêa (1936).
Fonte: O Sertão Carioca. (CORRÊA, 1936, p. 51).

Assim como ocorre com a Represa do Camorim, a Igreja de São Gonçalo do Amarante tem adquirido novos significados e valores que se modificam de acordo com o grupo social e o contexto em que esteja sendo acionada ou vinculada.

O deslumbramento de Corrêa com o cenário do Maciço da Pedra Branca é visível em toda a leitura do livro. Mesmo na segunda parte do livro, quando o autor começa a situar os moradores, a descrição do meio continua sendo um destaque nesta obra. Corrêa também esclarece o significado de alguns nomes, como por exemplo, Camorim que significa robalo em tupi, e demonstra apreço tanto pelo lugar quanto pelas pessoas que ali vivem e trabalham ao afirmar que “nesse ambiente bem brasileiro e um tanto isolado impera ainda a alma pura dos nossos caboclos, tudo lembra o que é nosso, os tipos e costumes” (CORRÊA, 1936, p. 60).

O bairro de Camorim é banhado pelos rios Camorim e Caçambe (mato cortante). A lagoa de Camorim é o ponto de encontro dos pescadores – todos brasileiros e majoritariamente fluminenses e cariocas. A descrição minuciosa de todo o processo da pesca

da corvina e caraúna – desde a confecção das redes até o período do dia ideal para a pesca e as técnicas adotadas por estes pescadores e o preço de venda – é resultado de sua pesquisa etnográfica com seis pescadores de Camorim.

A paisagem descrita pelo autor não é apenas natureza, mas incorpora também as relações do homem com o meio em que está inserido. Daí que, primeiramente, ele apresenta esse meio – a paisagem-matriz. Em seguida, Corrêa descreve a ação e interação do homem nesse meio – a paisagem-marca.

A paisagem e o sujeito são co-integrados em um conjunto unitário que se auto-produz e auto-reproduz. Paisagem-marca expressa uma civilização e paisagem-matriz participa dos esquemas de percepção, da concepção e de ação-cultura (BERQUE, 1998, p. 86).

2.2.1. Metabolismo social: a transformação da natureza através do trabalho

Desde os primórdios da criação, o homem busca na natureza os recursos para sua produção e reprodução, ou seja, os meios para suprir as necessidades físicas e nutricionais de seu corpo. A fome e, conseqüentemente, a busca por alimento é uma característica inerente a todo ser humano. O processo de transformação da natureza em alimentos e/ou outros bens de consumo é sociologicamente denominado de metabolismo social – “conceito que integra o fluxo da energia e materiais necessários à reprodução das populações humanas, à produção econômica e aos processos de consumo” (FERNANDEZ *et al*, 2016, p. 147).

Algumas das atividades descritas por Corrêa (1936) como, por exemplo, o corte de árvores para a produção do carvão, a fabricação de esteiras e tamancos, o cultivo da banana e a caça são exemplos de atividades – exercidas no maciço – inseridas no conceito de metabolismo social.

Os bananais que podem ser vistos em toda a extensão do Maciço da Pedra Branca, especialmente, nas vertentes oeste e sul, que abrangem os bairros de Campo Grande, Guaratiba e Grumari, também são abordados por Corrêa (1936), que dedicou um capítulo de sua obra aos produtores desse fruto. O autor descreve o processo de produção e comercialização da banana, as espécies existentes, as espécies encontradas no maciço, o modo de cultivo, meio de transporte, entre outros detalhes relacionados à sua produção e comercialização.

Corrêa inicia o capítulo divagando sobre a origem do termo banana. Segundo o autor, o nome banana pode ser uma derivação do termo banã-pão, nome pelo qual o fruto é conhecido na Ilha de São Tomé, África Central. Nas Filipinas e na Malásia, o cultivo da banana remete há 4 mil anos. Quando os portugueses chegaram ao Brasil, indígenas da Amazônia já cultivavam a banana (CORRÊA, 1936, p. 139).

Existem várias espécies de bananas – prata, maçã, ouro, anã, São Tomé entre outras. Segundo Corrêa (1936), no maciço, as mais produzidas são a banana d’água e a banana nanica

e banana pai-antônio. A preferência por estes tipos ocorre em virtude destas terem melhor aparência, serem as preferidas do consumir e as mais resistentes ao transporte.

A banana – que se reproduz rapidamente em lugares de clima quente e terrenos úmidos – encontrou nas serras do Maciço da Pedra Branca as condições apropriadas para sua produção e reprodução.

O plantio é feito em terrenos mais ou menos inclinados íngremes, de preferência nas grotas, lugares frescos e mesmo em terreno plano e em solos de constituição húmifero-argilosa, frescos, profundos e ricos de humus (CORRÊA, 1936, p. 140).



Figura 4. Tropa da Banana.

Fonte: O Sertão Carioca (CORRÊA, 1936, p. 145).

A produção da banana não requer muito trabalho – plantio em covas profundas, roçado e limpeza dos pés, duas vezes ao ano e colheita após um período que varia entre dezesseis e vinte meses, ou seja, quase dois anos para começar a colher os frutos. O bananeiro tem um ciclo de vida de cerca de dez anos. A colheita é a etapa mais difícil de toda a produção, pois os cachos além de pesados – cerca de 20 quilos cada um – requerem cuidados e um modo especial de corte e arrumação para o transporte.

Depois de colhidas, as bananas são transportadas, durante a noite, em jacás³⁴ colocados nos lombos de burros. Os produtores descem as serras do maciço em tropa levando

³⁴ Cestos de bambu que são colocados nos lombos dos burros para o transporte da produção pelas íngremes serras do Maciço da Pedra Branca.

sua produção até a estrada onde são compradas por atravessadores – a preços baixíssimos – ou vendidas a varejo nos pequenos comércios locais. Além dos preços baixos, os produtores de banana ainda são abandonados pelo poder público. “Quando, por ventura, cometem qualquer delito, aplica-se-lhes logo, o rigor da lei [...] não há compreensão do seu meio, de sua mentalidade e de sua vida rural [...]” (CORRÊA, 1936, p. 142).

Por ser rica em vitaminas e sais minerais, a banana é um fruto essencial na alimentação infantil e de adultos. O fruto pode ser consumido de várias maneiras – in natura, cozida, verde, em doce, pratos salgados e como bebidas.

Além de classificar os moradores do Maciço da Pedra Branca pela atividade exercida – cesteiros, tamanqueiros, esteireiras, cabeiros, oleiros, agricultores, pescadores, caçadores e ambulantes –, Corrêa dedica um capítulo do livro para cada ocupação identificada. Ao vincular todas as atividades à natureza local, o autor denota sua preocupação com a conservação da floresta, mas também evidencia a integração desta população com a natureza, da qual depende para sua subsistência e os vínculos com a cidade, onde vende seus produtos e adquire outros que não produz.

Na obra *O Sertão Carioca*, Corrêa apresenta duas perspectivas – que nos dias atuais poderiam ser nomeadas como perspectiva sociocultural e conservacionista. O autor descreve os rios, a fauna, a flora e as lagoas com verdadeiro encantamento. Ao passar por Camorim, fica maravilhado com os mananciais, o açude, a represa e com a lagoa de Camorim que “[...] se apresenta como um espelho em que se reflete o nosso céu” (CORRÊA, 1936, p. 60). Porém, o autor também responsabiliza o homem pela devastação do maciço, ao afirmar que “a flora carioca foi desde os tempos coloniais devastada pelo homem, quer para construção, quer para lenha e carvão [...]” (CORRÊA, 1936, p. 73).

Corrêa criticava o corte de árvores para a produção do carvão. Segundo o autor, o corte deveria ser regulado e o replantio obrigatório. Porém, Corrêa faz uma ressalva, o replantio não poderia ser com eucaliptos, pois esta espécie esterilizaria a terra.

Influenciado por uma geração de conservacionistas dos anos 1930-1940, Corrêa defende a criação de parques e de leis que regulamentassem a caça e a pesca. Segundo o autor

[...] g) deverão ser criadas reservas naturais integrais, constituídas em domínios nacionais intangíveis, de acordo com o "Office International pour la protection de la nature", em suas legislações, pois o Brasil é um de seus signatários.[...] Toda a caça ou pesca, todas as explorações florestais, agrícolas ou minerais, as escavações ou pesquisas, sondagens, desmontes ou construções, os trabalhos tendentes a modificar o aspecto do terreno ou da vegetação, todo ato de natureza a trazer perturbações à fauna, [...] serão estritamente interditas sobre toda a extensão dos parques nacionais assim constituídos. E será proibido, sem autorização do administrador, penetrar, circular ou acampar nessas reservas, como introduzir armas de fogo, armadilhas e cães (CORRÊA, 1936, p. 174).

No entanto, o autor também defende a manutenção de seu modo de vida. O reflorestamento e a conservação ambiental deveriam ter como objetivos não apenas a

preservação dos mananciais, da fauna e da flora, mas a garantia da subsistência da população local.

O problema fundamental no Brasil é o de uma sadia brasilidade, a começar pelo reflorestamento, a conservação dos mananciais, para garantia de nossa fauna, e assim possa haver meios de subsistência aos seus habitantes (CORREA, 1936, p. 237).

Corrêa imaginava esta população como parte ativa num projeto de proteção da natureza, pois

acreditava na possibilidade de que os próprios sertanejos, na medida em que as autoridades lhes proporcionassem a necessária assistência e elaborassem as leis adequadas, se transformassem nos principais protetores do seu ambiente (FRANCO E DRUMMOND, 2005, p. 5).

Uma das grandes preocupações demonstradas pelo autor – o futuro da floresta – está diretamente ligada às atividades desenvolvidas pelos machadeiros e pelos carvoeiros. Embora reconhecendo a necessidade da produção do carvão para atender a demanda da população e da indústria, Corrêa criticou o corte desordenado de árvores e alertou para a necessidade de ações direcionadas ao reflorestamento. “Assim, precisamos ver e estudar como e onde se deve fazer o carvão, reflorestar as nossas serras e morros pelados” (CORRÊA, 1936, p. 86).

A fabricação do carvão implicava em consequências ambientais, sociais e econômicas. Fernandez (2009a) nos traz, através das memórias de Dona Nédia, a relação de dependência dos carvoeiros com a família Vieira, comerciantes e detentores de grandes extensões de terra na região

Meu pai fazia o carvão e fazia compra no armazém de João Vieira. Tinha mês que ele fazia, levava carvão, ia levando, ia fazendo compra. Aí, quando chegava no fim, quando acabava de fazer o balão, ele ia lá e dizia: ‘Seu João, quanto eu estou devendo aí?’ Ele apanhava o lápis, fazia a conta... – ‘Oh Manel, você ainda está me devendo tanto.’ Aí meu pai voltava e ia fazer carvão de novo. Tornava a continuar fazer compra. Ele nunca tinha um dinheiro, para dizer esse dinheiro é meu, de chegar na mão. Finado João Vieira vendia do jeito que ele queria. Dalí, mandava o carvão lá para baixo, no Tanque tinha uma carvoaria grande, era onde recebia o carvão daqui que meu pai fazia. [...] Meu pai trabalhava na agricultura. Meu pai quando criou a gente, criou a gente fazendo carvão. Naquela época podia fazer. Trabalhava naquele morro lá. Tinha semana, que a gente ficava a semana inteira fora de casa lá, vigiando o balão (FERNANDEZ, 2009a, p. 227-228).

Conforme podemos verificar no relato acima, durante a produção do carvão, o carvoeiro permanecia muito tempo na mata. Eram dias vigiando o balão de carvão. Nesse período de tempo, o carvoeiro dedicava-se a outras atividades, como plantio de legumes e verduras e, provavelmente, à caça também.

Há que se considerar que a caça é uma atividade dispendiosa de tempo, incerta quanto aos resultados e que precisa ser conciliada com as demais

atividades agrícolas e extrativistas. No caso particular da presente área de estudos, o Maciço da Pedra Branca, a fabricação de carvão, muito praticada nas primeiras décadas do século XX, talvez tenha possibilitado maior dedicação à caça (FERNANDEZ *et al*, 2016, p. 152).

Assim como os bananeiros, os caçadores ocupam um capítulo inteiro do livro *O Sertão Carioca*. Relatos das caçadas, os animais preferidos pelos caçadores e ilustrações – a pico de pena – de caçada de patos na lagoa de Marapendy e de caçadores equipados para a caça são entremeados com críticas pessoais a esta prática e à ausência de regulação legal.

A vida aí é como em pleno interior do Brasil: são todos caçadores nativos, que dizem viver da caça, pesca e frutas, sem auxílio nenhum dos centros comerciais. Isolados da civilização, moram em ranchos e taperas, com seus cachorros e suas espingardas (CORRÊA, 1936, p. 159).

Os caçadores do sertão carioca vivem em casas de sopapo³⁵ e possuem vários cães – treinados para a caça. O horário da caçada é determinado pelos hábitos da futura vítima, ou seja, do animal a ser caçado. Suçuaranas, pacas, cotias, capivaras, guatis e lontras são alguns dos alvos dos caçadores. Seja para alimentação ou por sua pele – caso da lontra e da capivara – os animais raramente conseguem escapar à caçada.

Preocupado com a caça indiscriminada que, segundo Corrêa, poderia acabar por dizimar a fauna deste sertão carioca, o autor faz duras críticas à ausência de leis que protegessem o meio ambiente. Henrique Valadares, prefeito do Distrito Federal entre 1893 e 1895 assinara dois decretos em prol do meio ambiente: o Decreto 54/1893 proibindo a caça nas áreas marítimas e fluviais; e o Decreto 56/1893 proibindo o corte de árvores nos manguezais. Porém, um novo decreto publicado durante a administração do prefeito Pereira Passos (1902-1906), mudara novamente a legislação. Através da assinatura do Decreto 1045/1905, o prefeito tornara legal a atividade de caça realizada fora da área urbana. “Sem código rural, florestal e leis que regulamentam a caça e a pesca no Distrito Federal, teremos, para breve, a terra carioca transformada em um deserto” (CORRÊA, 1936, p. 173).

Com o avanço da industrialização e a modernização do setor elétrico, a demanda por carvão e, conseqüentemente, sua produção e consumo foi decaindo. Atualmente, nas serras do Maciço da Pedra Branca, os balões de carvão e as carvoarias são apenas ruínas, resquícios de um passado recente. Em relação à caça, apesar de ainda ocorrerem relatos esporádicos desta atividade, sua prática diminuiu consideravelmente, principalmente, a partir da criação do PEPB. No entanto, é notório que ambas as atividades foram fatores preponderantes na formação da atual paisagem do Maciço da Pedra Branca.

Do ponto de vista da interação das populações humanas com a paisagem, a caça consiste em uma das inúmeras formas de apropriação do homem sobre os recursos naturais, cuja pressão pode estar relacionada à densidade

³⁵ Casas de sopapo também são conhecidas como casas de pau-a-pique ou casas de estuque.

demográfica local, mas também às condições culturais e socioeconômicas que orientam os padrões alimentares (FERNANDEZ *et al*, 2016, p.149).

Embora Corrêa, ao descrever a atividade carvoeira tenha destacado apenas a questão ambiental, é possível que identificasse também nesta atividade, o caráter subordinado do trabalho dos sertanejos (FERNANDEZ, 2009a).

Os produtos cultivados ou manufaturados no sertão carioca atendiam à demanda local e também a mercados externos. No caso do tamanco, por exemplo, a base de madeira era produzida no maciço. Posteriormente, essas bases eram transportadas em caminhões, para as indústrias, onde as correias eram colocadas e, finalizado o produto, este era vendido ao comércio – quitandas e feiras – que o revendia ao consumidor final.

A interação dos moradores do maciço com o meio urbano, as novas técnicas de produção, demandas do mercado e restrições quanto ao uso dos recursos naturais, extinguiram algumas destas atividades e modificaram outras. Na escrita do autor é possível identificar tanto o tema da subsistência quanto o da mudança social, destacando, de um lado, as formas de interação do homem com a natureza e, de outro, as relações com a cidade, impondo novos padrões produtivos e de organização do mercado, assim como novas necessidades de consumo para os sertanejos.

Em Fernandez (2009), encontramos as citações de duas senhoras, Dona Áurea e Dona Francisca, que relembram os tempos de escola e destacam a importância do tamanco, feito da madeira tabebuia, como calçado cotidiano das classes populares, nos anos 30 e 40. Suas falas retratam o sentimento de distinção social estabelecido pelo uso do calçado frente a outros grupos na escola e de distinção interna pelo uso do tamanco ‘bilonta’. O segundo relato é particularmente interessante porque articula a memória cultural e familiar com as transformações do lugar de moradia, trazidas pelo avanço da urbanização (FERNANDEZ, 2009a, p. 240-241).

A gente ia pra escola de tamanco. Tamanco feito por meu pai. Aí, depois que a gente chegava da escola, a gente chorava à beça, porque via todo mundo calçadinho direito e a gente era aquele tamanco, chegava a cantar no chão. Tamanco feito de madeira bruta. Meu pai que fazia os tamancos (Dona Áurea, mar. 2007).

Quando a gente ia pra escola todo mundo dizia assim: olha, o tamanco de vocês têm que dar pro mês, hein! Se acabar antes do mês, vocês vão de pé no chão pra escola. Toda vez que fazia compra, comprava dois pares de tamanco pra gente. Aquele tamanco tinha, os dois pares que dar pra um mês. O Que que a gente fazia, pra dar pro mês? A gente calçava só na chegada da escola. Aí quando chegava na escola, na estrada do Pacuí aqui, quando passa o armazém ali, saindo daquele condomínio... Tão fazendo um condomínio ali, não tão? Ali saia uma nascente, uma nascente grossa ali, descia até no largo de Vargem Grande, a gente bebia aquela água, a gente fazia tudo, a gente descia de pé no chão, lavava os pés ali, ai quando chegava na entrada da escola calçava o tamanco, aí dava pro mês. Tamanco era da tabebuia. As gente que podia mais comprava um tamanco com

calcanhazinha. ‘Ah, vocês já tão rico, já tão usando tamanco de calcanhar’, ou senão bilonta, papai só usava tamanco bilonta. Bilonta era assim de enfiar o pé. Era um tamanco fechadinho, aí quem calçava aquele tamanco era pra passear era pra tudo. Tamanco de granfino (Dona Francisca, jan. 2007).

Outra questão abordada por Corrêa foi a presença dos estrangeiros – em geral italianos e portugueses – que, a partir de uma lógica econômica capitalista, exploravam e descaracterizavam o trabalho dos sertanejos.

A inserção de elementos estranhos ao ambiente sertanejo tendia a provocar um encontro cultural que alterava o universo de referências das populações locais. Na visão de Corrêa, o ingresso dos chamados “estrangeiros” no sertão gerava situações que desviavam as populações locais de suas funções essenciais, descaracterizando-as ou explorando-as de forma arbitrária. Os vilões se personificam em portugueses aproveitadores, italianos gananciosos e espanhóis ladinos que arrastam as comunidades nativas para os mais tenebrosos destinos, objetivando apenas o lucro fácil, auferido a partir da bondade e honestidade das populações locais (SARMENTO, 1998, p.16).

Corrêa (1936) chega a classificar o estrangeiro como o pior inimigo dos sertanejos, pois apareciam apenas para arrematar toda a produção do carvão por um valor ínfimo e depois revendiam pelo valor que desejassem. Desse modo, os estrangeiros eram os únicos a obter lucro com a fabricação do carvão.

Um fato que causou grande indignação em Corrêa estava relacionado ao abastecimento de água.

O mais irritante é o que sucede em Camorim, onde está situado o rio, o açude, a represa e a caixa da água que abastece a zona suburbana, enviando águas para o reservatório da Reunião, no Tanque; a população local apanha água nos alagados, nos poços e o turista, se quiser, que bebe água mineral, pois o líquido precioso não é encanado, passando, no entanto, os canos a duzentos e cinquenta metros da localidade (CORRÊA, 1936, p. 228).

Apesar de concentrar grandes mananciais, os moradores do Maciço da Pedra Branca e, especialmente os da região de Camorim, não tinham acesso à água encanada e potável. Para abastecer suas casas, homens, mulheres e crianças precisavam ir – várias vezes ao dia – até uma bica pública, localizada no Largo da Taquara, onde enchiam galões de querosene, potes, barris com o precioso líquido – que eram transportados, nos ombros ou na cabeça, até suas casas. Além do não abastecimento de água e da precariedade da assistência médica, o acesso à educação era quase impossível.

A população escolar dessa zona é obrigada a percorrer quilômetros ao sol ou à chuva, sendo a distância entre elas de oito quilômetros. Se os pais quiserem que seus filhos aprendam a ler, com o regime atual, quando nenhum material

é fornecido aos nossos gurus, terão a multa³⁶ de 50\$000 a 200\$000 se estes faltarem mais de três vezes! Isto prova que os nossos dirigentes da Instrução Pública, quando não são leigos, são verdadeiros provincianos, não conhecem os usos e costumes e a psicologia dessa população rural. O programa de ensino é o mesmo que do centro da capital da República (CORRÊA, 1936, p. 114).

O Sertão Carioca traz elementos de preocupação com a natureza e com a população local – entendidos como expressão de brasilidade e que por isso, deveriam fazer parte de um projeto voltado ao desenvolvimento nacional que fizesse melhorar as condições de vida do homem do campo. “Corrêa se apropria do sertão carioca para refletir sobre um modelo possível de nação, incorporando aquela população sertaneja a um projeto civilizatório, sem que ela, com isso, perdesse sua autenticidade.” (FERNANDEZ, 2008, p.3)

Por um lado, Corrêa apresenta um viés conservacionista, defendendo a criação de parques sem a presença humana e a proibição da caça, pesca e demais atividades extrativistas. Mas, por outro, reconhecendo que “o pessoal que vive nesse sertão, longe da civilização, é todo ele brasileiro” (CORRÊA, 1936, p. 77), o autor finaliza sua obra com uma crítica ao abandono e total desconhecimento do poder público em relação aos costumes e demandas dos sertanejos. O que o autor não poderia imaginar é que esta população acabaria por preservar seus modos de vida resistir ao processo mais amplo de urbanização, justamente com a criação de um parque, o PEPB.

2.3. População nativa: as representações sobre o território

No curso da história do Maciço da Pedra Branca, ambos – meio ambiente e população nativa – exerceram influência um sobre o outro. As conversas com os atuais moradores revelam o vínculo estabelecido com o território, o sentimento de pertencimento e de identificação com o lugar em que vivem. Apesar da invisibilidade social e das inúmeras restrições impostas após a criação do PEPB, a maioria destes moradores não cogita sair do maciço simplesmente porque não se reconhece fora deste espaço de vida, de produção e de reprodução sociocultural. Para esta população o território em questão é muito mais que provedor dos meios de subsistência, o território é parte de suas identidades.

Conforme anteriormente citado, ao descrever o sertão carioca, Corrêa (1936) não se restringe apenas ao espaço geográfico, mas também aos usos sociais deste território, ou seja

o autor tenta evidenciar a importância do meio para a existência das populações no sertão, destacando as formas primitivas de interrelação destas com o espaço natural, apontando para a cultura de subsistência como forma principal de ação destas populações (SARMENTO, 1998, p.6).

³⁶ Multa de 50 mil réis a 200 mil réis.

A utilização, pelos moradores, do termo genérico – caminhos – para se referir às trilhas, ruas e estradas do Maciço da Pedra Branca pode ser interpretado como um dos mais significativos elementos espaciais para se refletir sobre o processo de territorialização. É pelos “caminhos” que os agricultores familiares transportam com dificuldade sua produção, acessam serviços, as crianças percorrem a longa distância entre suas casas e a escola. É nos “caminhos” que a vida acontece. Segundo os moradores, todos os caminhos, alguns dos quais hoje foram transformados em estradas, foram abertos no muque, pelos próprios.

Falar dos caminhos é narrar empreitadas e mutirões feitos entre parentes e vizinhos que os tornam possíveis. Feitos na mão ou na enxada, os caminhos são ajeitados, empedrados e cimentados com recursos próprios e ferramentas básicas (CÁCERES, 2016, p. 74).

Os caminhos – percorridos pela tropa da banana, pelos vendedores de cabos de madeira, pelos estudantes a caminho da escola Corrêa (1936) – são exemplos de ações que transformaram a paisagem do maciço, mas que também refletem no modo como a população se identifica com seu território.

Os fabricantes de cabos de madeira para martelos, foices, picareta, marretas, saíam pela manhã logo cedo e com seus burrinhos percorriam os caminhos em direção às feiras localizadas em Madureira e Campo Grande onde comercializavam seus produtos (CORRÊA, 1936, p. 124).

Durante a colheita da banana, as frutas eram arrumadas pelos caminhos para, posteriormente serem transportadas “nos jacás das cangalhas dos burros” (CORRÊA, 1936, p. 142). À noite, a tropa de bananeiros descia em fila indiana – como formigas – pelos caminhos do maciço até o local de comercialização.

Interessante a dualidade de percepções apresentadas por Corrêa (1936) a respeito dos sertanejos. Através de seus comentários, a ideia transmitida é a de isolamento cultural dessa população. “Abandonados completamente pelos poderes públicos, sem código rural, sem assistência médica eficiente, sem instrução adequada, vivem esquecidos nessa vasta região do Distrito Federal, como se não fossem brasileiros” (CORRÊA, 1936, p. 236). Porém, ao descrever o cotidiano dos sertanejos, o autor acaba por revelar a integração econômica dos mesmos com a cidade – a partir das idas e vindas para comercialização de seus produtos nas feiras e centros de distribuição.

Atualmente, o Movimento Trilha Transcarioca com apoio de gestores do PEPB tem tentado descaracterizar o sentido dos caminhos através do fechamento de alguns e da nomeação dos restantes como trilhas. No entanto, além de conduzir os sertanejos de um ponto a outro, os caminhos – como elemento identitário da população nativa do maciço – fazem parte de seu cotidiano. Cáceres (2016) destaca que

Os caminhos na paisagem do maciço não têm apenas desempenhado estruturalmente a intermediação entre o rural e o urbano dada na produção agrícola e o comércio em feiras urbanas, eles também participam da organização das relações sociais, fazendo parte da série de denominações de localidades – núcleos, sítios e caminhos – e da série de denominações de

família/ parentesco, em que a identificação de uma localidade e um nome de família insinuam um processo de “localização” das famílias e de “familiarização” das localidades (CÁCERES, 2016, p. 70).

Assim como os caminhos, o maciço possui outras marcas que são acionadas pelos moradores como elementos de interpretação da paisagem e legitimação social e identitária. Ao revisitar sua história, a população nativa busca na paisagem elementos que se configuram como lugares de memória³⁷ – lugares que agregam simultaneamente, três dimensões do termo, a saber, a dimensão simbólica, a dimensão material e a dimensão funcional. Material porque ocupa um espaço; funcional porque garante, ao mesmo tempo, a cristalização e a transmissão de uma lembrança, de uma memória; e simbólica por caracterizar experiências vividas por um grupo social (NORA, 1993). Apesar da inter-relação entre os conceitos, memória e história não são sinônimos.

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução [...]. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado (NORA, 1993, p. 9).

Os lugares de memória emanam da necessidade de registrar a história, da necessidade de legitimar o futuro de um grupo, nesse caso, o direito à permanência no território. “A passagem da memória para a história obrigou cada grupo a redefinir sua identidade pela revitalização de sua própria história. O dever da memória faz de cada um o historiador de si mesmo” (NORA, 1993, p. 17).

Conscientes da instabilidade social que vivenciam, da insegurança em relação à permanência neste território transformado em parque, a população nativa busca na paisagem a materialidade de suas memórias e conseqüentemente, de sua história. “A partir do conflito no lugar, o grupo passa por um processo de mobilização e organização, fundado em memórias coletivas e na reelaboração de símbolos como parte das estratégias de resistência.” (CÁCERES, 2009, p. 9). Entre os lugares de memória, podemos destacar a Igreja de São Gonçalo do Amarante – uma construção do início do século XVII –, e a Casa Amarela – construída no início do século XX.

³⁷ “Lugares de memória” é um conceito idealizado por Pierre Nora (1931-), intelectual francês, especialista nos estudos que envolvem, simultaneamente, memória, história e patrimônio francês. Dados disponíveis em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882011000100020>. Acesso em 05 ago. 2017.

2.3.1. Igreja de São Gonçalo do Amarante

Essa construção de 1625, em pedra e barro, com janelas seteiras e pia de pedra, localizada em Camorim e ilustrada por Corrêa (1936) – é identificada pelos moradores como um importante signo da presença de população humana no Maciço da Pedra Branca há, pelo menos, 400 anos.

A edificação da igreja utilizou mão de obra de escravos, que chegaram ao local no início do século XVII. Durante a realização do Evento de Resistência Cultural Quilombola da Comunidade do Alto Camorim, ocorrido em 23 de março de 2014, o professor Renato Dória, do Instituto Histórico da Baixada de Jacarepaguá – IHBAJA –, contou não apenas o contexto histórico da construção da Igreja, mas também parte da história de ocupação deste local³⁸.

A Igreja de São Gonçalo do Amarante foi construída no Engenho Camorim, de propriedade de Gonçalo de Sá. Com o propósito de servir de proteção no enfrentamento contra os índios, as janelas foram desenhadas no estilo conhecido como seteiras – que impedia a entrada das setas atiradas pelos índios. Em 1667, a filha de Gonçalo de Sá – Vitória de Sá – doou a igreja ao mosteiro de São Bento. Os escravos do mosteiro possuíam uma roça própria onde plantavam. Com a renda obtida com a venda de sua produção muitos destes escravos compraram suas alforrias.

No início do século XVIII, a igreja passou por algumas mudanças estruturais, sendo a mais importante destas reformas a ocorrida entre os anos de 1795-1800. A reforma realizada neste período de cinco anos aumentou o espaço interno e elevou o telhado da igreja. Cerca de 200 anos depois e com a igreja em ruínas, a “arquiocese de São Sebastião do Rio de Janeiro realizou uma ampla reforma e assumiu as atividades pastorais e religiosas” (INEPAC)³⁹.

Em 02 de dezembro de 1965, durante um processo de reconhecimento e valorização da paisagem da Baixada de Jacarepaguá, a Igreja de São Gonçalo do Amarante⁴⁰ foi tombada como Patrimônio Cultural⁴¹ do antigo estado da Guanabara, atual município do Rio de Janeiro. Entre os anos de 1972-1990 a igreja ficou fechada, voltando a reabrir em 1999, após

³⁸ Informação obtida a partir da minha participação e registro em áudio e imagens do evento citado.

³⁹ INEPAC – Instituto Estadual do Patrimônio Cultural foi criado em 1975, é o herdeiro direto da Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Guanabara – DPHA, criada por decreto em 1963 (primeiro órgão de preservação do patrimônio cultural, em nível estadual). O Instituto dedica-se à preservação do patrimônio cultural do Estado do Rio de Janeiro, elaborando estudos, fiscalizando e vistoriando obras e bens tombados, emitindo pareceres técnicos, pesquisando, catalogando, inventariando e efetuando tombamentos. Dados disponíveis em: <<http://www.inepac.rj.gov.br/index.php/home/instituicao>. Acesso em 14 abr. 2017.

⁴⁰ O endereço da Igreja de São Gonçalo do Amarante é Estrada do Camorim, nº 925, Rio de Janeiro.

⁴¹ Processo de Tombamento sob o número 03/300.479/65, Dec “E”958.

passar por obras de restauração – entre 1996-1999 – iniciadas e realizadas pela comunidade do Camorim e sob a supervisão do Instituto Estadual do Patrimônio Cultural – INEPAC.

Nos dias atuais, essa igreja é o ponto central de referência e identificação da comunidade do Camorim. Além de um espaço para reuniões religiosas, o local também é ponto de concentração dos moradores, discussão de ações comunitárias, encontros, atividades diversas. Os moradores de Camorim

encontram na Capela de São Gonçalo do Amarante e no Maciço da Pedra Branca importantes referências de identidade cultural e que adquirem especial importância como fontes de permanência num contexto em que tudo parece mudar de forma precipitada (CÁCERES, 2014, p. 174)



Figura 5. Igreja de São Gonçalo do Amarante. Em destaque: ano de construção da Igreja.

Fonte: Arquivo pessoal

A instalação da sesmaria de Gonçalo Correia de Sá, a fundação do engenho de Camorim e a construção da Igreja de São Gonçalo do Amarante são identificadas como fatores que originaram a atual constituição populacional da Comunidade Quilombola do Camorim – todos descendentes em maior ou menor grau dos primeiros escravos trazidos para trabalhar no engenho e na construção da igreja.

2.3.2. Casa Amarela

A Casa Amarela é uma construção da década de 1920 e representa, para a população nativa, um importante marco da diversidade de usos do solo e cultivos realizados no maciço desde tempos remotos. Por sua localização estratégica – na confluência das trilhas de Pau da Fome, Rio da Prata e Vargem Grande. A trilha da Casa Amarela é referência para os trilheiros que percorrem o Maciço da Pedra Branca. Da Casa Amarela também sai outra trilha que leva até o Pico da Pedra Branca. Localizada a 639 metros de altitude⁴², no coração da maior floresta urbana do Brasil, a Casa Amarela se destaca como elemento histórico e sociocultural na paisagem do sertão carioca. Também conhecida como Caminho de Santa Bárbara, em alusão ao nome do sítio onde a casa foi construída, a Trilha da Casa Amarela, que no início do século XX, era utilizada para o transporte da produção das fazendas e engenhos locais, com o passar dos anos foi adquirindo novos usos e significados.



Figura 6. Casa Amarela

Fonte: Arquivo pessoal

Segundo Domingos Leta⁴³, herdeiro e atual proprietário desta construção, a casa foi construída por seu avô, o imigrante italiano Domingos Argenti, para ser sede do sítio Santa

⁴² Informações coletadas no Guia de Trilhas do PEPB

⁴³ De acordo com Domingos Leta em entrevista em 18 abr. 2013.

Bárbara – palco de diversos ciclos produtivos, entre os quais, produção de cana de açúcar e café. Na década de 1940, o sítio Santa Bárbara se destacou como grande produtor de carvão.

Após o falecimento do senhor Argenti, seu filho Francisco Leta assumiu o sítio. Francisco encerrou a produção de carvão. Toda a área do sítio foi replantada. Francisco produzia bananas, caquis e hortaliças entre outros cultivos.

Atualmente o imóvel – que está sob a responsabilidade de Domingo Leta – encontra-se vazio e, parcialmente, abandonado. Domingos é morador de Rio da Prata e produtor de caqui, banana, chuchu, abobrinha e milho, porém essa plantação e sua moradia estão localizadas em outra área do maciço. Domingo Leta alega que, após a criação do PEPB, ficou proibido de realizar reformas, plantar ou derrubar a construção. Por essa razão, ele perdeu o interesse em manter a propriedade da Casa Amarela. O INEA, instituição responsável pela gestão do PEPB e o Sr. Leta negociam uma possível transferência da posse do imóvel para o Estado, na figura do órgão gestor do parque.

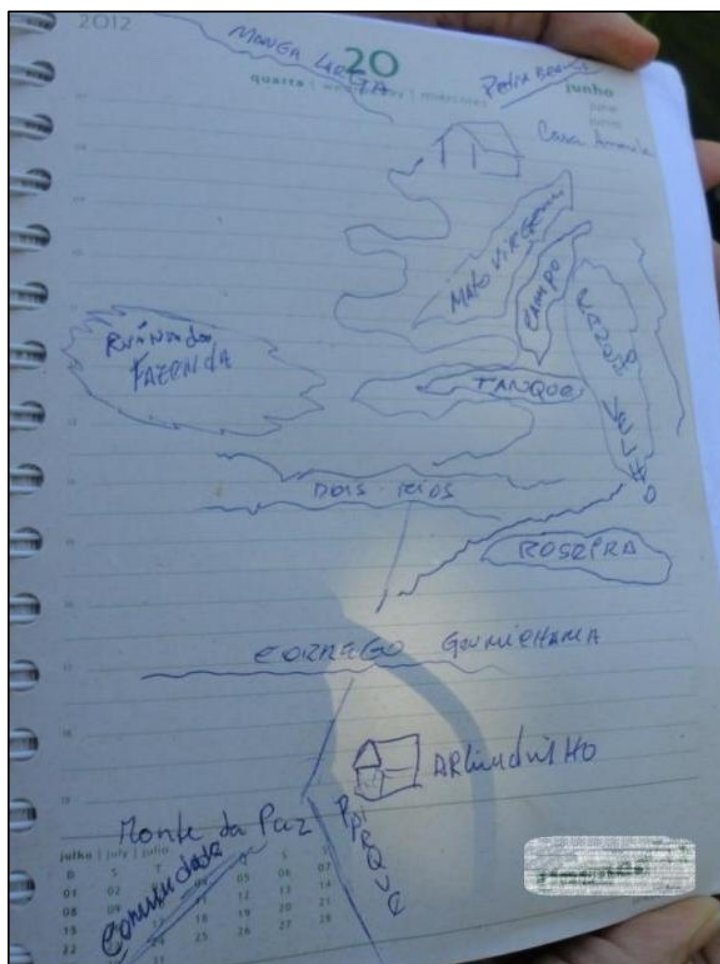


Figura 7. Mapa dos caminhos até a Casa Amarela.
Fonte: Arquivo pessoal

No ano de 2013, meu grupo de pesquisa fez uma caminhada até a Casa Amarela, guiada por dois agricultores da região de Pau da Fome. Enquanto caminhávamos em direção à Casa Amarela, nossos guias contaram um pouco da história da ocupação humana no maciço, suas práticas agrícolas, medicinais e religiosas evidenciando a dimensão sociocultural da paisagem deste território em disputa – cultivo e usos de ervas medicinais, espécies de frutos, de árvores.

Além da história oral, fomos presenteadas com um mapa – desenhado por um dos nossos guias – no qual o mesmo apresenta uma ilustração do caminho para a Casa Amarela. Neste desenho é possível perceber o modo particular como a população nativa vê, interpreta e interage com a paisagem do maciço. Os destaques não são placas indicativas ou sinalizadoras, mas sim, as casas de amigos e conhecidos, ruínas de antigas construções, rios e a entrada do parque.

Durante a caminhada pudemos notar porque “numa pesquisa sobre territorialidade humana, devem ser considerados a percepção espacial que, corresponde, no homem, a uma interação da visão, do tato, [...] da audição e do olfato” (GARCIA, 1976, p. 34).

Os nossos guias mostraram uma profunda percepção espacial e sensorial. Eles paravam para ouvir os sons dos animais. Pegavam na terra, nos falavam sobre a sensação da terra úmida, o cheiro da terra. Eles conhecem, não apenas as construções, as trilhas oficiais e os caminhos utilizados pelos moradores, mas também os sons e os cheiros da floresta. Os caminhos, além de demarcarem os diferentes usos do espaço, suas formas de apropriação material e simbólica, também integram diferentes dimensões da vida social de seus moradores.

CAPÍTULO III

PARQUE ESTADUAL DA PEDRA BRANCA: UM TERRITÓRIO EM DISPUTA

Criado em 1974, através da Lei Estadual nº 2.377, o Parque Estadual da Pedra Branca tem como o ponto mais alto e que dá nome ao parque o Pico da Pedra Branca, localizado a 1024m de altitude.

A unidade faz parte da administração pública do Estado do Rio de Janeiro, estando subordinado à Diretoria de Biodiversidade e Áreas Protegidas (DIBAP), que pertence ao Instituto Estadual do Ambiente (INEA), órgão vinculado à Secretaria de Estado do Ambiente (SEA) (RIO DE JANEIRO, 2013, p. 3).⁴⁴

Apesar de sua área ser quatro vezes maior que o Parque Nacional da Tijuca, o Parque Estadual da Pedra Branca – PEPB – permaneceu desconhecido por muitos anos. Com uma área de 12.394 hectares – cerca de 125 km² – equivalente a 10% do município do Rio de Janeiro, o PEPB abrange 17 bairros da zona oeste do município do Rio de Janeiro – Santíssimo, Guaratiba, Barra de Guaratiba, Jacarepaguá, Vargem Grande, Vargem Pequena, Grumari, Recreio dos Bandeirantes, Taquara, Bangu, Campo Grande, Senador Camará, Senador Vasconcelos, Jardim Sulacap, Camorim, Padre Miguel e Realengo.

O PEPB possui uma natureza exuberante – rios, vales, cachoeiras, serras e florestas – onde convivem diversas espécies de fauna e flora. A vegetação é formada por diversos tipos de florestas em diferentes estágios sucessórios – floresta em estágio avançado de regeneração, floresta em estágio médio de regeneração, floresta em estágio inicial de regeneração, campos e pastagens, e áreas de cultivos, ou seja, áreas onde ocorrem os cultivos agrícolas de aipim, banana, caqui, laranja entre outros.

A criação deste parque foi mais uma ação, entre muitas outras, tomadas pelo Estado sob o argumento da premência em proteger e preservar as florestas e mananciais do Maciço da Pedra Branca.

Em 1908, o governo federal adquiriu áreas localizadas em Pau da Fome e em Camorim, para reformas e melhorias das represas de Pau da Fome e do açude de Camorim, respectivamente.

⁴⁴ O Plano de Manejo do PEPB, disponível na Internet, possui páginas numeradas e não numeradas. De modo a evitar confusão, o número informado da página correspondente a paginação do arquivo em pdf.

Essas vertentes dos mananciais com a respectiva mata foram compradas pelo ministro Lauro Müller, em 1908, no governo do presidente Rodrigues Alves, sendo diretor da Repartição Geral de Águas o Sr. Sampaio Corrêa, pela quantia de 450.000.000, ao Barão da Taquara por intermédio do Dr. Catramby (CORRÊA, 1936, p. 42).

No ano de 1921, foi criado, por meio do Decreto Nº 4.421, o Serviço Florestal do Brasil, uma seção do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio que tinha entre seus principais objetivos a criação e conservação de florestas protetoras. Neste período, o crescimento populacional no entorno do maciço já preocupava os defensores da natureza e dos mananciais ali localizados e, ainda na primeira metade do século XX,

o governo federal instituiu as Florestas Protetoras da União de Camorim, Rio Grande, Caboclos, Batalha, Guaratiba, Quininha, Engenho Novo de Guaratiba, Colônia, Piraquara e Curicica com o objetivo de proteger aqueles recursos vitais (SEA, 2015).⁴⁵

Entre os dias 8 e 15 de abril de 1934, sob a influência e organização de grupos naturalistas, aconteceu na cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, a Primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza. Três anos depois é criado o primeiro Parque Nacional do Brasil – o Parque Nacional de Itatiaia. Localizado em terras adquiridas pelo governo federal no ano de 1908, o parque ocupa uma área de quase 12 mil hectares, distribuídas pelos estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro. Ainda na década de 1930, no ano de 1939, foram criados mais dois parques: Parque Nacional da Serra dos Órgãos, em Teresópolis (RJ) e Parque Nacional do Iguazu, no Paraná. As décadas de 1930-1940 foram marcadas por forte influência de pensadores conservacionistas.

Cientistas, intelectuais e funcionários públicos, atuantes em instituições científicas do Rio de Janeiro ligadas ao estudo e à conservação da natureza, tais como o Museu Nacional e o Jardim Botânico, além de associações e grupos cívicos, aspiravam que o Estado implementasse políticas voltadas à proteção do patrimônio natural brasileiro (FERNANDEZ, 2009a, p. 53).

Entre os anos de 1941 e 1955 foram criadas 23 florestas protetoras da União, no estado do Rio de Janeiro. Em 1963, foi iniciado o processo que culminaria com a criação do Parque Estadual da Pedra Branca. Neste ano, a área do Maciço da Pedra Branca foi declarada, através do Decreto 1.634/1963 como área de utilidade pública para fins de desapropriação. Em junho de 1974, toda a área do maciço, localizada acima de 100m de altitude, incluindo as florestas protetoras ali localizadas, foi transformada em parque (RIO DE JANEIRO, 2013).

[...] das Florestas Protetoras da União que estão inseridas no PEPB, apenas são reconhecidas o tamanho das áreas de Camorim (2.600 ha), Colônia (800 ha), Rio Grande (atual Pau da Fome, 1.800 ha), Piraquara (800 ha) e Rio da

⁴⁵ SEA – Secretaria Estadual do Ambiente. Dados disponíveis em: <<http://www.rj.gov.br/web/sea/exibeconteudo?article-id=2873102>>. Acesso em 27 abr. 2017.

Prata (2.200 ha), totalizando 8.200 hectares (65,6% do território do PEPB). Entretanto, essa estimativa deve ser (re)considerada no contexto de falta de informações precisas sobre tamanhos de áreas públicas e privadas no interior do PEPB (RIO DE JANEIRO, 2013, p. 210).

Segundo Fernandez (2009a), o PEPB encontrou na figura de Harold Edgard Strang, engenheiro agrônomo, conservacionista e membro do Instituto de Conservação da Natureza – ICN⁴⁶ – um grande defensor da criação deste parque.

Com a criação do PEPB, pretendia-se englobar, em um único conjunto, as florestas protetoras da União existentes no maciço e que tinham como função proteger as águas para seu entorno [...] (FERNANDEZ, 2009a, p. 91).

Criado no estado da Guanabara e sob a tutela do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – IBDF –, o PEPB passou, ao longo do tempo, por diversos institutos e administrações estaduais. A partir de 1975, com a fusão do antigo estado da Guanabara ao estado do Rio de Janeiro, o PEPB passou a ser administrado pela Secretaria Estadual da Agricultura – SEA. No ano de 1986, a administração do PEPB foi transferida ao recém-criado Instituto Estadual de Florestas do Estado do Rio de Janeiro – IEF-RJ – onde permaneceu até 2007, ano de criação do Instituto Estadual do Ambiente⁴⁷ – INEA – atual gestor e administrador do PEPB (FERNANDEZ, 2009a).

A criação desse parque urbano foi anunciada como uma medida tomada de acordo com os mesmos ideais dos parques nacionais – ser um espaço para a contemplação da natureza, pesquisa científica e proteção da biodiversidade. O argumento então utilizado foi de que a atividade agrícola já em declínio não conseguiria fazer frente à expansão urbana (FERNANDEZ, 2009a).

Porém, se por um lado a criação do PEPB impediu o avanço da urbanização pela especulação imobiliária e serviu como instrumento para a proteção dos mananciais presentes nesta área, por outro, sua criação também impôs inúmeras restrições à produção e reprodução socioeconômica e cultural da população nativa, além de ameaçar sua própria permanência neste território, conforme previsto nos artigos 3º e 4º da Lei de criação do PEPB – Lei 2.377/74.

⁴⁶ ICN – Instituto de Conservação da Natureza. Este órgão estava vinculado ao antigo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – IBDF. Dados disponíveis em: FERNANDEZ, 2009a, p. 90.

⁴⁷ O INEA foi criado através da Lei 5101/2007, assinada por Sergio Cabral, então governador do estado do Rio de Janeiro. A instalação do INEA implicou na extinção da Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente – FEEMA, da Fundação Superintendência Estadual de Rios e Lagoas – SERLA, e da Fundação Instituto Estadual de Florestas – IEF –, e na consequente transferência de suas competências e atribuições. Dados disponíveis em: <<https://gov-rj.jusbrasil.com.br/legislacao/87877/lei-5101-07>>. Acesso em 28 abr. 2017.

Art. 3º – Fica declarada de utilidade pública para fins de desapropriação toda a área abrangida pelo art. 1º⁴⁸, respeitadas a jurisdição e a administração federais existentes.

Art. 4º – As ocupações existentes na data da presente lei poderão ser toleradas enquanto não for possível sua remoção ou transferência para fora dos limites do parque.

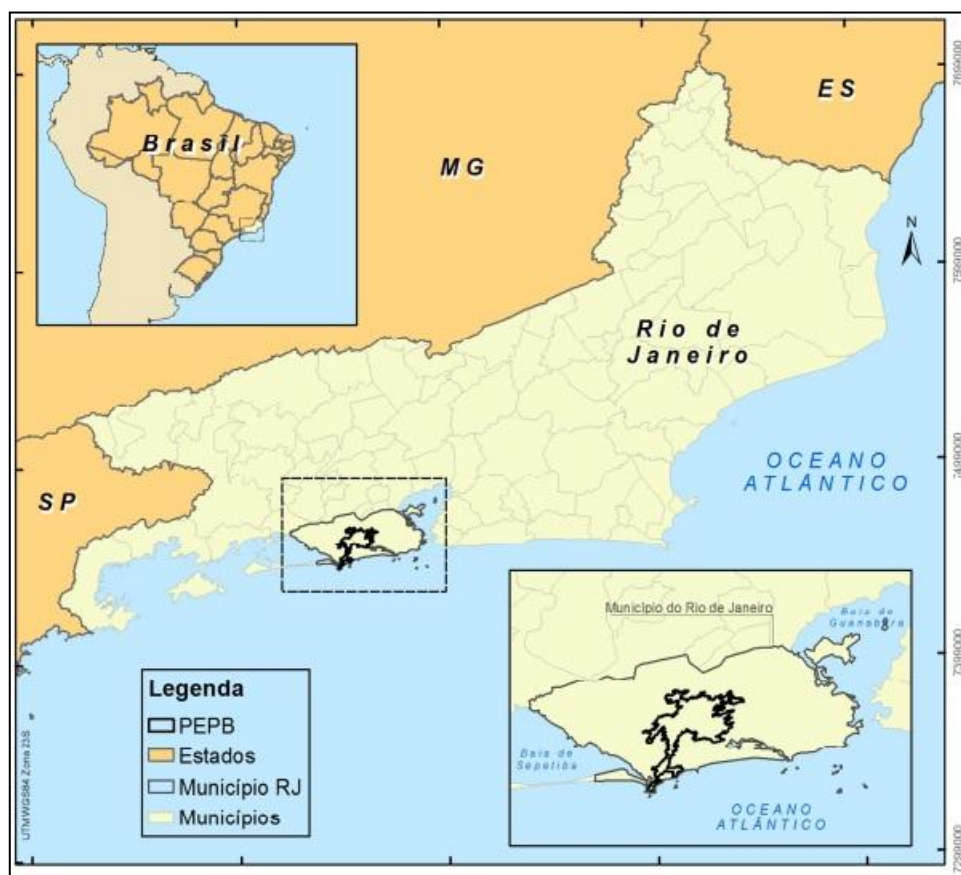


Figura 8. Mapa com a localização do PEPB
Fonte: Plano de Manejo do PEPB, 2013, p. 1

Após a criação do PEPB, o território usado das comunidades locais passa a ser regido por regras e valores impostos pelo ideário da conservação da natureza. Aos poucos, as marcas desta nova forma de territorialização tornam-se visíveis e mais claras aos moradores e visitantes: a cota de 100m, as placas, portões, sedes e subsedes, carros oficiais, etc. delimitam, regulam e evidenciam a apropriação deste território pelo poder institucionalizado.

⁴⁸ Lei Estadual Nº 2.377, de 28 de junho de 1974. Art. 1º – Fica criado, no Estado da Guanabara, o Parque Estadual da Pedra Branca, compreendendo todas as áreas situadas acima da linha da cota altimétrica de 100m do Maciço da Pedra Branca e seus contrafortes.

A análise da paisagem do PEPB revela suas múltiplas territorialidades – ele é uma Unidade de Conservação, mas também é espaço de vida, de cultura, de relações sociais e simbólicas que precedem sua criação. É área agricultável, é quilombo, é espaço destinado ao uso público e é, também, um espaço destinado à preservação da fauna e flora.

Assim como os agricultores que nos guiaram pelos caminhos do maciço até a Casa Amarela, a maioria da população nativa tem uma história de vida que se confunde com a história do maciço. A agricultura não é uma prática recente no Maciço da Pedra Branca (CORRÊA, 1936; MUSUMECI, 1986; OLIVEIRA, 2010) e, como tal, tem uma relação direta com a história de vida de seus moradores. Ao discorrerem sobre os cultivos que praticam, os tipos de construção, a organização familiar, é recorrente o link que esta população faz entre sua própria história e a história de ocupação e de produção agrícola no maciço.

Um exemplo clássico é o caqui – fruto amplamente cultivado e difundido no Maciço da Pedra Branca, mas que após a criação do PEPB, passou a ser identificado como uma ameaça à conservação ambiental e como tal, passível de remoção. Conversando com um agricultor e um dos principais produtores do fruto neste território, ficamos sabendo que o caqui chegou ao maciço, nos anos 1950, pelas mãos de seu pai, um agricultor já falecido. Ao contar a história do caqui, este agricultor conta a sua própria história.

Tal qual as casas de pau-a-pique⁴⁹ – descritas por Corrêa (1936) e ainda hoje presentes na paisagem do maciço – a tropa de burros descendo as encostas do maciço com seus jacás repletos de banana – além do caqui e outros cultivos – continuam a fazer parte desta paisagem. Durante as caminhadas e trabalho de campo no Maciço da Pedra Branca era comum passar por esses tropeiros.

Porém, o declínio da agricultura, o surgimento dos grandes mercados e consequente redução da capacidade de comercialização dos pequenos produtores do maciço têm direcionado muitos moradores, principalmente os mais jovens, para o exercício de outras atividades e fixação de moradia em outras áreas da cidade.

Muitas dessas famílias, que estão na região há mais de um século e dependem da renda das atividades agrícolas, vêm sofrendo com a expansão urbana, com as transformações nas relações de produção e de mercado e, sobretudo, com as restrições de órgãos ambientais, orientados por uma perspectiva de incompatibilidade entre a presença humana e a conservação da natureza (FERNANDEZ *et al*, 2012, p. 6).

De acordo com Rita Caseiro⁵⁰, nascida e criada no maciço, os primeiros anos pós-criação do PEPB foram os mais difíceis. A população que sempre vivera ali, que entendia o

⁴⁹ Casas de estuque – também conhecidas como casas de sopapo ou casas de pau-a-pique.

⁵⁰ Informações obtidas em entrevista com Rita Caseiro em 29 abr. 2017. Rita é filha e sobrinha de agricultores do maciço, advogada e presidente da Associação de Agricultores Orgânicos da Pedra Branca – Agroprata.

maciço como o quintal de suas casas, não conseguia entender o porquê de tanta regulação e vigilância sobre suas práticas. Neste período, aconteceram muitos casos de depressão, de alcoolismo, de conflitos familiares. Mas, aos poucos, um frágil, mas importante canal de diálogo entre a gestão do PEPB e seus moradores foi sendo aberto.

Os agricultores familiares e membros das comunidades quilombolas são unânimes em afirmar que a última gestão – na figura do biólogo e publicitário, Andrey Veiga – foi a gestão onde a população nativa mais teve voz. Esta gestão ocorreu no período compreendido entre junho de 2015 a março de 2017. Em abril de 2017 – após receber convite para assumir um novo desafio – Veiga se afastou do PEPB profissional.

Apesar de muitas contrariedades e demandas não atendidas, durante esta gestão compartilhada, a população – através de seus representantes – teve oportunidade de participar ativamente das reuniões do Conselho Consultivo e dos Grupos de Trabalho.

Segundo Andrey Veiga, a gestão compartilhada é benéfica para ambos os lados – população e INEA. É uma oportunidade de trabalhar a questão da educação ambiental com a população do parque – desenvolver neles uma consciência ambiental que os leve a evitar a caça e o fogo – queimada de pasto para renovação da pastagem que alimenta o burro de carga, algo que ainda existe na zona oeste do Rio. Por outro lado, o PEPB encontra nesta população uma parceria em ações de reflorestamento, limpeza de trilhas e outras ações que carregam um simbolismo e reavivam o vínculo deles com a terra, com este território. Essa parceria traz “uma mão de obra que o parque não consegue ter e um aliado que vai acompanhar de perto aquele trabalho” (WIKIPARQUES, 2017)⁵¹.

Os guarda-parques – funcionários responsáveis pela vigilância e manutenção do PEPB – também mantêm uma relação de proximidade com a população nativa. e valorização da cultura desses moradores. Esse grupo de funcionários têm se destacado pelo protagonismo em produzir eventos, imagens e notícias a respeito do parque. Eles mantêm uma página numa rede social onde divulgam – além da rotina diária e a exuberância da fauna e flora – imagens do local, com destaque para o registro dos modos de vida da população tradicional⁵² do PEPB. Esta perspectiva integrada das relações sociedade e natureza por parte desses agentes é recente e contraria as orientações conservacionistas que até então vinham orientando a gestão do parque.

⁵¹ Entrevista disponível em: <<http://www.wikiparques.org/com-a-palavra-andrei-veiga-gestor-do-parque-estadual-da-pedra-branca/>>. Acesso em 06 mai. 2017.

⁵² A Lei 9.985, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC –, estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das Unidades de Conservação e assegura alguns direitos à população tradicional, no entanto, não apresenta uma definição para este termo. Em razão dessa lacuna, a presente dissertação aciona a definição apresentada pela Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – PNPCT –, que compreende o termo população tradicional como “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição”.

Embora reconheçam uma maior abertura no diálogo com a gestão do parque, moradores afirmam que não houve flexibilização nas restrições e proibições. Reformas estruturais de suas residências, como por exemplo, reforma de telhado, continuam sendo proibidas, mesmo em caso de risco iminente de desabamento. No entanto, funcionários da administração do PEPB contestam essa versão.

De acordo com Vanessa, funcionária do PEPB, a atual gestão do parque possui um canal de diálogo com estes moradores, onde as demandas são ouvidas e, na medida do possível, atendidas. A questão maior é que muitas vezes, a população não entende que as ações da administração do parque são reguladas por leis. Nem sempre o funcionário tem autonomia para resolver determinadas questões. Ampliações de residências são proibidas, no entanto, determinados tipos de reformas, principalmente as referentes à manutenção – reformas de telhado ou de paredes das casas – são autorizadas por meio de um termo de compromisso firmado entre morador e PEPB. No caso de manutenção de residências, a reforma deve ser realizada com o mesmo tipo de material utilizado na construção original. Por exemplo, uma casa de estuque, pode ter uma parede reformada, porém, no mesmo material, ou seja, em estuque. Uma casa de estuque não pode ser reformada com tijolos, ou seja, ser transformada numa casa de alvenaria e vice-versa⁵³.

Devido a uma situação legal pouco clara, a maioria dos administradores dos parques nacionais não se prepararam para o manejo das populações e, portanto só tem um conceito vago de como poderia ser o futuro desses grupos e sua relação com as áreas protegidas; alguns administradores, que desenvolveram ideias a esse respeito não dispõem de meios financeiros nem de pessoal, ou respaldo institucional, para tornar realidade suas ideias (AMEND & AMEND *apud* BRITO, 2003, p. 107)⁵⁴.

Apesar de toda pressão institucional e de grupos conservacionistas, além da especulação imobiliária, muitos agricultores resistem e insistem em continuar vivendo e produzindo na terra onde nasceram – reproduzindo seus modos de vida. O importante para eles é “demonstrar que sua visão sobre legítimo direito de posse sobre a terra articulava noções de justiça, honra e uma visão da terra não como capital e sim como meio de vida” (SANTOS, 2006, p. 1).

3.1. As marcas institucionais na paisagem de um parque

Atualmente, o PEPB possui três núcleos e duas bases avançadas. A sede do parque – localizada no núcleo Pau da Fome, em Jacarepaguá – possui infraestrutura para recepção de

⁵³ De acordo com Vanessa, bióloga, funcionária do PEPB, em entrevista em 20 abr. 2017.

⁵⁴ AMEND, Stephan; AMEND, Thora. **Espacios sin habitantes?:** parques nacionales de América del Sur. Unión Mundial para la Naturaleza, UICN, Quito, 1992. 497 p.

visitantes, sede administrativa, guarita e um Núcleo de Prevenção de Incêndios Florestais – NUPIF. Neste núcleo também existem residências de antigos de antigos funcionários.

São residências de antigos funcionários do IBDF e da Cedae, que em período anterior ao da criação do parque tiveram a concessão para a construção das casas ou tiveram a casa cedida por um destes órgãos para residir. Hoje, estas residências se encontram em processo de desapropriação para reintegração da área por parte da UC e a atual gestão prevê para elas novos usos e instalação de equipamentos (RIO DE JANEIRO, 2013, p. 368).

Nos outros dois núcleos – Piraquara, em Realengo, e Camorim – são realizadas atividades administrativas, de fiscalização e de visitação. As duas bases avançadas – Vargem Grande e Rio da Prata, em Campo Grande – são destinadas a atividades de fiscalização.

Cabe ressaltar que essas ambiências institucionais foram sendo implantadas muito lentamente. Até o ano de 1979, as únicas marcas institucionais eram as “correntes que delimitavam a entrada das Florestas Protetoras da União, criadas em 1941” (FERNANDEZ, 2009a, p. 144).

Em 1992, foi inaugurada a sede do núcleo de Pau da Fome. Com o objetivo de preparar o parque para a Conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente e desenvolvimento – ECO-92 – no ano anterior, foi elaborado e implantado o Projeto Floresta da Pedra Branca. Neste projeto estavam previstas várias benfeitorias, entre as quais, ações de reflorestamento, programação visual e construção da sede de Pau da Fome. Influenciado por sua formação antropológica, Darcy Ribeiro, secretário de projetos especiais no governo de Leonel Brizola e responsável pelo projeto de revitalização do PEPB, propôs uma imagem do PEPB que refletisse o contexto sociocultural da população nativa (FERNANDEZ, 2009a).

A sede do parque passou a materializar de forma clara a presença institucional do IEF e a demarcar no espaço a existência do PEPB, até então percebido apenas pela existência de uma corrente, herança ou marca do controle de outras institucionalidades sobre este território (FERNANDEZ, 2009a, p. 168).

A utilização, em sua construção, de madeira proveniente de desmatamento na Amazônia foi motivo de grandes polêmicas e descontentamentos entre representantes do IEF – Instituto Estadual de Floresta – órgão responsável pela administração do PEPB (FERNANDEZ, 2009a). Projetada pelo arquiteto Zanine Caldas, reconhecido internacionalmente por integrar modernidade e artesanato regional nas suas produções, a sede de Pau da Fome representava um paradoxo, tanto em relação à tradição de Zanine quanto à ausência de uma consciência ambiental por parte da instituição, revelando que o abandono de antigas práticas e o desenvolvimento de uma mentalidade ecologicamente correta não acontece instantaneamente, mas somente a partir de

processos de desnaturalização e naturalização de condutas individuais e coletivas. Em outras palavras, primeiro se dá o estranhamento, a crítica e a reformulação de concepções e práticas descobertas como danosas ao meio ambiente (como foi a reelaboração das técnicas de arquitetura empregadas

na sede e da procedência da madeira por parte dos funcionários do IEF). Em seguida, dá-se a naturalização ou a interiorização dos novos valores e comportamentos, definidos por Lopes como ambientalização da vida social (FERNANDEZ, 2009a, p. 168).

Segundo dados coletados no site da FUNBIO⁵⁵, a guarita, o portão de entrada, o centro de visitantes e a cafeteria da sede de Pau da Fome foram construídos em 2003. Neste mesmo ano também foi criado o NUPIF (Núcleo de Prevenção a Incêndios Florestais).

A construção da subsede de Camorim – inaugurada em 2003 – assim como a reforma da sede de Pau da Fome é resultado das ações implementadas através do Projeto de Revitalização da Pedra Branca, iniciado em agosto de 2001, sob o governo de Anthony Garotinho (FERNANDEZ, 2009a).

A sede do núcleo Piraquara – cuja construção iniciara no ano de 2004 – e as ações de paisagismo e pavimentação das vias de acesso foram inauguradas em setembro de 2009⁵⁶ (FUNBIO, 2011).

Além das sedes, guaritas e pórticos – que demarcam os limites do PEPB – as placas de sinalização se constituem num importante elemento de delimitação espacial, imposição de padrões de comportamentos e expressão do poder institucional. Até o ano de 2005, ainda era ínfimo o número de placas institucionais instaladas. Porém, a partir desse ano e sob a influência da gestão 2003-2006 – que pretendia criar uma identidade visual, identificar os caminhos e visibilizar o parque – houve um aumento substancial na instalação das mesmas. As placas produzidas nessa gestão evidenciam o caráter proibitivo e punitivo de sua administração.

Neste sentido, o conteúdo das placas elaboradas pela administradora e apoiadas pelo presidente do IEF, explicitam a preocupação dos agentes ambientais nesta gestão, em tornar pública a existência do parque, *in locu*, ou seja, no próprio local onde ele existe, demarcando suas fronteiras e explicitando sua face coercitiva, pela lei que faz valer sua existência (FERNANDEZ, 2009a, p. 182).

A comparação entre as placas confeccionadas durante a gestão 2003-2006⁵⁷ e as elaboradas na gestão 2015-2017 evidencia a dualidade de percepções e valores que se

⁵⁵ FUNBIO – Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – é uma associação civil sem fins lucrativos criada em 1996 com o objetivo de desenvolver estratégias que contribuam para a implementação da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) no Brasil. Através de parceria com órgãos públicos e privados, além da sociedade civil, a Funbio viabiliza investimentos para a conservação da biodiversidade.

⁵⁶ Cinco meses após a inauguração, ou seja, em fevereiro de 2010, a pavimentação e o muro de contenção foram destruídos pelas fortes chuvas, impedindo o acesso de carros e culminando com o fechamento deste núcleo à visitação pública. (FUNBIO, 2011).

pretende transmitir. As placas da primeira gestão dão grande destaque ao termo PROIBIDO – proibido caçar, desmatar, acender fogo, jogar lixo, construir, cercar, extrair ou inserir minerais e vegetais – numa mensagem estritamente coercitiva e nada amistosa.



Figura 9. Placa de identificação do PEPB – Gestão 2003-2006.
Fonte: FERNANDEZ (2009a, p. 183).

Por outro lado, as placas elaboradas na gestão 2015-2017, indicam as normas de uso do parque, as proibições, mas de um modo mais discreto e menos intimidador. Essa polaridade de representações imagéticas pode estar associada ao contexto social de cada gestão e aos projetos institucionais do órgão responsável pela administração das UCs estaduais. As placas adotadas nesta gestão atendem a um layout padronizado pelo INEA, refletindo, portanto um momento de maior presença institucional nos territórios protegidos e de ações mais estruturadas para a consolidação do uso público nos parques estaduais fluminenses.

⁵⁷ Foi durante a gestão 2003-2006 que os princípios do SNUC começaram a ser aplicados pelos gestores estaduais. Conseqüentemente, a face restritiva da legislação ficou mais evidente. “O SNUC, nesta administração passou a ser utilizado como um impedimento legal a qualquer solução formal aos impasses vividos pelos habitantes de parques. Também por exigência desta mesma lei, foram feitos investimentos na elaboração ou finalização de planos de manejo, e a constituição de conselhos consultivos das UCs.” (ESTERCI e FERNANDEZ, 2009, p. 35).

A gestão 2015-2017 foi uma gestão mais participativa. Havia um canal de diálogo com a sociedade civil – população nativa, visitantes, ambientalistas. E, para além da disputa pelo território, a presença do parque e a incorporação de valores ambientais estavam mais presentes no cotidiano desses atores sociais. As placas adotadas nesta gestão atendem a um layout padronizado pelo INEA e um processo mais consolidado de implantação do PEPB e consolidação do uso público nos parques estaduais.



Figura 10. Placa de identificação do PEPB – Gestão 2015-2017
Fonte: Arquivo pessoal

Parque Estadual da Pedra Branca	
Criação	Lei Estadual N.º 2377 de 28 de junho de 1974
Área	12.393,84 hectares
Município	Rio de Janeiro
Altitude	100-1024m
Bioma	Mata Atlântica
Tipos de Vegetação	Floresta ombrófila densa, com formação estacional submontana e montana
NORMAS DE USO	
Jogue seu lixo em local apropriado	Respeite a sinalização
Proibido acesso com veículo motorizado	Não saia da trilha
Não alimente os animais	Não deixe marcas em árvores e rochas
É proibido caçar e pescar	Traga de volta todo o lixo produzido
Não retire plantas	Proibido fazer fogueira

Figura 11. Transcrição das informações e avisos contidos na Placa de identificação do PEPB – Gestão 2015-2017

Fonte: Arquivo pessoal

3.2. Plano de Manejo e Zoneamento do PEPB: Uso do Solo e os Novos Conflitos

A adoção do princípio do zoneamento é resultado de longos e intensos debates sobre a questão ambiental. Os primeiros parques eram criados partindo do princípio de indivisibilidade. Toda sua área era incluída numa só categoria e seus recursos naturais deveriam ser protegidos da ação do homem. No ano de 1962, durante I Conferência Mundial sobre parques nacionais – realizada na cidade de Seattle, Washington, Estados Unidos – foi discutida a possibilidade de fazer um zoneamento dos parques.

Dadas as dificuldades de definir uma área inteira por uma só descrição e/ou categoria, a divisão dos parques em zonas, definindo as atividades permitidas e proibidas em cada uma delas, foi proposta pela primeira vez (BARRETO FILHO, 2001, p. 457).

Sete anos depois – durante a 10ª Assembleia Geral da IUCN, realizada em 1969, na cidade de Nova Délhi, Índia – entre os muitos temas debatidos, destacou-se a tentativa de formular uma definição única para todos os parques nacionais em escala mundial. Segundo Barreto Filho (2001), os três principais elementos que uma determinada área deveria apresentar para ser classificada como parque eram:

(1) um ou vários ecossistemas não tenham sido alterados materialmente pela exploração e ocupação humanas, as espécies, habitats e demais condições naturais fossem de interesse científico, educacional e recreativo, e existissem paisagens naturais de beleza excepcional; (2) as autoridades centrais do país tenham tomado medidas para impedir ou eliminar com a maior brevidade possível a exploração e/ou ocupação em toda a área; e (3) as visitas fossem permitidas, sob normas especiais, para fins educativos, culturais, recreativos e inspirativos (BARRETO FILHO, 2001, p. 457).

Durante a 11ª assembleia geral da IUCN, realizada em 1972, na cidade de Banff, Canadá, o princípio do zoneamento foi oficialmente incorporado à definição de parques nacionais. Validado no mesmo ano, durante o II Congresso Mundial de Parques⁵⁸, realizado em Yellowstone, Estados Unidos, o princípio de zoneamento

trouxe consigo o reconhecimento de que comunidades humanas com características culturais específicas faziam parte dos ecossistemas a serem protegidos, na figura das “zonas antropológicas”: zona de ambiente natural com culturas humanas autóctones; zona com antigas formas de cultivo; e zona de interesse especial (BARRETO FILHO, 2001, p. 457).

⁵⁸ Os Congressos Mundiais de Parques são eventos realizados, pela UICN, a cada dez anos, desde 1962. É o único fórum global dedicado às áreas protegidas, como parques nacionais, reservas extrativistas e terras indígenas. Dados disponíveis em: <http://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/especiais/congresso_mundial_parques/>. Acesso em 15 jul. 2017.

Apesar de considerada como uma conquista das populações tradicionais residentes nas áreas transformadas em parques, Barreto Filho (2001) alerta para o caráter negativo do conceito – a possibilidade de utilização arbitrária do conceito para regular e ordenar unilateralmente a apropriação dos espaços, ou seja, a remoção ou reassentamento das populações tradicionais locais. Com o propósito de evitar tais ocorrências, no ano de 1975, durante a 12ª Assembleia Geral da IUCN, realizada na província do Zaire, em Angola, foi solicitado aos tomadores de decisão, que atentassem para que suas decisões em relação ao zoneamento dos parques não ocasionassem riscos de desagregação sociocultural e econômica para os grupos tradicionais locais que não representam ameaça ao meio ambiente (BARRETO, 2001).

Tudo indica terem sido essas as primeiras instâncias do reconhecimento, no âmbito do conservacionismo, da existência de povos autóctones, grupos étnicos, povos indígenas e estilos de vida tradicional como partes dos ecossistemas e merecedores de proteção apenas na medida em que não afetassem a integridade ecológica da área a ser protegida (BARRETO FILHO, 2001, p. 458).

Os zoneamentos ou classificação das áreas das cidades e/ou de outros espaços são processos arbitrários e, com o tempo, acabam sendo percebidos como naturais.

Na luta simbólica pela produção do senso comum ou, mais precisamente, pelo monopólio da nomeação legítima como imposição oficial – isto é, explícita e pública – da visão legítima do mundo social, os agentes investem o capital simbólico [...]. Assim, todas as estratégias simbólicas por meio das quais os agentes procuram impor a sua visão das divisões do mundo social e da sua posição nesse mundo podem situar-se entre dois extremos: o insulto, *ideos logos* pelo qual um simples particular tentar impor seu ponto de vista correndo o risco da reciprocidade; a nomeação oficial, ato de imposição simbólica que tem a seu favor toda a força do coletivo, do consenso, do senso comum, porque ela é operada por um mandatário do Estado (BOURDIEU, 1989, p. 146).

O III Congresso Mundial de Parques Nacionais – realizado em Bali, Indonésia no ano de 1982 – teve papel fundamental no aprimoramento do conceito de parques nacionais. Além de estabelecer que a criação de parques só se justifica quando acompanhada de medidas voltadas à melhoria de vida dos grupos humanos e redução da exploração dos recursos naturais, este congresso também

reafirmou os direitos das sociedades tradicionais à determinação social, econômica, cultural e espiritual; recomendou que os responsáveis pelo planejamento e manejo das áreas protegidas investigassem e utilizassem as habilidades tradicionais das comunidades afetadas pelas medidas conservacionistas, e que fossem tomadas decisões de manejo conjuntas entre as sociedades que tradicionalmente manejavam os recursos naturais e as autoridades das áreas protegidas, considerando a variedade de circunstâncias locais. Em nenhum momento, contudo, se reconheceu explicitamente a

existência de populações locais dentro dos parques nacionais dos países do Terceiro Mundo e nem dos conflitos gerados com sua expulsão, ao se instituírem parques nacionais (DIEGUES, 2001, p. 100-101).

O zoneamento das Unidades de Conservação, incluindo os parques, é estabelecido no Plano de Manejo da UC. No caso dos parques estaduais, a elaboração assim como a revisão dos Planos de Manejo são realizados a partir de diretrizes estipuladas no Roteiro Metodológico para Elaboração de Planos de Manejo para Parques Estaduais, Reservas Biológicas e Estações Ecológicas. Cabe a cada instituição gestora de UCs elaborar seu próprio roteiro metodológico. O INEA – instituto responsável pela gestão das UCs estaduais localizadas no estado do Rio de Janeiro – elaborou seu roteiro no ano de 2010.

O Parque Estadual da Pedra Branca ficou 39 anos – 1974-2013 – sem um Plano de Manejo. Após muitas iniciativas inconclusas, finalmente, no ano de 2013, esse documento foi finalizado e aprovado. Segundo Fernandez (2009a), a produção do programa de trabalho para o plano de manejo, em julho de 1979, foi a primeira iniciativa voltada a elaboração de um Plano de Manejo para o Parque Estadual da Pedra Branca. Entre as diretrizes estipuladas neste plano de trabalho, podemos destacar a temática sociocultural – preocupação com o destino dos produtores de banana –, a indicação de um sociólogo para compor a equipe de trabalho, e a crítica pela ausência de iniciativas anteriores voltadas a elaboração do Plano de Manejo. Cabe ressaltar também que neste plano de trabalho “é apontado o fato de que a agricultura que ali se desenvolvia não era mais capaz de fazer frente ao processo de urbanização” (FERNANDEZ, 2009a, p. 143).

No ano de 2003, ocorreu uma nova tentativa de elaboração do Plano de Manejo, com zoneamento do PEPB e propostas de ações, no entanto, este estudo também não foi à frente e o Plano de Manejo acabou não sendo elaborado. Em 2006, acontece outra tentativa infrutífera de elaboração do Plano de Manejo. Finalmente, em 2013, o Plano de Manejo do PEPB foi elaborado e aprovado (RIO DE JANEIRO, 2013, p. 406).

O zoneamento é uma forma de di-visão social com critérios de classificação e valores que se impõem sobre as formas de uso prévias desses grupos e não separam os espaços entre cultivos e natureza. Ou seja, o zoneamento, num primeiro momento, desconstrói as formas de uso tradicionais. Em seguida, as aceita, mas desde que enquadradas no zoneamento –, classificadas, comprovadamente, como nativos e/ou tradicionais. Em geral, os critérios adotados no zoneamento expressam uma perspectiva de não-conciliação das populações nativas neste espaço e revelam a

relação de forças materiais ou simbólicas entre os que têm interesse num ou noutro modo de classificação e que, como ela, invocam frequentemente a autoridade científica para fundamentarem na realidade e na razão a divisão arbitrária que querem impor (BOURDIEU, 1989, p. 115).

De acordo com o Plano de Manejo, o PEPB está classificado em sete áreas e/ou zonas: (1) Zona de Preservação; (2) Zona de Conservação; (3) Área de Visitação; (4) Área Histórico-Cultural; (5) Área de Recuperação; (6) Área de Uso Especial; (7) Área de Uso Conflitante.

As áreas de recuperação incluem os locais onde estão localizadas algumas das espécies exóticas passíveis de serem removidas. A grande questão aqui, e fator gerador de conflitos socioambientais, é o fato de a banana – cultivada no maciço deste a década de 1930 –, e o caqui – cultivado deste a década de 1950 – serem classificados como espécies exóticas. Esses dois frutos são os produtos mais cultivados e comercializados pelos agricultores familiares. Retirar estes produtos do PEPB é retirar as principais fontes de subsistência desse grupo e de suas famílias.

As áreas classificadas pelo Plano de Manejo como áreas de uso conflitante são as “áreas ocupadas por empreendimentos de utilidade pública, como linhas de transmissão, captação de água e estradas consolidadas, além de populações humanas, áreas de cultivo e acessos não oficiais ao parque” (RIO DE JANEIRO, 2013, p. 432).

Essa classificação é uma das que causam mais polêmicas e mal-estar entre a população nativa. Em todas as entrevistas realizadas com os moradores foi manifestada a indignação pelo fato de terem sido incluídos numa área de uso conflitante. Os agricultores familiares e a população nativa de modo geral, não conseguem entender nem aceitar o fato de serem classificados como causadores de conflito em relação aos objetivos do parque. Embora com palavras diferentes, a fala comum e repetida por todos os entrevistados é:

Não somos nós que criamos conflitos com o PEPB, mas ele que criou conflito conosco, ao transformar nossa casa e o quintal da mesma em parque e nos tratar como invasores, apesar de já estarmos aqui muito antes da criação deste parque. (Síntese de entrevistas realizadas com alguns moradores do PEPB).

Uma questão polêmica é o fato de a Área de Uso Conflitante incluir zonas de preservação, ou seja, zonas onde as florestas estão em estágio médio ou avançado de recuperação, “áreas onde, até hoje foi verificada a maior diversidade e riqueza de espécies” (RIO DE JANEIRO, 2013, p. 424).

Essa constatação comprova o discurso de vários moradores, principalmente os que estão inseridos nos grupos de populações tradicionais – remanescentes de quilombolas e/ou agricultores familiares. É comum ouvi-los afirmar que são eles que conservam e protegem a floresta e o fato de, justamente a área onde estão inseridos contemplar também zonas preservadas da floresta, corrobora a tese do agricultor conservador

Cientes da condição a que foram submetidos e de sua importância para a manutenção desta área protegida, os pequenos produtores do maciço acionam o argumento de que são agricultores conservadores e assim buscam legitimar o direito de permanecer no PEPB (FERNANDEZ, 2009b, p. 15).

O principal objetivo da instituição do princípio de zoneamento é reconhecer a presença de múltiplos grupos – humanos e não-humanos – nas áreas transformadas em parque e incluí-los nos projetos de conservação ambiental. Porém, ao classificar as áreas ocupadas, pelo homem, como de uso conflitante e propor sua remoção – ou manejo – o INEA denuncia seu viés preservacionista revelando que os critérios e metodologias adotados por esse instituto

apenas reforçam a visão de incompatibilidade entre homem e natureza. Desde modo, a utilização do princípio de zoneamento não se justifica.

Segundo Larrère e Larrère (1997), o surgimento de conflitos é inevitável quando se tenta proteger uma área habitada. Porém, isso ocorre devido à insistência das políticas ambientais em separar homem e natureza, não reconhecendo a interrelação entre ambos.

Se o homem faz parte da natureza, não há razões para dramatizar. Não há que escolher entre natureza e o homem. Podem ser ambos protegidos, é possível ligar a preservação da diversidade biológica, por exemplo, à defesa da diversidade cultural. Sobretudo se o homem está na natureza, é da natureza, a sua ação não é necessariamente perturbadora, pode mesmo ser benéfica (LARRÈRE e LARRÈRE, 1997, p. 17).

A substituição da proteção da natureza – espécies e espaços selvagens – pela proteção das paisagens – agricultura, meio físico, infraestrutura, presença humana – romperia com a dicotomia natureza e cultura. No entanto,

para proteger paisagens há que multiplicar os pontos de vista, relativizá-los e apreender como as sociedades ordenam os seus territórios em função da sua própria representação; e como, reciprocamente, elas as interpretam (e as olham) em função da maneira como as organizam, as valorizam e nelas desenvolvem as suas práticas produtivas ou lúdicas (LARRÈRE e LARRÈRE, 1997, p. 227).

O marco da cota 100 é outra questão polêmica, pois apesar de possuir a legalidade inerente aos atos previstos em lei, não possui legitimidade suficiente para ser aceita pela população local sem ressalvas ou contestações. Teoricamente, a localização desses marcos sinaliza o início do PEPB, ou seja, os 100 metros de altitude. Porém, é comum ouvir moradores contestando a posição desses marcos. Enquanto uns afirmam que os aparelhos utilizados na época não possuem cem por cento de precisão, outros alegam que os marcos da cota 100 foram sendo movimentados a fim de excluir determinadas áreas da delimitação do parque.

Ao que parece, contudo, tais marcos à época da criação e delimitação do parque, em 1974, foram calculados de modo estimado; sem muita exatidão, de forma que a utilização de equipamentos mais sofisticados como o GPS, na atualidade, demonstram imprecisões no que se estabeleceu como cota 100m, nas diferentes áreas do maciço (FERNANDEZ, 2009a, p. 153).

Com o objetivo de impor e legitimar as divisões, zoneamento e classificações realizadas, o Estado, frequentemente, recorre à ciência (BOURDIEU, 1989, p. 115). No entanto, como a ciência poderia explicar o fato de humanos e não-humanos – no caso, as torres de energia – serem classificados como iguais? Além da emissão de correntes elétricas de alta voltagem e erosão do solo, principalmente nos trechos que dão acesso a estas torres, a estrutura metálica das torres de energia das empresas Furnas e Light contrastam drasticamente com o verde da floresta, com a imagem idealizada dos parques como um espaço de conservação da natureza. A presença dessas torres revela a flexibilização das políticas

ambientais, ou seja, a negociação entre os ideais conservacionistas e de desenvolvimento nacional quando analisados sob a perspectiva do interesse nacional.

3.2.1. Linhas de transmissão de energia: os impactos ambientais num parque urbano

O fenômeno da industrialização e o crescente e contínuo surgimento de novas tecnologias explica o aumento da demanda por energia elétrica – considerado, atualmente, um serviço essencial à manutenção da vida moderna. As empresas fornecedoras deste tipo de energia estão sempre em busca de locais onde possam instalar as torres e linhas de transmissão de energia. O Parque Estadual da Pedra Branca não ficou imune a esse problema. Neste parque, as torres – localizadas no entorno e em seu interior, principalmente nas vertentes norte, leste e oeste do PEPB – emergem como monstros metálicos e podem ser avistadas mesmo à distância. Estas linhas de transmissão de energia constituem-se num elemento gerador de conflitos, riscos e alterações da paisagem. Segundo o Plano de Manejo do PEPB, os

impactos causados pela presença destas redes abrangem a abertura de caminhos na mata para a manutenção das torres, que implicam diretamente na fragmentação da floresta e no uso dos caminhos pela população residente e por visitantes, resultando muitas vezes em ações de degradação, e a emissão de correntes elétricas de alta voltagem, para os quais não existem estudos de avaliação qualitativa e quantitativa do dano em relação aos organismos vivos, além de alterar a paisagem da área. (RIO DE JANEIRO, 2013, p. 206).

Alguns moradores nativos do maciço guardam em suas memórias as imagens dos funcionários de Furnas chegando ao local no início da década de 1970. Segundo estes mesmo moradores, a equipe responsável pela instalação das torres ficava acampada em barracas de lona ou abrigados na casa de moradores. Levando em consideração o fato de a Subestação de Jacarepaguá ter começado a operar em 1968, é possível considerar como certa as informações obtidas com os moradores.

A Central Elétrica Furnas recebeu autorização para funcionar em 28 de fevereiro de 1957, quando Juscelino Kubitschek, então presidente da República, assinou o Decreto nº 41.066 concedendo autorização para que a Central Elétrica de Furnas S.A. funcionasse como empresa de energia elétrica. No ano de 1962, Furnas torna-se subsidiária da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás⁵⁹. Ainda no início da década de 1960, a Companhia Hidrelétrica do Vale do Paraíba (Chevap) inicia as obras de construção da Usina Termelétrica de Santa

⁵⁹ Em 1954, Getulio Vargas propôs a criação da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. Após sete longos anos de discussão e oposição ao projeto, ele finalmente foi aprovado pelo presidente Jânio Quadros, através da Lei 3.890-A, de 25 de abril de 1961, que autorizava a construção da Usina e a União. Dados disponíveis em: <<http://eletrobras.com/pt/Paginas/Historia.aspx>>. Acesso em 27 mai. 2017.

Cruz, no estado do Rio de Janeiro. Em 1963, a Usina Hidrelétrica de Furnas entra em operação. Em setembro de 1967, a Usina Termelétrica de Santa Cruz começa a funcionar, porém a inauguração oficial ocorre apenas em 11 de maio de 1968. Durante as obras, em 1967, a Chevap⁶⁰ foi extinta e todo seu acervo absorvido pela Central Elétrica de Furnas S.A que teve seu nome modificado – em 1971 – para Furnas Centrais Elétricas S.A.⁶¹.

No mesmo ano de inauguração da Usina Termelétrica de Santa Cruz, a Subestação de Jacarepaguá⁶² – localizada na entorno do Maciço da Pedra Branca – começa a fornecer energia elétrica para alguns bairros da cidade do Rio de Janeiro.

A Subestação Jacarepaguá supre a cidade do Rio de Janeiro com energia oriunda da Usina de Santa Cruz (138 kV) e da subestação Adrianópolis (345 kV), alimentando diversas subestações da Light e fornecendo energia a 19 bairros do Rio de Janeiro, entre eles a Barra da Tijuca e o Recreio dos Bandeirantes. (FURNAS, 2016).

De acordo com registros obtidos através de Furnas Centrais Elétricas⁶³, as torres de transmissão de energia localizadas no Maciço da Pedra Branca começaram a ser energizadas em 1978. Comparando esses dados com as informações obtidas através da população nativa, é possível perceber que, apesar de a instalação das torres ter sido iniciada num período anterior à criação do PEPB, as mesmas só começaram, efetivamente, a funcionar, ou seja, a transmitir energia elétrica, quando esta área já havia sido transformada numa Unidade de Conservação de Proteção Integral.

Embora, aparentemente contraditório, a instalação de antenas de transmissão de energia elétrica em UCs, não é um fato isolado. No ano de 1965, o Parque Nacional da Guanabara – atual Parque Nacional da Tijuca ou Floresta da Tijuca – viu sua mata ser invadida por estes objetos metálicos e estranhos ao meio ambiente. Porém, até que a instalação das torres de transmissão de energia fosse iniciada e concluída houve um grande embate entre a administração do parque e funcionários de Furnas. Por um lado, o funcionário de Furnas afirmava estar autorizado – por um Decreto presidencial – a instalar as torres de transmissão de energia. Por outro lado, o administrador do parque argumentava que a instalação das torres causaria danos incalculáveis a fauna, flora e solo do Parque, ou seja, essa instalação era incompatível com o objetivo do parque – a preservação do meio ambiente. Não

⁶⁰ Furnas. Parque Gerador. Usina termelétrica de Santa Cruz. Dados disponíveis em: <http://www1.furnas.com.br/hotsites/sistemafurnas/usina_term_stacruz.asp>. Acesso em 27 mai. 2017.

⁶¹ Memória da Eletricidade. Dados disponíveis em: <<http://www.memoriadaeletricidade.com.br/default.asp?pag=8&codTit1=44363&pagina=destaques/linha/1948-1963&menu=381&iEmpresa=Menu#44363>>. Acesso em 27 mai. 2017.

⁶² Furnas Centrais Elétricas S.A. – SE Jacarepaguá – Estrada de Pau da Fome, 839, Taquara, Rio de Janeiro.

⁶³ Informações obtidas a partir de contato com Geraldo Espínola Soriano de Souza Nunes. Biólogo. Gerência de Licenciamento Ambiental (GLA.E) da empresa Furnas Centrais Elétricas.

se tratava de ignorar a necessidade urgente de aumento no fornecimento de energia, mas de buscar alternativas que minimizassem os impactos ambientais.

A decisão final foi favorável à instalação das torres, porém com inúmeras ressalvas. Não foi permitida a abertura de clareiras na floresta. O transporte das peças das torres assim como o esticamento dos cabos entre as torres foram realizadas com auxílio de helicópteros. O corte de árvores foi minimizado ao máximo. As torres foram instaladas numa altura que permitiu a passagem dos cabos por cima da copa das árvores. Tudo foi decidido sem alarde e sem participação ou conhecimento da sociedade em geral. Nota-se aqui uma tensão entre valores distintos. Por um lado, o uso do helicóptero representa a desnaturalização do dano ambiental. Por outro, a permissão de instalação das torres revela a supremacia da ideologia desenvolvimentista em relação aos valores ambientais.

No caso das torres instaladas no Maciço da Pedra Branca, não se sabe em que contexto aconteceu a decisão pela instalação destas torres nem os procedimentos legais adotados para a instalação das mesmas. No entanto, uma análise comparativa das informações referentes à instalação das torres na Floresta da Tijuca e no Parque Estadual da Pedra Branca, permite concluir que no segundo caso, a instalação das torres ocorreu cerca de cinco a sete anos após a instalação do sistema de transmissão na Floresta da Tijuca.

Atualmente, estas instalações são reguladas pela Portaria 421, de 26 de outubro de 2011, que “dispõe sobre o licenciamento e a regularização ambiental federal de sistemas de transmissão de energia elétrica e dá outras providências”. (BRASIL, 2011). De acordo com esta Portaria, a instalação de sistema de transmissão de energia em UCs de Proteção Integral exige a elaboração de um Estudo de Impacto Ambiental – EIA e o respectivo Relatório de Impacto Ambiental – RIMA. Dependendo do resultado deste estudo, a instalação pode ser autorizada ou negada.

Além da exigência de elaboração do EIA e do RIMA, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC – também prevê uma compensação financeira por parte de empresas – privadas ou públicas – de geração de energia elétrica instaladas no interior ou no entorno de UCs. Segundo o artigo 48 da Lei o SNUC, o

órgão ou empresa, público ou privado, responsável pela geração e distribuição de energia elétrica, beneficiário da proteção oferecida por uma unidade de conservação, deve contribuir financeiramente para a proteção e implementação da unidade, de acordo com o disposto em regulamentação específica (BRASIL, 2000, p. 21).

Seguindo o entendimento preconizado pelo SNUC, o Plano de Manejo do PEPB (2013) propõe a adoção de ‘medidas de compensação ambiental’ – uma contribuição financeira pelo uso do solo desta UC. No entanto, até o presente momento, nenhuma ação prática foi tomada em relação à presença das antenas de transmissão nesta UC e a efetiva ação compensatória por parte das empresas de energia elétrica.

O caso da Floresta da Tijuca colabora no processo de desnaturalização das intervenções e danos causados ao meio ambiente em nome do que se habituou chamar de

desenvolvimento. Presenciar um morador do parque consertando a cerca de sua casa ou limpando o que restou de sua colheita para o replantio pode ser motivo de mui grande indignação em cidadãos de bem – defensores do meio ambiente, conservacionistas. No entanto, esta mesma indignação não é manifestada ao olhar para o PEPB, entre outras UCs, e ver o impacto ambiental e visual causado pelo exército de torres metálicas que emergem na floresta. Tampouco, há indignação com o desmatamento nas áreas onde as torres são instaladas ou nos acessos às mesmas. O “predomínio de uma lógica de governo desenvolvimentista, fez com que durante muito tempo o impacto causado pelas torres se apresentasse como uma interferência inevitável” (FERNANDEZ, 2009a, p. 157).

As torres cortam o maciço levando energia elétrica para outras partes da cidade, enquanto muitos moradores locais vivem sem acesso a esse serviço básico⁶⁴. No entanto, na segunda metade de 2008, uma pequena comunidade⁶⁵ localizada em Pau da Fome, recebeu – através da mobilização dos moradores e mediação da administração do PEPB – uma autorização especial para o fornecimento de energia elétrica a seus moradores e a regulação do fornecimento em cerca de cento e vinte casas que acessavam a energia elétrica de forma irregular. Além do acesso a um serviço básico e indispensável nos dias atuais, a instalação do medidor de energia e, por extensão, a conta de luz, é um elemento de territorialidade e de cidadania. (FERNANDEZ, 2009a)

Esta cidadania traduz-se primeiramente pelo próprio benefício que na atualidade é um item básico de desenvolvimento social, depois, pela “aquisição de um endereço” (as ruas foram nomeadas e as casas numeradas para a instalação da energia), além do mais, trata-se de um documento que comprova agora e no tempo futuro a permanência no local, legitima o número de construções de cada família, pelo número de relógios instalados. (FERNANDEZ, 2009a, p. 160).

O caso desta comunidade não é o padrão registrado no parque. Este foi um processo único e burocrático. Sob o argumento de que não deveria haver casas em UCs, a instalação elétrica continua sendo negada a muitos moradores. Assim como narrara Corrêa (1936) – em relação ao não fornecimento de água potável à população vizinha dos mananciais de Camorim e Pau da Fome – ocorre nos dias atuais. A única diferença é o serviço não fornecido. Se antes era a água, hoje é a energia elétrica.

⁶⁴ O acesso à energia elétrica no Parque Estadual da Pedra Branca pode ser dividido em três tipos ou grupos: (1) moradores que possuem fornecimento legal e regular de energia elétrica; (2) moradores que possuem fornecimento ilegal, o famoso ‘gato’; (3) moradores sem fornecimento de energia elétrica – utilizam lampiões à querosene.

⁶⁵ Comunidade Monte da Paz – localizada próximo à entrada da sede do PEPB, em Pau da Fome, Taquara, RJ.

3.3. Subvertendo o mito da natureza intocada: as marcas do Sertão Carioca no parque

Os parques são comumente representados como espaços de contemplação da natureza, caminhadas, relaxamento e grande beleza. Seguindo essa lógica, o SNUC afirma que um dos seus objetivos é **‘proteger paisagens naturais e pouco alteradas de notável beleza cênica’** (grifo meu).

Do mesmo modo que o SNUC, o Plano de Manejo do PEPB e o Roteiro Metodológico para Elaboração de Planos de Manejo não apresentam uma definição para os termos que utiliza, ou seja, ‘paisagens naturais’ e ‘beleza cênica’. No entanto, estudos apontam que no Brasil já não existem áreas naturais.

No caso do Brasil, [...] a vegetação constitui-se como um mosaico de paisagens modificadas como florestas secundárias, com diferentes níveis de perturbação, manchas de vegetação com agricultura ou pecuária e plantação de espécies exóticas comerciais ((RUÍZ *et al*, p. 164, 2017).⁶⁶

Levando-se em conta todo o contexto histórico de ocupação humana no PEPB fica evidente que essa tão propagada ‘paisagem natural’ não é tão natural assim. Conversas e entrevistas com moradores e gestores do parque evidenciam a polaridade de opiniões e percepções acerca do que seria ‘paisagem natural’ e ‘beleza cênica’. “Os ecossistemas protegidos podem dar uma aparência de natureza intocada, entretanto geralmente têm sido objeto de inúmeras alterações ao longo do tempo [...]” ((RUÍZ *et al*, p. 164, 2017)⁶⁷.

O termo beleza cênica pode ser entendido como referência a uma paisagem aparentemente harmônica, que a um primeiro olhar, aparece como um cenário ideal, perfeito. Este é um conceito simbólico e subjetivo, mas, ao mesmo tempo, material e objetivo. Ressalta um sentimento, mas também uma valoração desta paisagem. Segundo Vieira (2014) pesquisadora das belezas cênicas do bioma Pampa, no estado do Rio Grande do Sul, a

beleza cênica é um conceito estético subjetivo e objetivo. É um dos atributos da paisagem e dos fatores que determinam a sua valorização. Agregando todos os conceitos dos pesquisadores, a beleza cênica é o resultado final, visual, audível, harmônico, de singularidade marcante, um juízo de valor pessoal e coletivo da paisagem; independente do seu valor histórico, cultural ou biológico; incorporada ao longo de um tempo. É formada por um conjunto de elementos (água, as rochas, as formas do relevo e a vegetação)

⁶⁶ Tradução livre. No original: “En el caso de Brasil, [...] la vegetación se constituye como un mosaico de paisajes modificados como bosques secundarios con diferentes niveles de perturbación, parches de vegetación con agricultura o ganadería y plantaciones de especies exóticas comerciales”.

⁶⁷ Tradução livre. No original: “Los ecosistemas protegidos pueden dar una apariencia de naturaleza prístina, sin embargo usualmente han sido objeto de numerosas alteraciones a lo largo del tiempo [...]”.

que se destacam na paisagem, proporcionando uma harmonia visual, que nos faz lembrar como um local representativo de um todo, representa uma marca na memória. Evoca um sentimento de paz, de admiração, de prazer, de inspiração, de lembranças do passado, uma sensação de fazermos parte da paisagem (VIEIRA, 2014, p. 217).

Nem todo parque tem belezas cênicas. Isso coloca alguns desafios para o uso público dos parques pensado como meio para arrecadação e manutenção da UC. No entanto, mesmo que não tenha um atrativo tão marcante, as UCs aos poucos consagram atrativos locais. Em ambos os casos, a intervenção humana é parte do processo. Essa interferência pode ocorrer através da seleção das paisagens que serão valorizadas e destacadas como atrativos do parque – mirantes, cachoeiras etc. –, da construção e instalação de infraestruturas que favorecem o uso público nos parques, e da apropriação e ressignificação de elementos culturais.

A partir da criação do PEPB algumas marcas do sertão carioca – como, por exemplo, as casas de pau-a-pique, a igreja construída no século XVII, os bananais, a pedra do quilombo – adquiriram novos significados. A Trilha da Casa Amarela e a inauguração da fonte Elos Dona Nolola são exemplos de apropriação e ressignificação de algumas dessas marcas.

A adoção de elementos, que remetem à história social, como atrativos do PEPB subverte uma ordem social pré-estabelecida. Conforme já mencionado, a criação de parques tem como pano de fundo o mito da natureza intocada – a ideia de impor valores científicos e de conservação da natureza que pressupõe a ausência de moradores. A incorporação de elementos culturais – que remetem à população nativa – como marcas oficiais do PEPB configuram, concomitantemente, uma apropriação cultural e a subversão da ordem social, ou seja, dos valores associados ao ideário conservacionista.

3.3.1. Trilha da Casa Amarela

Localizada a 639 metros de altitude, esta construção do início do século XX era a sede do antigo sítio Santa Bárbara. A Casa Amarela representa, para a população nativa, um importante marco da diversidade de usos do solo e cultivos realizados no maciço desde tempos remotos acabou sendo apropriada e ressignificada pelo PEPB.

Por sua localização estratégica – na confluência das trilhas de Pau da Fome, Rio da Prata e Vargem Grande – essa construção em estilo colonial, foi transformada em ponto turístico e referência para os trilheiros do PEPB.

A Trilha da Casa Amarela – também conhecida como Caminho de Santa Bárbara – figura no mapa de trilhas oficiais do Parque Estadual da Pedra Branca e no recém-lançado Guia da Trilha Transcarioca. As equipes que organizam caminhadas a destacam como um importante trecho a ser percorrido. Desta construção saem trilhas que levam ao Pico da Pedra Branca – ponto culminante do PEPB a 1024 metros de altitude –, ao Morro de Santa Bárbara a 853 metros de altitude, e a mais três pontos do PEPB – Vargem Grande, Rio da Prata e Pau da Fome.

Assim como outras trilhas do PEPB, a Trilha da Casa Amarela, não é uma trilha nova, mas a ressignificação dos *caminhos* utilizados pela população nativa. Ao se apropriar deste território, os caminhos foram transformados em trilhas oficiais.

3.3.2. Nascente Elos Dona Nolola

A produtora rural, líder comunitária, agente de saúde local, parteira, benzedeira e conselheira Alzerina Moreira Maia – dona Nolola – nasceu no Maciço da Pedra Branca no ano de 1909 e ali viveu até seu falecimento, no ano de 1974 – coincidentemente, mesmo ano de criação do PEPB.

Alzenira teve oito filhos, treze netos e cento e cinquenta afilhados. Rotineiramente ela deixava seus afazeres para estar junto da comunidade e/ou subir a serra a cavalo para atender os moradores doentes. Sua casa era ponto de referência para tratamento de todos que adoeciam na localidade. Em 18 de novembro de 2013, a nascente – localizada no sítio⁶⁸ onde ela sempre viveu – foi inaugurada e batizada como Nascente Elos Dona Nolola.

A inauguração dessa nascente foi uma das ações desenvolvidas pelo Programa Elos de Cidadania. Como reconhecimento pelo trabalho, o termo Elos foi acrescido ao nome da nascente. O programa Elos de Cidadania: Educação Ambiental para a Gestão Participativa e Integrada de Águas e Florestas da Mata Atlântica foi promovido no ano de 2013, pela Secretaria Estadual do Ambiente, com o objetivo de incentivar e apoiar a educação ambiental através de desenvolvidas com a parceria de escolas e universidades.

O evento de inauguração da nascente reuniu moradores, representantes da secretaria de Meio Ambiente, do INEA e da administração do parque, diretor e alunos do Ciep 165-Brizolão Brigadeiro Sérgio Carvalho⁶⁹, agricultores e moradores do Rio da Prata, no Maciço da Pedra Branca, além de representantes de instituições parceiras da agricultura familiar do Estado do Rio de Janeiro.

Além de resgatar e valorizar a história local, a presença de representantes de instituições públicas pode ser lida como o reconhecimento oficial da intrínseca relação entre a história da população nativa e a história do maciço, ou seja, a relação entre natureza e cultura. Os exemplos acima também ilustram a relação entre o poder institucionalizado e a população nativa no que concerne ao uso e apropriação simbólica e material desse território e destacam o caráter conflituoso, instável e indefinido dessa relação.

⁶⁸ Atual Sítio Farol da Prata – administrado por Edson Luis Souto Paiva – neto de Alzerina.

⁶⁹ Escola pública localizada no bairro de Campo Grande, Rio de Janeiro.

3.4. Agricultores familiares: novas estratégias na luta pelo direito ao território

A atividade agrícola está presente no maciço desde o início de sua ocupação. Embora alguns pesquisadores afirmem que os primeiros humanos chegaram ao maciço há três mil anos, a intensificação dessa ocupação ocorre a partir do século XVII, com a instalação da sesmaria de Correia de Sá (CORRÊA, 1936; FERNANEZ, 2009a; OLIVEIRA, 2010).

Os primeiros cultivos foram cana de açúcar, café e laranja – produtos para consumo interno e exportação. Porém, é fácil concluir que havia também uma agricultura de subsistência – direcionada à alimentação dos fazendeiros, sua família e seus escravos. Corrêa (1936) nos fala sobre os inúmeros pés de chuchus nativos, framboesas e os bananais que haviam no maciço ainda no início do século XX.

Esses primeiros ocupantes deixaram seus herdeiros – a população remanescente de quilombo e os agricultores familiares. Atualmente, ambos os grupos adotam estratégias que visam legitimar o direito de permanência neste território transformado em parque. Relatos de história oral, ressignificação de práticas culturais, adoção de termos como ‘agricultura familiar’ e ‘produção orgânica’, ações coletivas mediadas pelas universidades, movimentos sociais e associativismo são algumas das práticas adotadas.

No Brasil, o termo ‘agricultura familiar’ começou a ser utilizado na década 1990, pelos movimentos sociais ligados à CONTAG⁷⁰ e foi legitimado a partir de 1996, com a criação, pelo Estado brasileiro, do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Criado a partir das demandas colocadas pelos movimentos sociais do campo, este programa tem como objetivo viabilizar financiamentos e apoiar os pequenos produtores rurais (SCHNEIDER, 2003).

Os agricultores do maciço que já trabalhavam em família e praticando – na maioria dos casos – uma agricultura sem uso de aditivos químicos – ao começaram a atuar politicamente – em redes e associações de agricultores – com o objetivo de legitimar seu direito de permanência neste território – se assumiram como agricultores familiares e orgânicos. Em busca de reconhecimento e valorização da atividade agrícola no maciço, os agricultores das regiões de Vargem Grande, Pau da Fome (Jacarepaguá) e Rio da Prata (Campo Grande) se reuniram em associações.

Quando os dominados nas relações de forças simbólicas entram na luta em estado isolado, [...] não têm outra escolha a não ser a da aceitação [...] da definição dominante da sua identidade [...]. Diferentemente destas estratégias que encerram o reconhecimento da identidade dominante e, portanto dos critérios de apreciação apropriados a constituí-la como legítima, a luta coletiva pela subversão das relações de forças simbólicas [...] é um esforço pela autonomia, entendida como poder de definir os princípios de

⁷⁰ CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura.

definição do mundo social em conformidade com os seus próprios interesses (BOURDIEU, 1989, p. 124-125).

No ano de 1986, agricultores da área de Pau da Fome fundaram a ALCRI – Associação de lavradores e criadores de Jacarepaguá. Após algum tempo em que ficou desativada, a associação voltou à ativa em 1998. A partir de então teve início a luta pela aquisição do CNPJ, que, no entanto, devido à burocracia, só foi alcançado em 2007.

A AGROPRATA – Associação de agricultores orgânicos da Pedra Branca – surgiu a partir de um projeto da ONG Roda Viva⁷¹ – que orientou os agricultores sobre como praticar a agricultura orgânica e como agregar valor a seus produtos através do beneficiamento dos mesmos, produzindo, por exemplo, a banana-passa. Ainda por intermédio deste projeto, foi firmado um acordo de cooperação entre o IEF, atual INEA, e os agricultores. O IEF fez o zoneamento da área a ser cultivada e os agricultores se comprometeram a não expandir suas moradias, nem a área cultivada, por estarem localizados na área limítrofe do PEPB. Em 2002 a ONG Roda Viva construiu a sede desta associação. Deste então, a AGROPRATA tem atuado no sentido de construir a identidade de agricultor orgânico assimilando valores e práticas ligadas à conservação do meio-ambiente e participando de feiras orgânicas espalhadas pelo município do Rio de Janeiro.

Na região de Vargem Grande, os agricultores criaram, no ano de 2007, a AGROVARGEM – Associação de Agricultores Orgânicos de Vargem Grande. Nesta época, alguns agricultores já haviam desistido da atividade agrícola e vendido suas propriedades. O Projeto Profito⁷² capacitou os agricultores remanescentes para a produção agroecológica de plantas medicinais para o abastecimento de programas de fitoterapia da Secretaria Municipal de Saúde⁷³. Desde então estes agricultores revitalizaram a atividade agrícola e a associação de

⁷¹ A Associação Projeto Roda Viva é uma organização civil, sem fins lucrativos criada em 29/03/1989, cuja missão é promover o desenvolvimento da cidadania de crianças e adolescentes com alta vulnerabilidade social, porém o projeto com a Agroprata foi desenvolvido porque um participante da ONG que realizava atividades com jovens da região sobre a qualidade da água dos rios, sensibilizou-se com as condições de vida dos pequenos produtores da localidade do Rio da Prata e propôs a um engenheiro agrônomo a elaboração de um projeto que foi desenvolvido por intermédio desta ONG com recursos repassados pela ONG Rockefeller.

⁷² Projeto Profito: Plantas Medicinais no entorno do Parque Estadual da Pedra Branca – Profito Pedra Branca – foi iniciado em 2006, pela equipe do Laboratório de Biodiversidade do Instituto de Tecnologia em Fármacos (FARMANGUINHOS/FIOCRUZ) a partir de um trabalho anterior elaborado por Sandra Magalhães Fraga, doutora em ecologia e funcionária de Farmanguinhos, sobre os rios do maciço da Pedra Branca e teve seu término em 2013. Este projeto surgiu no mesmo momento em que estava sendo elaborada a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos – uma política pública de saúde, meio ambiente, desenvolvimento econômico e social – e, por conseguinte, passou por inúmeros entraves a sua implantação. Um dos objetivos do Profito é fortalecer a agricultura local – baseada na prática agroecológica –, orientar e capacitar os agricultores familiares deste território para o fornecimento de plantas medicinais para o Programa de Fitoterápicos do SUS.

⁷³ O Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos publicado no ano de 2008 tem como principal objetivo ampliar as opções terapêuticas ofertadas aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), a partir do acesso à plantas medicinais e fitoterápicos, com segurança, eficácia e qualidade, com ênfase na atenção básica, com vistas à melhoria da atenção à saúde da população e à inclusão social. O Programa de Plantas Medicinais e Fitoterapia do município do Rio de Janeiro seguem as diretrizes do Programa Nacional de Plantas

agricultores foi formada. Hoje, além de produzir plantas medicinais, eles participam de feiras orgânicas e de várias redes e eventos relacionados à promoção da atividade agrícola.

Através do associativismo e da parceria de universidades e instituições voltadas à valorização da agricultura familiar, alguns agricultores conseguiram acessar a DAP⁷⁴, participar do PNAE⁷⁵ e, conseqüentemente, fornecer parte de sua produção agrícola para algumas escolas,. A participação nestas mesmas redes possibilitou a certificação destes e de outros agricultores como produtores orgânicos. A partir desta certificação, os agricultores começaram a participar de feiras orgânicas no município do Rio de Janeiro e de redes de trocas técnicas e econômicas com base na economia solidária. Nestes eventos, os agricultores apresentam e comercializam seus produtos – caqui, banana, aipim, chuchu, verduras, vinagre de caqui, sabonetes medicinais entre outros.

Além do associativismo e do relato oral de suas histórias – que sempre remetem a presença pretérita desta população no maciço – outras estratégias foram adotadas para legitimar seu direito ao território. Uma dessas estratégias foi a criação do evento nomeado como Dia do Tira Caqui, criado com o objetivo de divulgar a agricultura do maciço e a produção orgânica do caqui.

3.4.1. Dia do Tira Caqui

Fruto de ações coletivas entre Rede Ecológica, Profito, Rede Carioca de Agricultura Urbana e agricultores do maciço entre outros, o Dia do Tira Caqui foi pensado como uma estratégia de divulgação da atividade agrícola. Depois da banana, o caqui é o produto mais cultivado no maciço e é importante fonte de renda para os agricultores. Este fruto é tão significativo para os agricultores que uma das feiras – a Feira Orgânica de Campo Grande – tem a figura do caqui como sua logo.

O primeiro Dia do Tira Caqui ocorreu em 21 de abril de 2011. A partir de então, todos os anos este evento se repete. É um evento itinerante. Cada ano acontece numa determinada

Medicinais Dados disponíveis em: <<http://www.rio.rj.gov.br/web/sms/praticas-integrativas>>. Acesso em 22 jul. 2017.

⁷⁴ DAP – Declaração de Aptidão ao Pronaf – criada pela Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário, A DAP é o instrumento de identificação do agricultor familiar para acessar políticas públicas, como o Pronaf.

⁷⁵ PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar. Implantado em 1955. A partir da aprovação da Lei nº 11.947, de 16/6/2009, ficou estipulado que 30% do valor repassado pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE deve ser investido na compra direta de produtos da agricultura familiar, medida que estimula o desenvolvimento econômico e sustentável das comunidades. Dados disponíveis em: <<http://www.fn.de.gov.br/index.php/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-apresentacao>>. Acesso em 13 mai. 2017.

região do maciço, mas sempre numa das regiões onde estão localizadas as associações de agricultores – Vargem Grande, Rio da Prata e Pau da Fome.

Neste dia, agricultores de todo o maciço, amigos e parceiros se reúnem no sítio escolhido para a realização da colheita do caqui, recebem orientações sobre técnicas de colheita e manejo do fruto – que é muito delicado – e, em seguida, dão início à colheita. Após a colheita é servido uma almoço comunitário. É um dia de celebração da safra do caqui e também de lutas e de valorização da produção agroecológica.

Uma das edições do evento – a do ano de 2014 – foi acompanhada, gravada e apresentada pelo programa Um pé de que?, apresentado por Regina Casé, no Canal Futura.

Este é um dia de festa e comemoração para os agricultores. Eles ficam muito felizes em ver tantas pessoas envolvidas na colheita do caqui, aproveitam para contar suas histórias no maciço e apresentar outros cultivos – enfim, mostrar que existe agricultura no município do Rio de Janeiro. Além do Dia do Tira Caqui, no ano de 2014, a Agroprata instituiu – junto com a Feira de Rio da Prata – a Festa do Caqui – um evento independente do Dia do Tira Caqui.

3.4.2. Festa do Caqui

A Festa do Caqui é um evento organizado por Agroprata e Feira de Rio da Prata. A primeira festa aconteceu no ano de 2014. Desde então, o evento se repete anualmente, sempre em Rio da Prata. Diferentemente do Dia do Tira Caqui, onde o foco é a produção e a colheita do caqui, a Festa do Caqui prioriza a agricultura e a cultura do maciço. Neste evento são comercializados o caqui in natura e seus subprodutos – vinagre de caqui, caqui-passa, suco de caqui, caipirinha de caqui, bolo de caqui etc., porém o evento não se resume ao caqui. No local da festa também são comercializados outros produtos, como artesanatos, ervas medicinais, sucos e petiscos diversos.

Durante a festa também é contada a história da agricultura no Maciço da Pedra Branca e, em especial, a história de Rio da Prata. Segundo Rita Caseiro, presidente da Agroprata, os atuais moradores desta área do PEPB, são descendentes de escravos, dos índios Picinguaba e de imigrantes italianos e portugueses.

Inicialmente, a extensão de terras que vai do Rio da Prata até Cabuçu era habitada por índios picinguaba, que a chamavam de iaraquã. Após a fundação da cidade do Rio de Janeiro, em 1565, o território passou a pertencer à grande Sesmaria de Irajá. Desmembrada desta em 1673, a área foi doada pelo governo colonial a Manoel Barcelos Domingos, dono de vasta propriedade que se estendia até o Gericinó. Possui imigração predominantemente lusitana (RIO DE JANEIRO, 2013).

Apesar de todo o contexto histórico, a população nativa do maciço assim como algumas espécies da fauna e flora são identificados, pelo senso comum, como invasores e potenciais ameaças à preservação da paisagem ‘natural’ e da ‘beleza cênica’ do PEPB.

3.4.3. Do nativo ao exótico: os cultivos do caqui e da banana

No Maciço da Pedra Branca, além do homem, a banana e o caqui são espécies passíveis de remoção por serem consideradas como ‘espécies exóticas’. Segundo a botânica – ramo da ciência biológica que estuda a morfologia e a fisiologia das plantas – o caqui e a banana seriam espécies exóticas. Levando em consideração o fato de estas serem as espécies mais importantes, econômica e culturalmente, para os agricultores do maciço, fica fácil compreender o afincado desses produtores em divulgar, não apenas a agricultura existente no maciço, mas os produtos cultivados, principalmente, o caqui e a banana.

Cabe ressaltar que estes mesmos agricultores não conseguem entender como uma espécie – como a banana – que existe no maciço desde, pelo menos, o início do século XX (CORRÊA, 1936) e, além disso, é conhecida e apreciada por grande parte da população brasileira, possa ser uma espécie invasora, uma ameaça à conservação da floresta.

A Lei do SNUC, assim como o Plano de Manejo do PEPB, dispensam um tratamento similar às espécies exóticas e ao homem – a humanos e não-humanos – ambos considerados como ameaças à biodiversidade e ao ecossistema dessa floresta e passíveis de remoção.

No entanto, não existe um consenso sobre o tema em questão. Enquanto a população nativa afirma que a banana sempre esteve no PEPB e não impediu a conservação da floresta, alguns pesquisadores conservacionistas defendem a extinção da banana sob a alegação de que a “bananeira não deixa crescer nada entre os seus pés, abre clareiras na mata, altera a vegetação original e aumenta o risco de deslizamentos em encostas” (FERNANDEZ, OLIVEIRA, DIAS, 2015, p. 138).

Em 2011, José Mauricio Padrone – então representante da Coordenadoria de Combate aos Crimes Ambientais – afirmava ao portal G1 que a Secretaria Estadual do Ambiente tinha entre seus projetos, a retirada da população local e a extinção dos bananais. À época, uma das ideias defendidas era a instalação de uma cerca de 25 km no entorno do parque (G1, 2011).

Dois anos depois, em 2013, o secretário de meio ambiente, Carlos Alberto Muniz, voltou a defender a extinção dos bananais das encostas do Parque Estadual da Pedra Branca afirmando que “nada justifica produção agrícola em parques” (O GLOBO, 13/07/13).

Além de não considerar o conhecimento produzido, pela interação direta destes agricultores com a floresta, a veiculação deste tipo de reportagem pelas grandes mídias transmite à população em geral, a ideia de que a população nativa assim como a produção agrícola são invasores do PEPB, ou seja, chegaram depois da criação do parque.

A banana e o caqui são culturas antigas no PEPB e fazem parte da história cultural e socioeconômica da geração de agricultores locais desta agrofloresta⁷⁶. Magalhães Corrêa, em seu livro *O Sertão Carioca*, publicado em 1936, dedicou um capítulo às bananeiras e seu cultivo no Maciço da Pedra Branca. Discorreu sobre a variedade, tipo de solo ideal para o plantio, condições climáticas e sobre o vendedor⁷⁷ deste fruto – o bananeiro. Atualmente, os pés de banana se espalham por quase toda a área do PEPB e os burrinhos também continuam sendo utilizados para o transporte do fruto. A altitude e a precariedade dos caminhos entre os bananais e a estrada principal, não permitem a utilização de outro meio de transporte.

Segundo os agricultores, o bananeiro produz frutos o ano inteiro e, em virtude deste fato, não faz muito sentido ter um dia dedicado ao cultivo da banana como existe para o caqui. Devido à longínqua existência da banana não se pode afirmar com exatidão a sua origem, porém segundo Corrêa (1933), na Malásia e nas Filipinas a banana já era cultivada há mais de quatro mil anos. A banana é um fruto que se reproduz com facilidade em terreno úmido e de clima quente e preferencialmente íngremes, todas as características do Maciço da Pedra Branca.

O caqui – outra das espécies ‘exóticas’ – é originário da China, da Coreia e do Japão. O nome caqui é uma alusão à cor do fruto, que em japonês significa ‘amarelo escuro’ (BRASILCULT). Assim como a banana, os pés de caqui ocupam as encostas íngremes e irregulares do Maciço da Pedra Branca. São árvores com galhos grandes, ligeiramente finos e repletos dos delicados frutos.

As primeiras mudas de caqui chegaram ao PEPB no ano de 1954. Foram levadas por um agricultor já falecido. Segundo o filho desse agricultor, Sr. Thiago, as mudas foram trazidas de Santíssimo – também na zona oeste do município do Rio de Janeiro. Seu pai plantou algumas mudas em seu sítio e distribuiu as demais entre seus amigos. Em pouco tempo, o caquizal já estava disseminado por todo o maciço. A melhor época para plantar o caqui – que frutifica durante 40 anos – é entre os meses de junho/julho/agosto⁷⁸.

Na visão dos agricultores do parque, os bananais sempre estiveram ali e nada justifica sua retirada. A banana assim como o caqui e outros frutos são responsáveis por atrair e alimentar não apenas os moradores locais, mas os passarinhos e outros animais, conforme afirma agricultora Cristina⁷⁹, nascida e criada no Maciço da Pedra Branca, “se acabar com os

⁷⁶ Sistema agroflorestal – “produção de alimentos em harmonia com os processos de sucessão natural e o fluxo de energia e matéria no solo” (STEENBOCK e VEZZANI, 2013, p. 75).

⁷⁷ Corrêa (1936) utiliza o termo ‘bananeiro’ como referência tanto ao vendedor da banana quanto aos pés de banana – os bananais.

⁷⁸ De acordo com o agricultor Thiago em entrevista em 21 abr. 2012.

⁷⁹ Depoimento no vídeo “A roca é invisível pra quem?”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=_xcWiq48KLU>. Acesso em 22 jul. 2017.

bananais [...] virar tudo floresta, os animais vão viver de que, vão comer o que? os passarinhos, os micos, os macacos [...], hoje tem bastante passarinhos, não tinha, hoje tem bastante”.



Figura 12. Bananais e Caquizeis na paisagem do PEPB.
Fonte: Arquivo pessoal

Para a população nativa, os recursos da biodiversidade, mais que um valor de uso tem um valor simbólico – a natureza está presente em seus mitos de origem, símbolos e em toda sua cosmologia (SANTILLI, 2004).

Assim como os agricultores familiares, outro grupo de população tradicional luta pelo direito de permanecer no PEPB – as comunidades remanescentes de quilombo. Desde que toda a área do maciço – acima da cota 100m – virou parque, estas se viram ameaçadas de remoção. Isto significaria, não apenas uma mudança de endereço, mas a destruição de toda uma história de vida e de uma cultura que vem se mantendo no maciço há, pelo menos, 400 anos. Diante desta iminente ameaça, estas populações, assim como os agricultores familiares, buscaram o apoio de pesquisadores universitários, de movimentos sociais e de ONGs com o

objetivo de garantir sua permanência e reprodução sociocultural e econômica nesta área transformada em parque.

3.5. Comunidades Quilombolas num Parque Estadual: exemplos de sobreposição de territórios

No município do Rio de Janeiro estão localizadas cinco comunidades certificadas como comunidades remanescentes de quilombos⁸⁰, três das quais, no interior do Parque Estadual da Pedra Branca – (1) Comunidade Quilombola do Camorim, (2) Comunidade Quilombola Cafundá Astrogilda e (3) Comunidade Quilombola D. Bilina. A criação do PEPB trouxe inúmeras restrições quanto à produção e reprodução cultural, social e econômica dessas comunidades. “A partir do conflito no lugar, o grupo passa por um processo de mobilização e organização, fundado em memórias coletivas e na reelaboração de símbolos como parte das estratégias de resistência” (CÁCERES, 2009, p. 9).

A ameaça de desterritorialização representada pelo PEPB se traduziu na organização política dessa população, no rompimento de sua invisibilidade social e na adoção de uma identidade coletiva – comunidade remanescente de quilombolas – vinculada ao território (ALMEIDA, 2004).

Não obstante diferentes planos de ação e de organização e de relações distintas com os aparelhos de poder, tais unidades de mobilização podem ser interpretadas como potencialmente tendentes a se constituir em forças sociais. Nesta ordem elas não representam apenas simples respostas a problemas localizados. Suas práticas alteram padrões tradicionais de relação política com os centros de poder e com as instâncias de legitimação, possibilitando a emergência de lideranças que prescindem dos que detêm o poder local (ALMEIDA, 2004, p. 23).

Com a ajuda de pesquisadores universitários, de ONGs e de movimentos sociais de reconhecimento e valorização da cultura negra, a população remanescente de quilombolas deu início a um processo de legitimação identitária que culminou com o reconhecimento – pela Fundação Cultural Palmares – das três comunidades como Comunidades Remanescentes de Quilombo.

Estas comunidades receberam a Certidão de Autodefinição de Comunidade Remanescente de Quilombo. Este certificado – emitido apenas pela Fundação Cultural Palmares – é a primeira etapa no processo de regularização territorial – que objetiva o reconhecimento da identidade histórica e sociocultural destes grupos étnicos garantindo ainda a continuidade de sua existência.

⁸⁰ FUNDAÇÃO PALMARES. Dados disponíveis em: < <http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2016/06/COMUNIDADES-CERTIFICADAS.pdf>>. Acesso em 10 ago. 2017.

Para que as terras reivindicadas pelo quilombo sejam de posse e domínio coletivo da comunidade, é necessário que o INCRA realize a regularização fundiária. Esse processo é constituído de vários subprocessos. Porém, antes de encaminhar seu processo ao INCRA, a comunidade precisa constituir uma associação, uma pessoa jurídica que represente a comunidade quilombola.

A comunidade do Camorim já possui esta associação, a ACUCA – Associação Cultural do Camorim – fundada em 15 de setembro de 2003 com o objetivo de resgatar e valorizar a história sociocultural da comunidade. A ACUCA realiza caminhadas ecológicas, aulas de capoeira, aulas de educação ambiental, ações voltadas à conservação da natureza e participam, em parceria com a gestão do PEPB de ações de reflorestamento do parque.

A comunidade Cafundá Astrogilda ainda não tinha pessoa jurídica que representasse o quilombo. Após uma série de trâmites legais e burocráticos, a comunidade conseguiu registrar sua associação no ano de 2015. Desde então, é a Associação de Moradores Quilombo Vargem quem responde juridicamente pela comunidade Cafundá Astrogilda.

A Associação Remanescente Quilombola Dona Bilina foi a última a ser formalizada – no início deste ano – 2017.

As Comunidades de Camorim e Cafundá Astrogilda foram certificadas no mesmo ano – 2014. A Comunidade D. Bilina obteve o reconhecimento como Comunidade Remanescente de Quilombo no mês de janeiro de 2017.

As comunidades quilombolas do PEPB adotam um modo de vida prioritariamente comunitário. Obras, reformas, festas são vividos de forma comunitária.

3.5.1. Comunidade Quilombola do Camorim

A mais antiga das comunidades quilombolas do Parque Estadual da Pedra Branca – a Comunidade Quilombola do Camorim – tem uma história que remete há cerca de 400 anos. Localizada no Alto Camorim, a comunidade faz parte de um sítio arqueológico que inclui ainda a Pedra do Quilombo, localizada a 767 metros de altitude – “outrora refúgio dos pobres negros escravos que fugiam aos ‘bons’ tratos dos senhores fazendeiros” (CORRÊA, 1936, p. 45), a senzala, além de inúmeros achados arqueológicos, como ossadas de escravos e utensílios. No Alto Camorim também estão localizadas a Serra dos Pretos Forros e a cachoeira Véu da Noiva.

O quilombo está localizado em Jacarepaguá, no final da Estrada do Camorim – estrada atualmente repleta de casas e condomínios de luxo. Ao chegarmos somos recepcionados pela construção que é um ícone da cultura e da resistência de um povo – a Igreja de São Gonçalo do Amarante. “Em frente à igreja existe um cruzeiro feito de cimento sobre rochas, cuja base recebe a cruz de madeira” (CORRÊA, 1936, p. 50).

Há alguns longos anos, a Comunidade Quilombola do Camorim vem buscando o reconhecimento e titularidade de suas terras. No ano de 2003, o INCRA⁸¹, através de sua superintendência, iniciou um levantamento histórico deste território. Porém, apenas dez anos depois, em 2013, este processo começou a gerar alguns frutos. Neste ano, a presidente da Fundação Cultural Palmares esteve na área fazendo um levantamento histórico e documental. Mais um ano se passou até que, em 23 de agosto de 2014, a comunidade foi oficialmente reconhecida, pela Fundação Cultural Palmares, como Comunidade Remanescente de Quilombo.



Figura 13. Muro na Comunidade Quilombola do Camorim.
Fonte: Arquivo pessoal

Neste mesmo ano, a comunidade viu parte das terras – reivindicadas como território quilombola – serem ocupadas pela construtora Cyrela. Enquanto a comunidade, através de seus representantes legais, tentava entender o que estava acontecendo, árvores nativas e parte do cemitério quilombola foram derrubadas. Um condomínio com vários apartamentos começou a ser construído. Apenas algum tempo depois, a comunidade conseguiu informações

⁸¹ INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

sobre essa construção – a Vila da Mídia, construída para abrigar jornalistas que cobririam a Olimpíada de 2016, realizada no Rio de Janeiro. A comunidade continua reivindicando o que restou do terreno para a construção de um centro cultural. Pinturas no muro – realizadas por vários artistas – ilustram o modo de vida, as crenças e a resistência desse povo.



Figura 14. Área desmatada para construção de condomínio – Alto Camorim.
Fonte: Jornal Brasil de Fato. Edição 44. RJ, 27 de março a 2 de abril de 2014.

Segundo representantes da Cyrela⁸², a área fora adquirida legalmente para a construção do condomínio. Os apartamentos de alto luxo que, inicialmente, foram utilizados como alojamentos para a imprensa nacional e internacional, atualmente estão sendo vendidos a particulares.

⁸² Dados disponíveis em: <<http://opiniaoenoticia.com.br/brasil/vila-da-midia-foi-construida-sobre-cemiterio-de-escravos/>>. Acesso em 11 mai 2017.

3.5.2. Comunidade Quilombola Cafundá Astrogilda

Localizada na vertente sul do maciço, no bairro de Vargem Grande, a Comunidade Cafundá Astrogilda, guarda na memória e na paisagem do maciço, a história de várias gerações que viveram e ainda vivem neste território.



Figura 15. Placa comunitária de identificação da Comunidade Cafundá Astrogilda.

Fonte: Arquivo pessoal

A matriarca Astrogilda Ferreira da Rosa ficou muito conhecida na região porque, no período compreendido entre 1920-1930, ela mantinha um centro espírita – que acabou ficando conhecido como um grande centro social. Astrogilda recebia as pessoas da região e sempre procurava atender suas necessidades. Além de orações e apoio social, com ajuda de seu marido Celso Mesquita, Astrogilda produzia e distribuía vários medicamentos homeopáticos a todos os necessitados que a procuravam. A vida na floresta fez com que Astrogilda, assim com seu marido e a quase totalidade dos indivíduos pertencentes a essa comunidade, desenvolvessem uma espécie de simbiose com a mata, com a natureza. Este processo lhes garante um saber não escolar, um saber tradicional sobre usos e práticas medicinais e culinárias. Suas vidas ocorrem em total interação com a floresta onde produzem e reproduzem seus modos de vida, sua cultura.

Segundo Sandro da Silva Santos, morador local e neto de dona Astrogilda, esta comunidade tem origem há cerca de 200 anos, na localidade conhecida como Morro Redondo, em Vargem Grande. No final do século XIX, quando houve a abolição da escravidão no Brasil⁸³, os escravos que trabalhavam na fazenda de café, de propriedade de Miguel Ferreira, ficaram morando no entorno, procurando áreas agricultáveis para poder subsistir. Sem nada ter de seu, eles ofereceram, aos fazendeiros locais, a única coisa que lhes restara – sua força de trabalho – em troca do direito de morar na terra onde estivessem trabalhando. A partir daí, foram se formando vários núcleos familiares oriundos de uma mesma árvore genealógica. Atualmente o quilombo é composto por cerca de 300 famílias – aproximadamente 1200 pessoas⁸⁴.



Figura 16. Caderneta de pagamento dos terrenos. Banco de Crédito Móvel.
Fonte: Arquivo pessoal

Os moradores da Comunidade Cafundá Astrogilda relatam que pagaram três vezes pela terra. Inicialmente, seus ancestrais trabalharam na terra, como escravos. Após a abolição, eles ofereceram sua mão de obra aos proprietários de terra, em troca do direito de moradia. Posteriormente, estas terras foram doadas ao Mosteiro de São Bento. Em 1891, as terras – que

⁸³ A abolição da escravidão no Brasil ocorreu em 13 de maio de 1888.

⁸⁴ Sandro da Silva Santos, em entrevista entre jan-mai. 2017.

já estavam hipotecadas – foram transferidas ao Banco de Crédito Móvel – porém o Mosteiro continuou como arrendatário das mesmas. No ano de 1927, o Dr. M. J. Ferreira assumiu a liquidação do Banco e procurou os lavradores interessados em comprar os terrenos. Os lavradores – que já haviam realizados benfeitorias nas terras – protestaram contra esta proposta de venda, mas não obtiveram sucesso, as terras começaram a ser desmembradas e vendidas. Alguns lavradores, com muito esforço, conseguiram realizar o pagamento das parcelas pelo terreno (CORRÊA, 1936, 183-4). Porém quando, finalmente, acreditavam ter a posse da terra, toda a área é transformada em parque e, mais uma vez eles veem seu direito ao território ser ameaçado.

Alguns destes moradores ainda guardam e exibem – como se fosse um troféu – a caderneta do Banco mostrando a quitação do terreno. Este é considerado – pelos moradores – um importante documento, pois registra, não apenas a posse da terra, mas o tempo em que esse morador e sua família vivem no maciço, ou seja, este documento comprova que eles não são invasores, mas que já estavam no maciço antes da área ser transformada em parque. Durante o evento em comemoração pela certificação da Comunidade Cafundá Astrogilda teve a oportunidade de ver e fotografar um destes carnês do Banco de Crédito Móvel.

Por volta de 2013, teve início o movimento em busca de reconhecimento como população tradicional, mais especificamente como comunidade remanescente de quilombo e, conseqüentemente, em busca do direito de continuar vivendo, produzindo e reproduzindo seus modos de vida e sua cultura neste território que fora transformado em parque estadual.

Em agosto de 2014, a Comunidade Cafundá Astrogilda foi reconhecida e certificada pela Fundação Palmares como Comunidade Remanescente de Quilombo. O nome da comunidade faz referência a ‘cafundó’ – lugar longínquo – acrescido do nome da matriarca. Ainda hoje, a comunidade mantém e cuida da casa onde morou Astrogilda e do oratório onde ela fazia suas preces.

A comunidade organizou um grande evento para comemorar essa conquista. Nesta ocasião, tive oportunidade de conversar com alguns descendentes da matriarca Astrogilda. Inclusive, cabe ressaltar que, a maioria dos atuais moradores são descendentes de Astrogilda Ferreira. São primos, irmãos, tios, tias, pais. Praticamente toda a comunidade possui laços de parentesco. Pedro Mesquita, o primeiro agricultor familiar do Maciço da Pedra Branca a obter a DAP – Declaração de Aptidão ao Pronaf – também é descendente de Astrogilda e morador da comunidade. A relação de parentesco pode ser comprovada até nos nomes dos moradores – são inúmeros com sobrenome Mesquita.

Além de Pedro e Sandro entre outros, consegui conversar com Manoel dos Santos Mesquita – pequeno produtor de banana, inhame e outros cultivos – irmão de Pedro Mesquita e outro neto de Astrogilda e de Celso dos Santos Mesquita. Ele nos conta que seu avô – nascido no maciço e falecido aos 82 anos – era carvoeiro, e seu pai Romualdo dos Santos Mesquita, também conhecido como Sr. Tilinho, construiu 52 casas de sopro, algumas das quais ainda resistem na paisagem do Maciço da Pedra Branca.

Interessante notar que, assim como fizera o agricultor Sr. Thiago, acontece também na conversa com o Sr. Manoel. Ao contar a sua história – uma vida inteira no maciço – ele conta

também a história do carvão e da construção das casas de sopapo – ou estuque. Ele descreve as casas e me convida para conhecer algumas casas que ainda resistem na paisagem do PEPB.

[...], conquanto estejamos habituados a situar a natureza e a percepção humana em dois campos distintos, na verdade elas são inseparáveis. Antes de poder ser um repouso para os sentidos, a paisagem é obra da mente. Compõe-se tanto de camadas de lembranças quanto de estratos de rochas (SCHAMA, 1996, p. 17).



Figura 17. Casa de estuque. Comunidade Cafundá Astrogilda.
Fonte: Arquivo pessoal

Nas entrevistas, eram recorrentes os relatos sobre os problemas gerados pelas ‘pessoas que vem de fora’. Segundo os moradores, estes visitantes circulam em alta velocidade pela estrada que leva à cachoeira, fazem festas na cachoeira e deixam todo o lixo produzido.

A realização de atividades comunitárias é uma marca desta associação. A Igreja de Nossa Senhora da Conceição foi erguida com trabalho voluntário – uns ajudaram com material de construção, outros com mão de obra, outros oferecendo as refeições, além daqueles que ajudaram financeiramente. As estradas que levam à comunidade e que são utilizadas, inclusive, pelos visitantes para chegar à cachoeira também foram abertas pelos moradores. O Museu Cafundá Astrogilda – idealizado pela família de Astrogilda com o objetivo de recompor e manter a história da comunidade é outro exemplo de ação

comunitária. O museu está sendo construído com a técnica do estuque e com a cooperação de quase toda a comunidade – cada um coopera como pode⁸⁵.

A construção desse novo espaço de memória começou em dezembro de 2015, após escolher um local dentro do terreno de Pingo. Durante vários domingos, parentes e amigos se organizaram em mutirão para fazer a casa, em etapas que tiveram como ordem a compra dos materiais como madeiras e telhas, o estabelecimento dos cimentos, o levantamento da estrutura, a procura e o corte do bambu na lua minguante e o enripamento do bambu que daria origem à trama para suportar o barro. Em todas as jornadas, as tarefas se dividiam entre os homens – encarregados do trabalho braçal – e às mulheres que se dedicaram ao preparo de comidas e bebidas (CÁCERES, 2017, p. 221).



Figura 18. Igreja de Nossa Senhora da Conceição.

Fonte: Arquivo pessoal

Em março de 2017, a Comunidade recebeu da gestão do PEPB uma cancela – que impede o acesso de carros – e uma placa de identificação da comunidade com um breve

⁸⁵ Informações obtidas através de conversas e entrevistas com moradores locais e em ocasiões diversas.

resumo de sua história⁸⁶. A instalação da cancela e da placa é resultado de inúmeras reuniões com a gestão do PEPB, que acabou intermediando essa demanda junto ao secretário de Meio Ambiente.



Figura 19. Placa institucional da Comunidade Quilombola Cafundá Astrogilda.

Fonte: Rede social da Comunidade Quilombola Cafundá Astrogilda

Esses marcos são considerados pela população como importantes conquistas – em parte porque, no caso da cancela, impede o acesso de carros e garante mais segurança aos moradores, mas principalmente por seu valor simbólico. Receber do PEPB uma placa com o nome e a história da comunidade representa o reconhecimento do Estado, na figura da instituição pública INEA, de que no parque existem sim Comunidades Remanescentes de Quilombo. É uma forma de demarcação territorial que permanecerá mesmo que haja mudanças na política do INEA. Ao mesmo tempo, este fato mostra como as lutas e resistências da população tradicional refletem – simbólica e materialmente – na paisagem do parque, mesmo quando este não é o objetivo principal.

Um cordel⁸⁷, escrito em agosto de 2014, pelo griô⁸⁸ Jorge dos Santos Mesquita⁸⁹ – filho de Astrogilda e conhecido pelo codinome ‘Pingo’ – narra, em prosa e verso história da

⁸⁶ Segundo informes divulgado pela administração do PEPB, na próxima reunião da Câmara Temática de Uso Público, a ser realizada no dia 30 de setembro de 2017, na sede do parque, em Pau da Fome, a Comunidade Quilombola do Camorim irá receber uma placa similar a recebida pela Comunidade Cafundá Astrogilda – sinalizando a entrada da comunidade e contando um pouco de sua história.

Comunidade Cafundá Astrogilda. ‘Pingo’ era conhecido por sua sabedoria e pelo conhecimento excepcional sobre a história e as tradições de seu povo⁹⁰. (ANEXO A).

3.5.3. Comunidade Quilombola D. Bilina

A localidade de Rio da Prata, localizada no bairro de Campo Grande, também é território quilombola. D. Bilina, parteira e rezadeira dá nome a mais nova Comunidade Quilombola do Maciço da Pedra Branca – certificada pela Fundação Palmares, em abril de 2017, como Comunidade Remanescente de Quilombo. O histórico de ocupação do maciço explica a coexistência de três comunidades quilombolas neste parque urbano. Ocupada e colonizada no início do século XVII, Campo Grande foi grande produtor de cana de açúcar e de criação de gado. Conhecida pelas culturas de banana, caqui, chuchu, aipim, inhame, abacate, hortaliças entre outras, Rio da Prata também se destaca pela peculiaridade de alguns de seus moradores – pessoas não alfabetizadas, que ainda nos dias atuais moram em casas de pau-a-pique, sem eletricidade e acesso à água encanada e utilizam o fogão a lenha para o preparo do alimento. Pessoas que têm na agricultura e avicultura de subsistência a base de seu sustento. Neste lugar, que ainda guarda as marcas de sua história, da presença indígena e de africanos escravizados, termos como Biconga (comida feita de milho), baita (coisa grande) e bitu (avalanche) revelam uma ancestralidade africana.

A paisagem do PEPB permite a leitura e interpretação da história de sua ocupação, da história de uma parte significativa do município do Rio de Janeiro. Além das marcas e símbolos produzidos pela população nativa e pela gestão do PEPB, recentemente o parque começou a exibir novas marcas – as sinalizações produzidas pela Trilha Transcarioca – TTC. Em meio à discussão sobre uso público nos parques e a implantação da TTC, a população tradicional também criou seus roteiros ecológicos. Atualmente, além dos condutores cadastrados pelo INEA e dos guias vinculados à TTC, o PEPB conta com guias entre a população nativa. São pessoas que sempre viveram nesta área transformada em parque, conhecem os *caminhos* e trilhas que perpassam o maciço. As caminhadas organizadas pela

⁸⁷ “A literatura de cordel é um tipo de poesia popular, originalmente oral, e depois impressa em folhetos rústicos expostos para venda pendurados em cordas ou cordéis, o que deu origem ao nome”. Dados disponíveis em: <<http://www.recantodasletras.com.br/cordel/740768>>. Acesso em 11 ago. 2017.

⁸⁸ Griô – “O termo Griô é [...] é um abasileiramento do termo Griot, [...] tem origem nos músicos, genealogistas, poetas e comunicadores sociais, mediadores da transmissão oral, bibliotecas vivas de todas as histórias, os saberes e fazeres da tradição, sábios da tradição oral que representam nações, famílias e grupos de um universo cultural fundado na oralidade, onde o livro não tem papel social prioritário, e guardam a história e as ciências das comunidades, das regiões e do país”. Dados disponíveis em: <<http://www.leigrionacional.org.br/o-que-e-gri-o/>>. Acesso em 13 mai. 2017.

⁸⁹ O griô Pingo faleceu em outubro de 2016.

⁹⁰ Este cordel foi gentilmente cedido por seu filho Sandro da Silva Santos, neto de Astrogilda.

população tradicional levam o caminhante a conhecer tanto a paisagem material, os aspectos físicos da paisagem como seu valor simbólico e o processo histórico que deu origem a atual paisagem do maciço, ou seja, além de conhecer a paisagem, os caminhantes também ficam conhecendo a história dessa paisagem.

CAPÍTULO IV

USO PÚBLICO DE UMA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO: O CASO DA TRILHA TRANSCARIOCA

As Unidades de Conservação de Proteção Integral permitem apenas o uso indireto de seus recursos naturais – preservação da natureza, pesquisas científicas e, em alguns casos, a visitação pública. Os parques – nacionais, estaduais e municipais – estão incluídos no grupo das Unidades de Conservação de Proteção Integral onde a visitação pública é permitida. Também são permitidas ações voltadas à Educação ambiental, recreação e turismo ecológico.

No Parque Estadual da Pedra Branca – PEPB – a questão do uso público suscita inúmeros debates. De um lado, a gestão do PEPB – em acordo com o que diz a legislação – impõe várias restrições à reprodução dos modos de vida dos moradores. De outro, estes moradores assistem – com um misto de resignação e indignação – praticantes de motocross subindo e descendo as encostas do maciço em alta velocidade, visitantes que lotam as cachoeiras aos finais de semana, deixando ali o lixo produzido, além da crescente circulação de trilheiros que chegam atraídos por projetos como o da Trilha Transcarioca – uma trilha de longo percurso que atravessa o Parque Estadual da Pedra Branca e faz a interligação entre seis Unidades de Conservação localizadas na cidade do Rio de Janeiro.

4.1. Entre o público e o privado: uma relação conflituosa

A tensão entre usos público e privado permeia os debates ambientais desde a origem dos parques, no século XIX. Dos embates entre conservacionistas e preservacionistas surgiram termos como uso indireto – associado às UCs de proteção integral –; e uso direto – associado às UCs de uso sustentável. Segundo Barreto Filho (2001), a divergência de olhares e interpretações sobre os direitos de uso – ou não-uso – do meio ambiente reflete no tempo de tramitação de determinadas leis ambientais, como por exemplo, a lei do SNUC – aprovada mais de uma década após sua elaboração.

Isso aponta para o quanto as normas e os conceitos nelas definidos resultam de lutas históricas específicas entre diferentes projetos e concepções, representando sempre uma cristalização provisória da correlação de forças entre os agentes que as produziram (BARRETO FILHO, 2001, p. 19).

Cabe ressaltar, no entanto, que o emprego de terminologias como uso público, uso direto ou indireto não abarca os usos coletivos – as práticas e demandas da população nativa. “Consagrou-se a ideia de um uso público do espaço, controlado pelo Estado, em detrimento do uso comunitário anteriormente estabelecido no local” (FERNANDEZ, 2009a, p. 44).

O Estado, através de legislações específicas, define fronteiras, usos e grupos sociais permitidos nos parques. Criados com o objetivo de serem espaços de conservação e preservação dos recursos naturais, os parques também são um espaço de lazer e contemplação da natureza. De acordo com o artigo 11 do SNUC, o

Parque Nacional tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico (BRASIL, 2000).

Apesar de liberar a visitação e o turismo ecológico nos parques, o SNUC não definiu as regras desse uso público, limitando-se a afirmar que a visitação pública estaria sujeita às normas estabelecidas no Plano de Manejo. Porém, no caso do Parque Estadual da Pedra Branca, o Plano de Manejo foi elaborado e aprovado apenas no ano de 2013.

No Código Florestal – em vigor entre os anos de 1965-2000 – também estava previsto o uso público. Apesar de não utilizar este termo, a permissão de atividades educacionais, recreativas e científicas pressupõe o uso público desse espaço. No ano de 1989, uma alteração no quinto artigo do Código Florestal, permitiu a cobrança de ingressos a visitantes do parque, com a destinação de “pelo menos 50% (cinquenta por cento) ao custeio da manutenção e fiscalização, bem como de obras de melhoramento em cada unidade [...]” (BRASIL, 1989).

Em maio de 2010, Sergio Cabral, então governador do Rio de Janeiro, assinou o Decreto N° 42.483, estabelecendo normas sobre a questão do uso público em parques estaduais administrados pelo INEA. Entre as diretrizes, estava previsto a cobrança de ingressos, cuja arrecadação deveria ser revertida para as UCs sob sua administração. Assim como nas demais legislações supracitadas, nos grupos sociais contemplados com o direito de uso público dos parques, não está incluída a população nativa.

A atração e uso são sempre para as populações externas à área [...], objetivo é conservar uma área "natural" contra os avanços da sociedade urbano-industrial, sem se atentar para o fato de grande parte dessas "áreas naturais" estarem sendo habitadas por populações que nada têm de "modernas" e "tecnológicas". Ao contrário, em sua maioria são populações que vivem de atividades de subsistência, com fracas vinculações com o mercado e com pequena capacidade de alteração significativa dos ecossistemas (DIEGUES, 2001, p. 114).

As atividades de uso público⁹¹ nos parques devem, entre outros requisitos, ser ordenadas e controladas pela administração do parque, ser compatíveis com a preservação da natureza, intervir o mínimo possível na paisagem, priorizar o trabalho voluntário e estimular a

⁹¹ As atividades de uso público permitidas pelo Decreto 42483/2010 são: visitação para lazer e recreação; esportes de aventura; esportes radicais; turismo de aventura; ecoturismo; educação ambiental; interpretação ambiental; pesquisa científica; atividades artísticas de fotografia, filmagem e artes plásticas; e outras atividades

participação comunitária de forma a contribuir para a promoção do desenvolvimento econômico e social das comunidades locais e das regiões onde os parques estaduais encontram-se inseridos (RIO DE JANEIRO, 2010, p. 3).

No município do Rio de Janeiro dois importantes parques se destacam quando o assunto é uso público – Parque Nacional da Tijuca e Parque Estadual da Pedra Branca. Enquanto o primeiro é mundialmente e equivocadamente conhecido como o maior parque urbano do Brasil, o segundo é, verdadeiramente, o maior parque urbano brasileiro e um dos maiores do mundo. Em relação às benfeitorias e estruturas de visitação as diferenças também são bem nítidas. Enquanto na Tijuca, o parque – reflorestado – sofreu todo tipo de interferência para tornar o passeio mais agradável aos visitantes – construção de mirantes, Vista Chinesa, mesa do imperador, Cristo Redentor entre outros –, no Parque Estadual da Pedra Branca os principais atrativos remetem a eventos históricos e socioculturais que refletem na constituição de sua atual paisagem – igrejas seculares, casas dos antigos e atuais moradores, represas, aqueduto.

Ao recriar de forma idealizada, sob regras específicas e racionalmente planejadas, a interação lúdica do homem com a natureza, através da visitação, os parques têm a capacidade de produzir a perspectiva utópica de um mundo mais harmônico e integrado à natureza (FERNANDEZ, 2009a, p. 37).

Diante da comprovação empírica de que a extensão da Floresta da Tijuca (3.953ha) é inferior ao Parque Estadual da Pedra Branca (12.500 ha), a prefeitura do Rio passou a referenciá-la como a maior floresta urbana do mundo já replantada pelo homem.

No imaginário social, a Floresta da Tijuca é aquele lugar especialmente destinado à contemplação da natureza pelos moradores das áreas do entorno e pelos turistas. Sua localização privilegia uma determinada classe social – econômica e geograficamente favorecida. Por outro lado, a localização geográfica do PEPB – zona oeste da cidade – é comumente associada ao rural, ao atraso, às classes sociais mais pobres, ao processo de favelização. “A disputa sobre os parques revela que estes são convocados simbolicamente para se pensar e discutir o tipo de ocupação para as áreas do seu entorno ou a cidade de forma mais ampla” (FERNANDEZ, 2009a, p. 207).

Nesse contexto, cabe destacar as estratégias de resistência e as formas de apropriação territorial adotadas pela população nativa. Conforme narrado nos capítulos anteriores, a Associação de Moradores do Camorim – ACUCA – realiza caminhadas ecológicas há alguns anos. Seus condutores participam de curso ministrado pela ACUCA – onde conhecem a história deste território, de seus moradores e os segredos, riscos e perigos das trilhas e aprendem noções de primeiros socorros. No início do ano de 2016, em meio a reuniões e

compatíveis com os propósitos e objetivos dos parques estaduais, a critério do INEA (RIO DE JANEIRO, 2010, p. 4).

encontros para definir a implantação, percurso e roteiro da Trilha Transcarioca, o INEA também realizou um curso de condutores de visitantes.

De acordo com informações repassadas nas reuniões da Câmara Temática – CT – de Uso Público do Conselho Consultivo do Parque Estadual da Pedra Branca, a partir de 2016, todos os condutores de visitantes deveriam fazer o curso do INEA. Aqueles que fizeram outro curso e já estavam atuando como guias, deveriam cursar apenas um módulo específico do curso do INEA. Todos os formandos deste curso receberam do INEA a credencial de condutor.

No site do INEA, estão listados 35 condutores aptos a guiar os visitantes pelas encostas do PEPB. Além destes, o PEPB conta com os voluntários da Trilha Transcarioca e com membros das comunidades tradicionais que realizam caminhadas e/ou turismo ecológico.

Com o avanço das discussões em torno da temática do uso público no PEPB, a conclusão do curso de condutores do INEA e a implantação da Trilha Transcarioca, muitos moradores do maciço viram, mais uma vez, o quintal de suas casas ser transformado em espaço público.

Segundo estes moradores, os novos atores que estão chegando – os trilheiros da Trilha Transcarioca – ao PEPB não têm uma preocupação ou curiosidade em conhecer a história desse território, mas apenas em contemplar a ‘natureza’. Alguns dos trilheiros, geralmente aqueles de viés mais conservacionista, não os veem como parte integrante dessa natureza, mas como invasores. E o espaço – que seria o quintal de suas casas – são percorridos e até mesmo ‘invadidos’ para fotos, filmagens e retirada de alguns de seus cultivos – principalmente de frutas como o caqui e a banana.

4.2. Trilha Transcarioca: as pegadas nas árvores de um parque urbano

Idealizada há cerca de 30 anos, a Trilha Transcarioca tornou-se realidade em 2016 e foi oficialmente inaugurada em 11 de fevereiro do presente ano – 2017. Dividida em 25 trechos, a trilha passa por seis Unidades de Conservação no Rio de Janeiro – Parque Estadual da Pedra Branca, Parque Nacional da Tijuca, Parque Nacional do Grumari, Parque Natural Municipal da Catacumba, Parque Natural Municipal da Paisagem Carioca e o Monumento Natural Municipal dos Morros do Pão de Açúcar e da Urca. Dos 180 km de extensão total da Trilha Transcarioca, 60 km estão no interior do PEPB.

A equipe da Trilha Transcarioca é formada basicamente por voluntários que percorrem toda a extensão da trilha realizando sua manutenção e sinalização. A marca registrada da trilha é a figura da pegada de uma bota de caminhada com o Cristo Redentor no centro da imagem. Integrar as unidades de conservação, estimular ações voltadas à educação ambiental, colaborar com a gestão das UCs, aumentar o número de visitantes são alguns de seus objetivos.

O projeto Trilha Transcarioca começou a ser pensado na década de 1980. Nesta época, seu idealizador – Pedro da Cunha e Menezes – era comissário de bordo e sempre que sua aeronave estava chegando ao Rio de Janeiro, pela janela do avião, ele olhava extasiado para a imensa área verde e concebia, mentalmente, uma trilha que interligasse todas aquelas florestas. Nessa época ainda não existia o Google Earth. Então, o único modo de desvendar as trilhas daquela imensa área verde, seria percorrendo-as. Como trabalhava apenas nos finais de semana, aproveitava o tempo livre para percorrer e conhecer as trilhas que avistava do alto. Ele passou cerca de seis a sete anos caminhando no Parque Estadual da Pedra Branca, Parque Nacional da Tijuca, Morro da Covanca. Caminhou até conseguir juntar todas as trilhas numa grande trilha que vai de Guaratiba até o Pão de Açúcar. Ele relata que caminha desde criança – quando acompanhava seus pais nas caminhadas pela Serra da Bocaina, onde cresceu. Desse modo, a experiência de caminhar entre Guaratiba e Pão de Açúcar, foi extremamente prazerosa⁹².

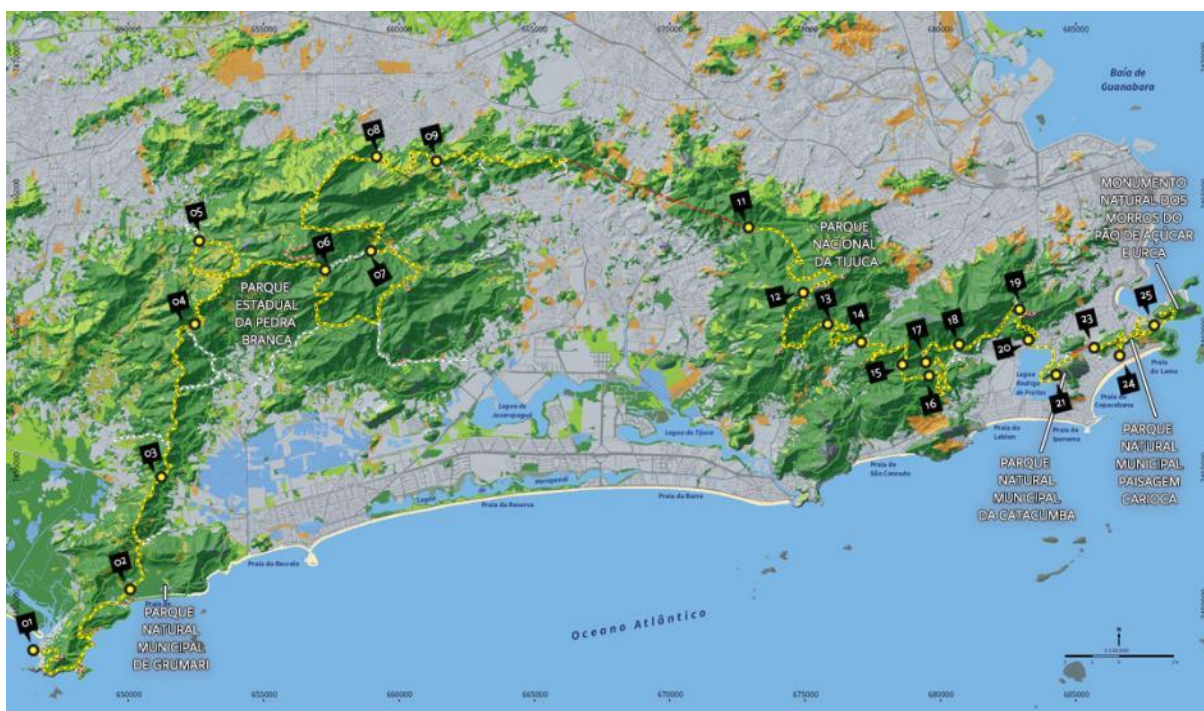


Figura 20. Trechos da Trilha Transcarioca

Fonte: Site da Trilha Transcarioca. Disponível em: <<http://trilhitranscarioca.com.br/os-trechos/>>. Acesso em 21 jul. 2017.

No ano de 1996, durante viagem a Atlanta, o criador da Trilha Transcarioca teve oportunidade de ler um livro sobre a trilha Apalache⁹³. Esta leitura foi a inspiração que faltava

⁹² Em entrevista em 08 set. 2016

⁹³ No original The Appalachian Trail. A Trilha dos Apalaches tem uma extensão de 2.190 milhas ou 3.524 Km. É a maior trilha do mundo, atravessa 14 estados dos Estados Unidos da América. A manutenção e sinalização da trilha – que serviu de inspiração à criação da Trilha Transcarioca – é realizada por parceiros – pessoas físicas ou

para a implementação da trilha – que paulatinamente foi conquistando novos parceiros. Em 1998, a convite de Luiz Paulo Conde – então prefeito da cidade do Rio – e com apoio de alunos da UNIVERCIDADE, foi implantado o primeiro trecho do que viria a ser a Trilha Transcarioca – a Trilha da Catacumba.

Entre os anos de 1999-2000 – período em que Pedro Cunha e Menezes era Diretor-executivo do Parque Nacional da Tijuca – foram implantadas duas trilhas de longo curso nesse Parque. Posteriormente, essas trilhas também foram incorporadas à Trilha Transcarioca.

No ano 2000, foi publicado o livro *Transcarioca: todos os passos de um sonho*. Nesta obra são apresentados o objetivo da trilha, outras trilhas internacionais que serviram de inspiração para a TTC, além da descrição das UCs percorridas durante os 26 dias de caminhada pela Trilha Transcarioca.

Entre os anos de 2000 e 2010, Cunha e Menezes trabalhou fora do Brasil. Nesse período, o diplomata e montanhista teve oportunidade de conhecer e percorrer cerca de 60 trilhas de longo percurso. Quando retornou ao Brasil, em 2011, Cunha e Menezes recebeu incentivo e apoio de chefes de UCs que compõe o Mosaico Carioca⁹⁴ e do INEA para a implementação da Trilha Transcarioca. No ano seguinte, em 2012, teve início a sinalização da trilha⁹⁵.

A Trilha Transcarioca é um projeto que propõe, basicamente, a sinalização de trilhas interligando seis Unidades de Conservação e formando um corredor ecológico que propicie o fluxo da fauna e flora. Seu idealizador afirma não haver abertura de novas trilhas, apenas limpeza e sinalização das trilhas já existentes.

Em 2014, foi organizado um grande mutirão de sinalização. As inscrições para participação nesse mutirão foram realizadas através de uma rede social do projeto – Facebook da Trilha Transcarioca. Eles precisavam de 350 pessoas, mas para surpresa dos organizadores,

clubes de trilheiros. No ano de 1968, uma lei federal – Lei do Sistema Nacional de Trilhas – tornou a Appalachian Trail a primeira trilha cênica nacional sob a proteção federal. Dados disponíveis em: <<http://www.appalachiantrail.org/home/about-us/history>>. Acesso em 20 mai. 2017.

⁹⁴ Criado através da Portaria 245/2011 do MMA, o Mosaico Carioca é composto por 2 UC federais, 4 UC estaduais e 17 UC municipais. UC Federais: Parque Nacional da Tijuca e Monumento Natural das Ilhas Cagarras. UCs estaduais: Parque Estadual da Pedra Branca, APA de Gericinó/Mendanha, APA de Sepetiba e Reserva Biológica e Arqueológica de Guaratiba. UCs municipais: Parque Natural Municipal Bosque da Barra, Parque Natural Municipal Chico Mendes, Parque Natural Municipal da Catacumba, Parque Natural Municipal da Cidade, Parque Natural Municipal da Freguesia, Parque Natural Municipal da Prainha, Parque Natural Municipal da Serra da Capoeira Grande, Parque Natural Municipal de Grumari, Parque Natural Municipal de Marapendi, Parque Natural Municipal do Mendanha, Parque Natural Municipal do Penhasco Dois Irmãos-Arquiteto Sérgio Bernardes, Parque Natural Municipal Fonte da Saudade, Parque Natural Municipal José Guilherme Merquior, Parque Natural Municipal Darke de Matos, APA dos Morros da Babilônia e São João, APA dos Morros do Leme e Urubu, Monumento Natural dos Morros do Pão de Açúcar e da Urca.

⁹⁵ Em entrevista em 08 set. 2016.

foram registradas 830 inscrições. Segundo o idealizador da TTC, esse grande número de inscritos revela uma demanda da população por este tipo de atividade, de serviço – a trilha de longa distância – e a existência de formas alternativas para envolver a população na conservação da natureza.

Essa atividade foi estruturada da seguinte forma: cada grupo contava com um profissional – funcionário de uma UC –; um voluntário líder – alguém que já tivesse participado de alguma atividade de sinalização em UCs –; e um grupo de voluntários. Todos receberam, antecipadamente, o manual de sinalização de trilhas⁹⁶ que deveria ser lido antes do dia do mutirão. No dia e horário marcado foi realizada uma aula prática de como sinalizar uma trilha. Em seguida, os grupos se distribuíram pelas trilhas e iniciaram a atividade de sinalização (O ECO, 2014).

Além desta mobilização, periodicamente, são organizados outros mutirões para manutenção e limpeza das trilhas. Geralmente, os próprios voluntários organizam estas atividades. Os encontros – tanto para caminhada, exploração da trilha ou ações de reflorestamento – costumam ser marcados pelas redes sociais, especialmente o Facebook.

Atualmente, a Trilha Transcarioca possui mais de mil voluntários cadastrados – biólogos, montanhistas, conservacionistas. Os voluntários podem auxiliar nas atividades realizadas nas trilhas e/ou trabalhando voluntariamente nas UCs que fazem parte da Trilha Transcarioca. As principais atividades desenvolvidas pelos voluntários são: sinalização das trilhas, podas, ações de educação ambiental, apoio em ações de reflorestamento, remoção de espécies exóticas, retirada de lixo entre outras.

A Trilha Transcarioca também conta com o apoio dos adotantes⁹⁷ – instituições parceiras que adotam determinado trecho da trilha. Os adotantes assinam um termo de adoção de trilhas (ANEXO B) onde se comprometem a cumprir uma série de determinações e atividades – limpeza, sinalização, manutenção das trilhas entre outras atividades.

Segundo Cunha e Menezes⁹⁸, o projeto não recebe nenhuma ajuda financeira. Toda a infraestrutura e os recursos financeiros são fornecidos pelos voluntários – pessoas físicas – e

⁹⁶ A sinalização da Trilha Transcarioca é realizada com base neste manual – escrito por Pedro da Cunha e Menezes.

⁹⁷ Os atuais adotantes das trilhas são: Associação Carioca de Turismo de Aventura (ACTA), Amigos da Zona Oeste (AZO), AVEC Trilhas, Atividade 360°, Companhia Caminho Aéreo Pão de Açúcar, Centro Excursionista Brasileiro, Centro Excursionista Guanabara, Clube Excursionista Carioca, Clube Excursionista Light, Clube dos Aventureiros, Coop Babilônia, Conservação Internacional, Corredores de Jacarepaguá (CORJA), Ecotribo, Ecotrilhas Adventura, Fome de Trilha, Grupo TerraLimpa, RJ Adventura, Trilhas Quase Secretas, e Trilhas RJ (Local). Dados disponíveis em: <<http://trilhatranscarioca.com.br/quem-somos/>>. Acesso em 20 mai. 2017.

⁹⁸ Em entrevista em 08 set. 2016.

ONGs ambientalistas, instituições e movimentos sociais ligados ao ecoturismo e à promoção da conservação da natureza⁹⁹.

No entanto, uma pesquisa rápida¹⁰⁰ no Google revela as relações políticas que permeiam este projeto. Uma reportagem da revista Isto É¹⁰¹, publicada em 31 de outubro de 2013, declara que a “prefeitura vai investir R\$ 7,5 milhões ao longo de 2013 para a primeira fase do projeto.” (ISTO É, 2013). Outro site anuncia que está

em discussão na Câmara Municipal do Rio de Janeiro a criação da Área de Proteção Ambiental Municipal Corredor Ecológico Trilha Transcarioca. Essa nova APA asseguraria a proteção das áreas que estão fora das unidades de conservação já existentes, e permitiria que os animais terrestres pudessem se deslocar entre os maciços da Pedra Branca e da Tijuca (CONEXÃO PLANETA, 2016).¹⁰²

Mais recentemente, a Trilha Transcarioca foi oficialmente reconhecida como a maior trilha urbana de longa distância no Brasil e inserida no calendário ecoturístico da cidade. Através do Decreto Nº 43.272, de 6 de junho de 2017, assinado por Marcelo Crivella, atual prefeito do município do Rio de Janeiro, fica facultado à TTC¹⁰³ o direito de atravessar áreas públicas e privadas; estabelecer traçados alternativos, ou seja, abrir novas trilhas; e receber recursos públicos.

Art. 6º A Trilha Transcarioca poderá ser beneficiada com recursos públicos e privados, os quais devem ser aplicados exclusivamente nas ações de implantação, manutenção, gestão, divulgação e monitoramento (RIO DE JANEIRO, 2017).

O projeto da Trilha Transcarioca também recebe apoio de gestores de Unidades de Conservação, do INEA, do ICMBIO, do governo – municipal, estadual e federal – e patrocínio do Banco BTG Pactual, por meio da Lei de Incentivo à Cultura da Cidade do Rio de Janeiro, para seus projetos culturais (site, documentário, guia de bolso). No site da trilha é

⁹⁹ Exemplos de ONGs que cooperam com o projeto Trilha Transcarioca: S.O.S. Mata Atlântica, Conservação Internacional Brasil, WWF, SEMEIA, O ECO, Grupo Terralimpa, Florescer, Fundação Grupo Boticário. Dados disponíveis em: <<http://trilhatranscarioca.com.br/parceiros/>>. Acesso em 10 ago. 2017.

¹⁰⁰ Não tão rápida, pois ao digitar “Trilha Transcarioca” o Google apresenta 139.000 resultados. Portanto, leva um tempo para ler as reportagens selecionadas.

¹⁰¹ ISTO É. Dados disponíveis em: <http://istoe.com.br/332497_NA+TRILHA+DO+RIO/>. Acesso em 22 jul. 2017.

¹⁰² CONEXÃO PLANETA. Dados disponíveis em: <<https://conexaoplaneta.com.br/blog/o-que-uma-supertrilha-pode-fazer-pelo-rio-de-janeiro/>>. Acesso em 22 jul. 2017.

¹⁰³ Todas as ações de implantação e manutenção da TTC dependem de prévia autorização dos gestores das respectivas UCs.

possível conhecer sua história, os primeiros passos, os trechos, patrocinadores, voluntários, adotantes, fotos e muitas outras informações. É um site bem completo e muito bem elaborado. No ano de 2016, a TTC recebeu o prêmio Mosquetão de Ouro¹⁰⁴ 2016 e esteve incluída no Passaporte Verde Rio 2016¹⁰⁵.

A Trilha Transcarioca é destaque no site da prefeitura do Rio de Janeiro, no site da Visit.Rio – plataforma virtual voltada a promoção do turismo na cidade do Rio de Janeiro – e no site do Portal Brasil .

Conforme foram chegando mais voluntários e organizações da sociedade civil, o sonho foi crescendo e se transformou num grande movimento em prol da conservação e da educação ambiental – o Movimento Trilha Transcarioca (MTT).

Embora não seja uma instituição formalmente constituída, o MTT possui um sistema de governança próprio, com um grupo de coordenadores temáticos e um coordenador-geral. Sua criação decorreu justamente da necessidade de organizar a interlocução entre voluntários, adotantes e colaboradores da trilha com os gestores das unidades de conservação por onde a trilha passa, tanto individualmente (com os gestores/chefes das UCs) quanto institucionalmente (com os órgãos públicos municipais, estaduais e federal responsáveis pelas mesmas) (Trilha Transcarioca)¹⁰⁶.

A maioria desses voluntários são pessoas com perfil conservacionista, com destaque para os biólogos e montanhistas. Contrariando Simmel (2009), os voluntários da TTC veem a natureza como uma paisagem a ser conservada e contemplada. O espaço de moradia assim como a diferença entre os conceitos não é percebida por esses atores. Mesmo compreendendo que as concepções de natureza assim como de paisagem diferem de acordo com o ambiente e a história de cada sociedade, é importante destacar que “a busca da ‘natureza’ como paisagem destrói seu próprio objeto, a natureza como ecossistemas e biosfera.” (BERQUE, 2008).

O discurso conservacionista do Movimento Trilha Transcarioca apresenta várias contradições entre teoria e prática, entre as quais, a relacionada à sinalização das trilhas. De acordo com o Manual para confecção de placas para Unidades de Conservação administradas pelo INEA, a

¹⁰⁴ O prêmio Mosquetão de Ouro - lançado em 2015 pela Confederação Brasileira de Montanhismo e Escalada (CBME) – premia atletas e projetos relacionados a prática da escalada e montanhismo.

¹⁰⁵ O Passaporte Verde é parte de uma iniciativa global das Nações Unidas cujo objetivo é incentivar o turismo sustentável, a educação ambiental e a conservação do meio ambiente. O Passaporte Verde Rio 2016 trazia opções de roteiros passeios sustentáveis na cidade do Rio de Janeiro, durante o período das Olimpíadas e Paralimpíadas 2016.

¹⁰⁶ Trilha Transcarioca. Dados disponíveis em: <<http://trilhatranscarioca.com.br/quem-somos/>>. Acesso em 22 jul. 2017.

pintura em árvores e rochas não é recomendada para uso, assim como a utilização de pregos ou objetos de metal para afixar a sinalização em árvores, nas unidades de conservação estaduais sob administração do Inea (RIO DE JANEIRO, 2014, p. 12).



Figura 21. Imagens da sinalização da Trilha Transcarioca
 Fonte: Site da Trilha Transcarioca

A sinalização da Trilha Transcarioca é pintada diretamente nas árvores. Em alguns casos, também são utilizados pregos – de cobre ou naval – para fixação de tabuletas. Não há nenhum estudo sobre possíveis impactos causados pela química utilizada na tinta. Os estudos referentes à tinta resumem-se à utilização de vários tipos até encontrar uma que apresente maior aderência e resistência. Eles começaram utilizando a tinta do mesmo tipo utilizado pelos americanos. Mas não deu certo. A incidência de chuvas e a textura das árvores são alguns fatores que diferenciam o contexto americano do brasileiro. No momento, a pintura nas árvores está sendo realizada com tinta spray. Antes da aplicação da tinta, as árvores ainda são raspadas – com uma escova de aço.

Para além da questão do impacto ambiental e relevância da presença de trilhas nas UCs, esteticamente, a sinalização da Trilha Transcarioca é invasiva e autoritária. Partindo de uma visão antropocêntrica, esta interferência visual na floresta destaca a presença humana sugerindo a supremacia do homem sobre o meio ambiente e não como parte da natureza, ou mais especificamente, a apropriação espacial por um grupo humano específico – os integrantes e simpatizantes do MTT. As interferências na paisagem e no cotidiano dos moradores estão tão naturalizadas nas representações sociais de parque, que sequer são percebidas como um problema.

O material utilizado na sinalização não é padronizado. A única exigência refere-se à logomarca da Trilha Transcarioca – a pegada de uma bota – e as cores – amarelo e preto. Cada grupo de voluntários utiliza o tipo e/ou marca de tinta que melhor lhe convier.

Apesar de o manual de sinalização do INEA trazer uma determinação específica para as marcações realizadas pela Trilha Transcarioca no interior do Parque Estadual da Pedra Branca, as sinalizações continuam sendo realizadas em desacordo com estas especificações.

No caso da Trilha Transcarioca, em que foi definida uma mesma identidade visual para ser utilizada em todas UCs por onde ela passa, a utilização de pinturas da logomarca diretamente em árvores não corresponde aos padrões acordados internamente no Inea. Para o trecho que passa dentro dos limites do Parque Estadual da Pedra Branca, é sugerida a aplicação da logomarca da Transcarioca em toras, que serão utilizadas no interior das trilhas, ou de uma fita com a logomarca impressa (RIO DE JANEIRO, 2014, p. 12).

O Movimento Trilha Transcarioca segue um manual próprio¹⁰⁷, elaborado por Cunha e Menezes, a partir de pesquisas em trilhas sinalizadas em Unidades de Conservação localizadas na África do Sul, Austrália, Bósnia, Escócia, Israel, Marrocos e Suíça entre outros países. Segundo o entrevistado, esse é um manual internacional de sinalização de trilhas¹⁰⁸.

Conforme anteriormente mencionado, o Brasil é um dos países com a maior biodiversidade do mundo. Porém, nem todos os brasileiros possuem uma conscientização ambiental. O desmatamento na Amazônia, por exemplo, é uma realidade desconhecida por grande parte da sociedade brasileira. De acordo com o criador da TTC, a luta contra esse desmatamento não será ganha na Amazônia, nem através de ações de fiscalização, mas a partir do desenvolvimento de ações – em cidades estratégicas, como Rio de Janeiro – que promovam o debate e a conscientização da população¹⁰⁹.

¹⁰⁷ CUNHA E MENEZES, Pedro da. Sinalização de trilhas: guia prático. 2014. 77 p.

¹⁰⁸ Em entrevista em 08 set. 2016.

¹⁰⁹ Em entrevista em 08 set. 2016.

Nesse sentido, o Movimento Trilha Transcarioca, defende a ideia de que as atividades de divulgação, sinalização e visitação dos e nos parques urbanos são ótimos instrumentos a serem utilizados nas ações de educação ambiental, conservação e valorização da natureza. Por serem locais de fácil acesso, os parques urbanos propiciam excelentes oportunidades para a população conhecer o que é uma Unidade de Conservação e aprender sobre a importância do cuidado e da conservação da natureza. O MTT também argumenta que o aumento do fluxo de visitantes nestes parques geraria emprego e renda para a população do entorno – com abertura de pousadas, restaurantes e outros locais para descanso e alimentação dos trilheiros.

Embora o MTT participe – através de seus representantes e lideranças dos grupos de voluntários – de reuniões organizadas pela Câmara Temática de Uso Público/ConPEPB¹¹⁰, o discurso de seus integrantes revela um desconhecimento do contexto sociocultural e econômico do PEPB.

O Parque Estadual da Pedra Branca é um parque urbano em cujo interior se encontram cerca de cinco mil moradores, entre os quais se destacam as três comunidades quilombolas, os agricultores familiares e outros indivíduos que, apesar de não estarem inseridos nestes dois grupos de população tradicional, integram o grupo da população nativa, ou seja, são pessoas que nasceram no maciço e se consideram parte desta paisagem.

No entanto, o MTT aciona a legislação sobre parques para afirmar seu direito de visitação, de acesso ao meio ambiente e ao mesmo tempo ignorar e/ou criticar a presença destes moradores. No olhar da equipe MTT, a paisagem que se pretende contemplar e proteger é uma paisagem teoricamente natural, porém degradada pela presença humana. O contexto histórico e sociocultural de formação dessa paisagem não é abordado por eles.

Quando os representantes da Trilha Transcarioca começaram a frequentar as reuniões do CT de Uso Público do ConPEPB, já chegaram com um traçado da trilha e um discurso pronto, defendendo os ‘inúmeros’ benefícios de sua implantação no PEPB. Além dos benefícios anteriormente citados, o MTT também argumenta que a Trilha Transcarioca é um importante instrumento na redução da ação de caçadores. Devido ao aumento do fluxo de visitantes, os caçadores – por receio de denúncias ou por mero constrangimento – estariam abandonando esta atividade ilegal. No entanto, alguns integrantes da população nativa contestam o MTT. Segundo estes moradores, a ação dos caçadores ocorre à noite – período em que nem trilheiros nem moradores circulam pelo interior do parque –, desse modo, o MTT não geraria nenhum impacto – negativo ou positivo – sobre a caça ilegal.

¹¹⁰ O ConPEPB – Conselho Consultivo do Parque Estadual da Pedra Branca – foi criado em 17/12/2008, através da Portaria IEF/RJ/PR/Nº269. Seu objetivo principal é reunir além de órgãos públicos, instituições de pesquisa e entidades da sociedade civil interessadas em participar da gestão das mesmas. Para organizar e facilitar o diálogo entre os diversos assuntos foram criadas quatro Câmaras Temáticas – CTs –, entre as quais, a CT de Uso Público. Dados disponíveis em: <<http://www.parquepedrabranca.com/2016/04/conselho-consultivo-do-pepb-cria.html>>. Acesso em 21 mai. 2017.

A divergência entre os interesses defendidos por moradores, de um lado, e trilheiros, de outro, suscitou intensos debates nas reuniões do CT de Uso Público e reacendeu o discurso em torno da dicotomia público-privado.

Entre as pessoas presentes nas reuniões, os representantes da Comunidade Quilombola Cafundá Astrogilda se destacam como um dos mais combativos. Os principais embates se deram em torno da passagem da Trilha Transcarioca pelo Açude de Camorim e pela Comunidade Astrogilda.

Apesar da oposição de grande parcela da população nativa, a trilha continua passando pelo açude. Em entrevista¹¹¹, o idealizador da trilha foi categórico ao afirmar que esta iria passar pelo açude. “Pelo açude vai passar. Pelo açude eu vou brigar. Pelo açude não vejo razão para não passar. Por que não vai passar?” Teoricamente, há um debate com a população nativa, mas no final, as decisões são realmente tomadas pelos representantes da Trilha Transcarioca e seus apoiadores.

Enquanto representantes da população nativa argumentavam que o Açude do Camorim é um importante manancial e a passagem da trilha representaria um risco de poluição e até de afogamento em suas águas, o MTT alegava que o açude é uma das áreas mais bonitas do PEPB e não faria sentido impedir o caminhante de passar por ali. Segundo o MTT, os visitantes são orientados pelos guias a não banhar-se no açude, portanto não haveria risco de poluição ou afogamento.

Em relação à passagem da trilha pela comunidade quilombola, a população saiu vencedora. O traçado original – que passava pelo interior da Comunidade Quilombola Cafundá Astrogilda – foi modificado. No entanto, além dessas questões, a população nativa apresenta vários outros argumentos contrários à implantação da Trilha Transcarioca no PEPB.

Segundo alguns moradores, apesar de o MTT se apresentar como um empreendimento social ele é um projeto arbitrário. Além de se apropriarem dos caminhos abertos e cuidado pelos moradores, sem um debate com os mesmos, o discurso de geração de recursos econômicos – mesmo discurso utilizado com a população do entorno – revela desconhecimento em relação ao contexto sociocultural da população do PEPB. Além dos impedimentos legais – por exemplo, a proibição de realizar qualquer construção ou reforma –, deixar de praticar a agricultura para trabalhar com pousada, restaurantes ou qualquer outro serviço não é opção aceitável para esses moradores.

O trabalho na terra e com a terra são marcas constitutivas de suas identidades culturais e socioeconômicas, envolvem o reconhecimento e valorização de sua cultura, história de vida, tradicionalidade e se “articulam a inúmeras outras dimensões da vida social desses grupos e estão investidas de valores outros e de uma importância que não é só de subsistência.” (BARRETO FILHO, 2001, p. 463).

¹¹¹ Em entrevista em 08 set. 2016.

Os comentários de alguns trilheiros – nas redes sociais – revelam o total desconhecimento da história do Maciço da Pedra Branca. Acusações de apagamento da sinalização, de caça ilegal e ações abusivas são recorrentes na página online da TTC e de seus voluntários. Alguns desses trilheiros entram nos terrenos de moradores – provavelmente por desconhecimento de que são áreas particulares –, colhem os frutos e até falam em revendê-los. São grupos sociais com olhares, percepções e valores culturais divergentes da população nativa.

O conflito de visões e interesses entre os moradores e a população urbana que pretende usufruir da chamada oferta ambiental da cidade tem como ponto de partida experiências ambientais e “expectativas de natureza” diferentes e, portanto, não universalizáveis, em que as agendas particulares e do Estado e a imposição de políticas e cobrança de cumprimento das leis ambientais têm um papel relevante (CÁCERES, 2016, p. 93).



Figura 22. Conversa no Facebook.

Fonte: Print de conversa na rede social Facebook

Além das questões culturais e identitárias, a população nativa também apresenta críticas referentes à ausência de infraestrutura, fiscalização e um plano de segurança para receber os visitantes. Parodiando uma fala do criador da Trilha Transcarioca, não existe um PEPB, são vários PEPBs. Há trechos com uma paisagem predominantemente rural, outros trechos mais degradados, mas há também trechos dominados pelo tráfico de drogas e outros dominados pela milícia. Há trechos mais íngremes e perigosos, mas também existem trechos tranquilos e seguros.

Os moradores criticam o fato de o MTT estar atraindo visitantes para uma área multifacetada, mas sem segurança, estrutura e planejamento para tal. O crescente número de pessoas assaltadas enquanto percorrem trechos da TTC corrobora algumas dessas críticas. Artigo publicado no site Eco revela que, entre janeiro e março de 2017, cerca de 76 pessoas foram vítimas de assaltos enquanto percorriam o trecho Paineiras-Parque Lage¹¹². Dia 22 de julho do presente ano, um ato público organizado pela TTC, através de sua rede social – Facebook – reuniu vários adeptos de caminhadas nos parques. Juntos e com cartazes pedindo paz na Trilha Transcarioca, esses manifestantes percorreram o trecho que vai do Parque Lage ao Corcovado. Segundo informações postadas nesta mesma rede social, entre janeiro e julho, os assaltos vitimaram 150 pessoas neste trecho da TTC.

Assim como em relação a muitas outras questões, não há consenso nos discursos referentes à relação entre Trilha Transcarioca e o fluxo de visitantes. Entre os funcionários do PEPB existe um discurso afirmando que o MTT irá incrementar o fluxo de visitantes, e outro totalmente discordante, segundo o qual o MTT não influenciaria no número de visitantes, pois quem faz trilha, principalmente no PEPB – um parque que ainda não possui estrutura adequada para receber os visitantes – é aquele indivíduo que mora no entorno e já possui o hábito de visitar este parque.

A população do maciço tem muitos questionamentos em relação ao MTT e a questões legais relacionadas a seu direito de permanência neste território. Nesse sentido e como contraponto ao MTT, alguns grupos estão organizando caminhadas que são verdadeiras aulas da história sociocultural desta área da cidade do Rio de Janeiro.

Conforme, mencionado anteriormente, a Comunidade Quilombola do Camorim, realiza, através de sua associação – ACUCA – caminhadas pelo maciço. Durante estas atividades, os visitantes são apresentados à rica biodiversidade local, mas também conhecem a história de ocupação e formação da atual paisagem do Maciço da Pedra Branca. Além das caminhadas, são promovidos cursos de capoeira, oficinas de danças africanas e atividades de ecoturismo.

A Comunidade Quilombola Cafundá Astrogilda também realiza caminhadas ecológicas há algum tempo. Assim como ocorre no Camorim, nestas caminhadas são apresentados a fauna, a flora, mas também as pessoas que compõem a paisagem do maciço. Assim como as árvores, as pessoas e as casas também têm histórias para contar. Em 17 de maio do presente ano – 2017 – foi iniciada uma nova atividade voltada ao reconhecimento, valorização e divulgação da cultura quilombola. A Ação Griô Aula de Campo é um projeto multidisciplinar realizado em parceria com escolas e universidades cujo objetivo é guiar alunos e professores pelos caminhos do PEPB, apresentando o contexto sócio-histórico e cultural do maciço de formação da paisagem do maciço. A primeira atividade do projeto Ação Griô Aula de Campo – contou com a participação da Escola Municipal Frei Gaspar,

¹¹² ECO. Trilha Transcarioca sofre com a violência rotineira da metrópole. Disponível em: <<http://www.oeco.org.br/noticias/trilha-transcarioca-sofre-com-a-violencia-rotineira-da-metropole/>>. Acesso em 22 jul. 2017.

localizada em Vargem Grande. Alunos e professores foram, literalmente, a campo. Eles conheceram a história desta Unidade de Conservação, de seus moradores e a importância de preservar o meio ambiente.

A vertente de Rio da Prata é muito conhecida pela agricultura e por sua feira orgânica. Os agricultores orgânicos são nativos no maciço. Entre sua produção, destacam-se o caqui, banana, chuchu, aipim e hortaliças. A produção é comercializada na Feira Orgânica de Rio da Prata e em algumas outras feiras do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas. Mas, assim como Camorim e Vargem Grande, Rio da Prata também tem sua comunidade quilombola¹¹³, tem trilhas, tem história pra contar. Diego Carreiro¹¹⁴ – morador nativo de Rio da Prata, neto de agricultores e condutor credenciado pelo INEA – guia os visitantes pelas encostas e trilhas do sertão carioca, narrando a história de vida e a cultura desse povo.

Os projetos e processos disciplinadores e de regulamentação da conduta das pessoas, do uso dos recursos, do território, se enredam em uma malha sociopolítica viva. É nesta que os atores locais não apenas reagem, mas agem: fazem escolhas, optam e negociam (BARRETO FILHO, 2001, p. 394).

A diferença básica entre o turismo ecológico promovido pelos guias vinculados ao MTT e o turismo de base comunitária – organizado pelos guias oriundos da população nativa do maciço – é o conhecimento histórico e sociocultural desta parte do município do Rio de Janeiro ainda desconhecida de muitos cariocas. Ambos os grupos valorizam a paisagem do maciço e desenvolvem ações voltadas à proteção do meio ambiente. A diferença está na composição paisagística desse meio ambiente. No MTT, a paisagem – de uma Unidade de Conservação – é natureza, relevo, composição geográfica da área¹¹⁵. Na população nativa, paisagem é fauna, é flora, mas também é gente, é área construída, é história.

¹¹³ A comunidade quilombola de Rio da Prata teve um reconhecimento recente. Em 03 de janeiro de 2017 esta comunidade – denominada Comunidade Quilombola D. Bilina foi certificada pela Fundação Palmares como Comunidade Remanescente de Quilombos.

¹¹⁴ Diego Carreiro é filho de Rita Carreiro M. Caseiro – diretora executiva da Associação de Agricultores Orgânicos da Pedra Branca – AGROPRATA.

¹¹⁵ Pedro da Cunha e Menezes, em entrevista em 08 set. 2016.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo da paisagem do Maciço da Pedra Branca aliado ao registro da história oral da população nativa revela essa floresta como um cenário histórico e cultural. E, neste cenário os nativos são mais que coadjuvantes. Eles têm forte protagonismo na construção de uma paisagem que é natural, mas também é cultural, é rural e é urbana.

Em outras palavras, na paisagem do maciço, um fator não exclui o outro, ou seja, a paisagem natural – árvores, rios, fauna – muitas vezes, é também interpretada como paisagem cultural –, é lida pela população como símbolo religioso, como marca da presença pretérita de moradores, como sinal do caráter comunitário e associativo da população nativa.

Concomitantemente, temos uma paisagem rural – quando pensada em analogia com aspectos físicos e geográficos – extensa área verde, ausência de prédios, modos de vida mais rudimentares, ausência ou quase ausência de serviços públicos – mas que está inserida na cidade, se for considerada sua localização geopolítica – um município que afirma em seu plano diretor ser totalmente urbano, que não possui áreas rurais.

No entanto, a lavoura agrícola de subsistência, a produção do carvão, os cultivos comunitários – como o chuchu – determinadas espécies de árvores e ervas, os caminhos por onde a população nativa atravessa o maciço de um extremo ao outro originam paleoterritórios (OLIVEIRA, 2015), ou seja, dão origem a territórios que trazem em si as marcas dos diversos usos superpostos deste território em constante disputa.

Se antes da criação do PEPB, a ameaça que pairava sobre esta imensa área verde se restringia à poluição dos mananciais e à especulação imobiliária, no pós-parque, a ameaça paira sobre a permanência da população nativa neste território e a continuidade da produção e reprodução de seus modos de vida.

Grande parte dos moradores do maciço é composta por posseiros – que ficaram na terra após estas serem abandonadas pelos proprietários – durante a Segunda Guerra e após a praga que atacou os laranjais. Esta situação de instabilidade na posse da terra e a fragilidade e inconsistência das leis relativas às populações tradicionais, de certo modo, estimula e reforça o movimento pelo reconhecimento da tradicionalidade desta população. Na ausência de documentação, o resgate da história atua como importante elemento de legitimação da luta pela terra.

Para a população nativa, sair do PEPB, viver em outro lugar, não é uma opção, pois o maciço e sua paisagem fazem parte de suas vidas, identidades, de suas histórias. Inclusive esta paisagem foi formada em total interação entre moradores e natureza, ou natureza e cultura. A entrevista com o Sr. Thiago é um caso empírico da interrelação entre a história do maciço e a história da população nativa. Ao contar a história do caqui ele acaba contando parte da história de sua vida e vice-versa. Eles não conseguem traçar uma linha divisória entre suas

histórias pessoais e história do maciço. São histórias que se entrelaçam e permite entender o que eles querem dizer ao afirmar que não se reconhecem fora do parque.

Conforme podemos verificar, embora a criação do PEPB tenha criado inúmeros problemas para a população nativa, inclusive com o desânimo de alguns moradores e o conseqüente abandono do maciço, a maioria da população nativa decidiu continuar no seu lugar de origem e lutar pelo que consideram um direito – continuar vivendo, produzindo e reproduzindo seus modos de vida no maciço.

A lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, assim como o senso comum, associam o conceito de paisagem ao de natureza. Paralelamente, o homem é identificado como uma ameaça à conservação desta natureza/paisagem. Entender que paisagem não é natureza, mas uma construção social, é essencial para que se compreenda os vários sentidos e representações atribuídos ao território ocupado pelo PEPB.

Os agricultores familiares procuraram caminhos para se reafirmarem politicamente como agricultores. Neste sentido e com ajuda de parceiros e mediadores, eles conseguiram ser reconhecidos como agricultores familiares e alguns, que não faziam uso de insumos químicos em suas plantações, foram certificados como orgânicos. As comunidades remanescentes de quilombos alcançaram a certificação pela Fundação Palmares – a primeira etapa no processo de regularização fundiária.

A Lei do SNUC garante alguns direitos à população tradicional residente em Unidades de Conservação – como, por exemplo, o direito de permanência na área. Embora, no caso dos parques, esse direito só esteja garantido até que ocorra a regularização fundiária, o primeiro passo da população nativa na disputa pelo território é alcançar o reconhecimento como população tradicional. Nesse sentido, a luta desta população e os resultados – ainda que pequenos – alcançados até o presente momento, são comemorados como se fossem a garantia definitiva de permanência neste território.

No embalo do debate sobre uso público em Unidades de Conservação e da recente implantação da Trilha Transcarioca, a população nativa também organiza suas caminhadas ecológicas. Inclusive, no Camorim, a realização dessas atividades é anterior ao surgimento do MTT. Em Rio da Prata, um morador da Comunidade D. Bilina, realizou o curso de condutores do PEPB e também está promovendo caminhadas ecológicas. Outros grupos já possuíam formação anterior a do PEPB. A Comunidade Cafundá Astrogilda – que também organiza caminhadas pelos caminhos do maciço – inaugurou o projeto Ação Griô Aula de Campo levando alunos e professores de escolas localizadas no entorno do PEPB, para aulas de e no campo. Nessas ocasiões, os organizadores do projeto apresentam a geologia, a geografia, a cultura e a história do sertão carioca.

A diferença entre as caminhadas promovidas pela população tradicional e as guiadas por condutores que não moram no maciço, está basicamente no conhecimento da história local e na percepção do conceito de paisagem. Ao caminhar com os nativos, as pessoas aprendem, não apenas sobre os aspectos ‘naturais’ do percurso – como as espécies de fauna e flora do PEPB, mas conhecem também a história sociocultural do maciço – a história das pessoas. Para quem não se contenta em ver uma paisagem pronta, mas quer conhecer o

processo de sua formação, participar das caminhadas ecológicas organizadas pela população nativa é o melhor caminho, literalmente.

O futuro da paisagem desse parque urbano é um mistério. Tem morador que acredita que, em pouco tempo, os limites do parque serão reduzidos para excluir algumas residências de seu interior e, simultaneamente, favorecer o surgimento de novos empreendimentos imobiliários. Em relação à população nativa, há um grupo que acredita na conquista do direito de permanência neste território. Outros são mais pessimistas – não se sentem seguros e têm verdadeiro receio de um dia virem a ser removidos do PEPB.

Não há como fazer previsão nem mesmo em relação à Trilha Transcarioca e a permanência de suas marcas na paisagem deste parque urbano. “Como toda criança de Terceiro Mundo, os cinco primeiros anos de vida serão a maior barreira a ultrapassar”. (MESQUITA, 2016, p. 5). Nascida do sonho de um só homem, a trilha – que aos poucos foi ganhando apoiadores e tornou-se realidade – foi reconhecida e institucionalizada a nível municipal, estadual e federal. Porém, devido a inúmeros episódios de violência urbana – inclusive no interior dos parques – já existe orientação para que alguns trechos da trilha não sejam percorridos. Cabe ressaltar que, de acordo com percepções dos moradores, o crescente número de assaltos ocorre justamente em decorrência da implantação da trilha e da consequente chegada de um público diferenciado – que atrai a atenção de meliantes.

A paisagem do Maciço da Pedra Branca permite a leitura da história desse lugar, de seus usos sociais e institucionais. Todos que passam ou passaram pelo PEPB acabam deixando suas marcas. Porém, a classificação dessas marcas é sempre uma incógnita. Algumas marcas são oficiais, permitidas, legalizadas e até admiradas. Outras são proibidas e criminalizadas. Um morador não pode pregar uma placa numa árvore para marcar a direção de sua casa, por exemplo. Isso é um crime ambiental passível de multa. Por outro lado, um projeto da sociedade civil – aceito e praticamente institucionalizado pela gestão do PEPB – pode pintar e pregar as árvores. São classificações arbitrárias, impostas por um grupo socialmente dominante. As marcas nessa paisagem evidenciam o processo histórico de sua ocupação humana, a disputa pelo território, a luta de classes, a luta por direitos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. In: **Revista brasileira de estudos urbanos e regionais**. ANPUR. v. 6, n. 1, p. 9-32, 2004.

_____. **Antropologia dos Archivos da Amazônia**. Rio de Janeiro: Casa 8/ F.U.A, 2008. 192 p.

AMEND, Stephan; AMEND, Thora. **Espacios sin habitantes?: parques nacionales de América del Sur**. Unión Mundial para la Naturaleza, UICN, Quito, 1992. 497 p.

BARRETO FILHO, Henyo T. **Da Nação ao Planeta através da Natureza: uma abordagem antropológica das unidades de conservação de proteção integral na Amazônia brasileira**. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

BECKER, Howard. História de vida e o mosaico científico. In: BECKER, Howard. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Ed. Hucitec, p. 101-115, 1997.

BENDER, Bárbara. Introdução. In: Bender, B. e Winer, M. (Orgs.). **Paisagens contestadas: movimento, exílio e lugar**. Oxford: Berg, 2001.

BERCK, Dean Eric. **A gente não quer só comida: a caça antes de 1970, suas motivações e interações com a paisagem do Rio de Janeiro**. Dissertação (Mestrado em Geografia), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

BERQUE, Augustin. Paisagem-marca, paisagem-matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, p. 84-91, 1998.

_____. Os rururbanos e a natureza. In: **Diplomatique**. 2008. Disponível em: <<http://diplomatique.org.br/os-rururbanos-e-a-natureza/>>. Acesso em 1 jul. 2017.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Ed. Bertrand, 1989, 315 p.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 21 abr. 2017.

_____. **Lei nº. 4.771**, de 15 de setembro de 1965. Institui o novo Código Florestal, 1965. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4771-15-setembro-1965-369026-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em 21 abr. 2017.

_____. **Lei nº. 7.875**, de 13 de novembro de 1989. Modifica dispositivo do Código Florestal vigente, 1989. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1989_1994/L7875.htm>. Acesso em 21 abr. 2017.

_____. **Lei nº. 9.985**, de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências, 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm>. Acesso em 21 abr. 2017.

_____. **Lei nº. 12.651**, de 12 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, 2012.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **Cadastro Nacional de Unidades de Conservação**. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80112/CNUC_Agosto%20-%20Categorias_copy.pdf>. Acesso em 20 abr. 2017.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **Decreto Legislativo Nº 2**, 1994. Dados disponíveis em: <<http://www.mma.gov.br/biodiversidade/biosseguranca/item/7513-conven%25C3%25A7%25C3%25A3o-sobre-diversidade-biol%25C3%25B3gica-cdb>>. Acesso em 18 mai. 2017.

_____. Senado. **Decreto 41.066**, de 28 de fevereiro de 1957. Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica à Central Elétrica de Furnas S.A. - Furnas. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=172248>. Acesso em 27 mai. 2017.

BRITO, Maria Cecília W. de. **Unidades de conservação: intenções e resultados**. São Paulo: Editora Annablume, 2003, 230 p.

CÁCERES, Luz Stella R. Território e identidade quilombola urbana contemporânea. In: ANPUH – XIII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 2011, São Paulo. Anais Eletrônicos: **XIII Encontro Nacional da ANPUH** – Associação Nacional de História. Florianópolis, 2009.

_____. Transformações da Paisagem e a Memória em Camorim. In: **Antíteses**. v. 7, n. 14, p. 171-200, Londrina, jul-dez 2014.

_____. Do Caminho à Trilha: as perspectivas do lazer e do habitar na Transcarioca. In: **Interseções**, v. 18, n. 1, p. 64-96, Rio de Janeiro, jun 2016.

_____. Pai Tertuliano, Vó Astrogilda e Pingo, o Guardiã: de Memórias Familiares a Patrimônio Cultural no Quilombo de Vargem Grande no Rio de Janeiro (RJ). In: **Patrimônio e Memória**, v. 13, n. 1, p. 201-226, São Paulo: Unesp, jan-jun 2017.

CAUQUELIN, Anne. **A invenção da paisagem**. São Paulo: Ed. Martins, 2007, 196 p.

CARERI, Francesco. **Walkscapes: o caminhar como prática estética**. São Paulo: Editora Gustavo Gili, 2013, 191 p.

CONEXÃO PLANETA. O que uma supertrilha pode fazer pelo Rio de Janeiro. 19 de janeiro de 2016. Dados disponíveis em: <<https://conexaoplaneta.com.br/blog/o-que-uma-supertrilha-pode-fazer-pelo-rio-de-janeiro/>> . Acesso em 22 jul. 2017.

CORRÊA, Armando Magalhães. O Sertão Carioca. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, 1933. Reimpressão: Departamento de Imprensa Oficial. Secretaria Municipal Adm., 1936, 478 p.

CORRÊA, Dora Shellard. História ambiental e a paisagem. In: **Halac**. Belo Horizonte, v. 2, n. 1, p. 47-69, set. 2012-fev. 2013.

CORRÊA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny (Org). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. 124 p.

CUNHA E MENEZES, Pedro da. **Transcarioca: todos os passos de um sonho**. Rio de Janeiro: Sextante, 2000. 140 p.

_____. **Sinalização de trilhas: guia prático**. Disponível em: <<http://sinalizetrilhas.wikiparques.org.br/wp-content/uploads/2014/08/SinalizeTrilhas1.pdf>>. Acesso em 20 mai. 2017.

DIEGUES, Antonio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Editora Hucitec – Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras-USP, 2001, 161 p.

_____. Saberes tradicionais e etnoconservação. In: DIEGUES, Antonio Carlos e VIANA, Virgílio M. (Org.). **Comunidades tradicionais e manejo dos recursos naturais da Mata Atlântica**. São Paulo: Editora Hucitec – Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras-USP, p. 9-22, 2004.

DI MÉO, Guy. Géographie sociale et territoires. In: **Collection Fac Géographie**. Paris: Nathan Université, 1998. 317 p.

DUARTE, Luiz Fernando D. Mundos ambientes; paisagens envolventes. In: **Revista Ciência Hoje**. Rio de Janeiro, n. 297, 2012 outubro de 2012. Disponível em: <http://www.cienciahoje.org.br/noticia/v/ler/id/3066/n/mundos_ambientes;_paisagens_envolventes>. Acesso em 11 ago. 2017.

ESTERCI, Neide e FERNANDEZ, Annelise. O legado conservacionista em questão. In: **Revista Pós Ciências Sociais**. Maranhão. v. 6, n. 12, 2009. Disponível em:<<http://www.periodicoseltronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/viewFile/50/37>>. Acesso em 02 ago. 2017.

FERNANDEZ, Annelise Caetano F. Um parque no sertão carioca. Dos anos 70 até os dias de hoje. O que mudou na conservação?. In: 26ª. Reunião Brasileira de Antropologia, 2008, Bahia. **Anais: Desigualdade na diversidade**. Bahia: RBA, 2008. Disponível em: <http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD_Virtual_26_RBA/grupos_de_trabalho/trabalhos/GT%2022/annelise%20fernandez.pdf>. Acesso em 12 jul. 2017.

_____. **Do sertão carioca ao Parque Estadual da Pedra Branca**: a construção social de uma unidade de conservação à luz das políticas ambientais fluminenses e da evolução urbana do Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009a.

_____. O Agricultor Conservador: Impasses e Conquistas de Pequenos Produtores em uma Área Protegida Urbana. In: **SBS – XIV CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA**, 2009b, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=216&limit=50&limitstart=0&order=name&dir=ASC&Itemid=171>. Acesso em 29 out. 2015.

_____; PRADO, Bruno A.; MATTOS, Claudemar. Agricultores do Maciço da Pedra Branca (RJ): em busca de reconhecimento de seus espaços de vida. In: **Agriculturas**. Rio de Janeiro. v. 9, n. 2, p. 6-9, set. 2012.

_____. O sertão formal da política brasileira de conservação da natureza. In: **Revista Brasileira de Ciência Política**. Brasília, n. 20, maio-agosto de 2016, p. 165-204.

_____; OLIVEIRA, Rogério Ribeiro de; DIAS, Marcia Cristina de O. Plantas exóticas, populações nativas: humanos e não humanos na paisagem de uma UC de Proteção Integral. In: **Tessituras**. Pelotas: UFPEL, v. 3, n. 1, p. 121-153, jan/jun. 2015.

_____; BERCK, Dean Eric; OLIVEIRA, Rogério Ribeiro de. A caça em uma floresta urbana: integrando pessoas, animais e paisagem. In: BEVILAQUA, C. B.; VELDEN, F. V. **Parentes, vítimas, sujeitos**: perspectivas antropológicas sobre relações entre humanos e animais. Curitiba: UFPR; São Carlos: Edufscar, 2016.

FRANCO, José Luiz de A.; DRUMMOND, José Augusto. Armando Magalhães Corrêa: gente e natureza de um Sertão quase metropolitano. In: **História, Ciência e Saúde, Manguinhos**. Rio de Janeiro, v.12, n. 3, p. 1033-1059, set-dez. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v12n3/22.pdf>>. Acesso em 03 ago. 2017.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do Discurso**. 5ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999. 80 p.

FUNBIO. **Termo de Referência Nº 01/2011**. Disponível em: <<http://www.funbio.org.br/wp-content/uploads/2012/05/TdR-n%C2%BA-20110302174043107.pdf>>. Acesso em 14 jul. 2017.

FURNAS 2016. **Energia Furnas 2016**. Subestações. Disponível em: <<http://www.furnas.com.br/hotsites/EnergiaFurnas2016/subestacoes.html>>. Acesso em 27 mai. 2017.

G1. IMAGENS mostram plantações ilegais de banana em parque ambiental no Rio. 2011. **G1**, 27 de maio de 2011. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2011/05/imagens-mostram-plantacao-ilegal-de-bananas-em-parque-ambiental-no-rio.html>>. Acesso em: 16 mai. 2017.

GARCIA, José Luis. **Antropologia del territorio**. Bogotá: Taller de Ediciones, 1976. 353 p.

GODELIER, Maurice. **Lo ideal y lo material: pensamiento, economías, sociedades**. Madrid: Taurus humanidades, 1989. 309 p.

HAESBAERT, Rogério. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, Milton (et al). **Território, territórios: ensaio sobre o ordenamento territorial**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, p. 43-71, 2002.

_____. **Territórios alternativos**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2006. 173 p.

_____. Território e multiterritorialidade: um debate. In: **GEOgraphia**. Niterói, v. 9, n. 17, p. 19-45, 2007a. Disponível em: <<http://www.geographia.uff.br/index.php/geographia/article/view/213/205>>. Acesso em 03 ago. 2017.

_____. **El mito da desterritorialización: del “fin de los territorios” a la multiterritorialidad**. 3ª ed. rev. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007b. 400 p.

_____. Região numa “constelação de conceitos”: espaço, território e região. In: **Regional-Global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 157-179, 2010.

_____. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 6ª ed. rev. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. 396 p.

HEREDIA, Beatriz Maria A. de. Região, regiões: visões e classificações do espaço social. In: ESTERCI; N.,FRY; P.GOLDENBERG, M. **Fazendo antropologia no Brasil**. Rio de Janeiro: DP&A, p. 167-188, 2001.

HOLZER, Werther. Uma discussão fenomenológica sobre os conceitos de paisagem e lugar, território e meio ambiente. **Território**, ano II, n. 3, p.77-85, jul-dez.1997.

INGOLD, Tim. **The perception of the environment: essays in livelihood, dwelling and skill**. London: Routledge, 2000. 465 p.

_____. Sobre a distinção entre evolução e história. In: **Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia e Ciência Política**. Niterói, n. 1, p. 17-36, jan-jun 2006.

ISTO É. **Na trilha do Rio**, por Flávia Ribeiro, 31 de outubro de 2013. Disponível em: <http://istoe.com.br/332497_NA+TRILHA+DO+RIO/>. Acesso em 22 jul. 2017.

LARRÈRE, Catherine e LARRÈRE, Raphael. **Do bom uso da natureza**: para uma filosofia do meio ambiente. Lisboa, Instituto Piaget, 1997. 246 p.

MACHADO, Luis Osório. Limites e fronteiras: da alta diplomacia aos círculos da ilegalidade. In: **Revista Território**. Rio de Janeiro, ano V, n. 88, p. 7-23, jan-jun, 2000. Disponível em: <http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/08_6_lia_osorio.pdf>. Acesso em 03 ago. 2017.

MADERUELO, Javier. El paisaje urbano. En: Estudios geográficos. Madri:Universidad de Alcalá, v. 71, n. 269, p. 575-600, 2010.

MATHEWSON, Kent e SEEMANN, Jorn. A geografia histórico-cultural da Escola de Berkeley. In: **Varia História**. Belo Horizonte, v. 24, n. 39, p. 71-85, jan/jun, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/vh/v24n39/a04v24n39.pdf>>. Acesso em 03 ago. 2017.

MESQUITA, Beto. **Trilha transcarioca**: guia de bolso. Rio de Janeiro: Bambalaio, 2016. 100 p.

MUSUMECI, Leonarda. **Pequena produção da agricultura**: o caso dos hortigranjeiros no estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, IPE/INPES, 1986. 232 p.

NORA, Pierre et al. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: **Projeto História**. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História. São Paulo: Ed. PUC-SP, v. 10, p. 7-28, 1993.

O ECO. **TRILHA TRANSCARIOCA**: da ideia ao grande mutirão para sinalizá-la. 13 de setembro de 2014. Dados disponíveis em: <<http://www.oeco.org.br/blogs/blog-do-wikiparques/28641-trilha-transcarioca-da-ideia-ao-grande-mutirao-para-sinaliza-la/>>. Acesso em 20 mai. 2017.

O GLOBO. **PRODUTORES RURAIS** do Rio tentam sobreviver à falta de incentivos. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/produtores-rurais-do-rio-tentam-sobreviver-falta-de-incentivos-9021943>>. Acesso em 16 mai. 2017.

OLIVEIRA, Rogério Ribeiro de. Mata atlântica, paleoterritórios e história ambiental. In: **Ambiente & Sociedade**. Campinas, v. 10, n. 2, p. 11-23, jul-dez 2007.

_____. Os cenários da paisagem. In: **As marcas do homem na floresta**: história ambiental de um trecho urbano de mata atlântica. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, p. 23-33, 2010.

_____. História da paisagem e paisagens sem história: a presença humana na Floresta Atlântica do Sudeste Brasileiro. In: **Revista Esboços**. Florianópolis, v. 18, n. 25, p. 9-31, 2011.

_____. Fruto da terra e do trabalho humano: paleoterritórios e diversidade da Mata Atlântica no sudeste brasileiro. In: **Revista de História Regional**. Ponta Grossa, Paraná: UEPG, v. 20, n. 2, p. 277-299, 2015. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/view/8086/4813>>. Acesso em 03 ago. 2017.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993. 269 p.

_____. E se a representação fosse apenas a invenção da moeda fiduciária do real?. In: **Revista Formação**. v. 2, n. 14, p. 08-13, 2007.

RIO DE JANEIRO. **Decreto Estadual Nº 42.483**, de 27 de maio de 2010. Estabelece diretrizes para o uso público nos parques estaduais administrados pelo instituto estadual do ambiente – INEA e dá outras providências. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/legislacao/Decretos/2010/dec_42483_2010_usopublicoparquesestaduaispeloinea_rj.pdf>. Acesso em 18 mai. 2017.

_____. CAMPO GRANDE e seu alto potencial para o desenvolvimento. 2013. **Multirio**, 27 de dezembro de 2013. Disponível em: <<http://www.multirio.rj.gov.br/index.php/leia/reportagens-artigos/reportagens/630-campo-grande-um-bairro-com-vocacao-empreadora>>. Acesso em 15 mai. 2017.

_____. INEA. **Plano de Manejo do Parque Estadual da Pedra Branca**. Elaborado e aprovado no ano de 2013. Disponível em: <<http://www.femerj.org/wp-content/uploads/Plano-de-manejo-do-Parque-Estadual-da-Pedra-Branca-PEPB-2.pdf>>. Acesso em 03 ago. 2017.

_____. INEA. **Resolução INEA Nº 74**, de 02 de julho de 2013. Aprova o Plano de Manejo do Parque Estadual da Pedra Branca – PEPB. Disponível em: <http://200.20.53.3:8081/cs/groups/public/@inter_pres_aspres/documents/document/zwff/mda5/~edisp/inea_009636.pdf>. Acesso em 10 ago. 2017.

_____. INEA. **Manual de confecção de placas para unidades de conservação**. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <<http://200.20.53.3:8081/cs/groups/public/documents/document/zwew/mdcy/~edisp/inea0072157.pdf>>. Acesso em 18 mai. 2017.

_____. INEA. **Mapa de UCs**. Disponível em <http://www.inea.rj.gov.br/cs/groups/public/@inter_dibap/documents/document/zwew/mtiz/~edisp/inea0123058.pdf>. Acesso em 16 mai. 2017.

_____. Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro. **Decreto Municipal nº 43.272**, de 6 de junho de 2017. Reconhece e denomina a Trilha Transcarioca e dá outras providências. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a1/rj/r/rio-de-janeiro/decreto/2017/4328/43272/decreto-n-43272-2017-reconhece-e-denomina-a-trilha-transcarioca-e-da-outras-providencias>>. Acesso em 12 jun. 2017.

RISSO, Luciene Cristina. Paisagens e cultura: uma reflexão teórica a partir do estudo de uma comunidade amazônica. In: **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro: UERJ, n., 23, p. 67-76, jan/jun 2008.

RUIZ, Adi Estela L.; OLIVEIRA, Rogério Ribeiro de.; SOLÓRZANO, Alexandro. Buscando la historia en los bosques: el papel de los macrovestigios y de la vegetación en la Mata Atlántica. In: **Fronteiras**. Goiás: Centro Universitário de Anápolis, v. 6, n.1, p. 163-182, jan/abr 2017.

SANTILLI, Juliana. Conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade: Elementos para a construção de um regime jurídico sui generis de proteção. In: **II Encontro da ANPPAS**, 2004, São Paulo. Encontro anual. Encontro 2, 2004. Disponível em <http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT08/juliana_santilli.pdf>. Acesso em 03 ago. 2017.

_____. **Socioambientalismo e novos direitos**: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural. São Paulo: Editora Peirópolis, 2005. 303 p.

SANTOS, Milton. O retorno do território. En: OSAL: **Observatório Social de América Latina**. Año 6 no. 16 (jun. 2005). Buenos Aires: CLACSO, 2005. Disponível em <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16Santos.pdf>>. Acesso em 12 jan. 2016.

_____. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo. Edusp, 2006. 259 p.

_____. O dinheiro e o território. In: SANTOS, Milton e BECKER, Bertha K. (Org). **Território, territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro. 3ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, p. 13-21, 2007.

SARMENTO, Carlos Eduardo. Pelas veredas da capital: Magalhães Corrêa e a invenção formal do Sertão Carioca. In: ANPUH – VII ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, 1998, Rio de Janeiro. **Anais: VII Encontro Regional de História**, Rio de Janeiro: CPDOC, 1998. 25 p. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/1094.pdf>. Acesso em 03 ago. 2017.

SAUER, Carl O. A morfologia da paisagem. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, p. 12-73, 1998.

SCHAMA, Simon. **Paisagem e memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, 652 p.

SCHNEIDER, Sérgio. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo. Vol. 18, n. 51 (fev. 2003), p. 99-122, 2003.

SIMMEL, Georg. **A Filosofia da Paisagem**. Covilhã: LusoSofia, 2009. 18 p.

SOUZA, Candice Vidal e. O Sertão amansado. In: **Sociedade e Cultura**, v.. 13, n. 1, p. 101-110, Goiânia, jan-jun 2010.

STEENBOCK, Walter e VEZZANI, Fabiane M. **Agrofloresta**: aprendendo a produzir com a natureza. Curitiba: Fabiane Machado Vezzani, 2013. 148p.

TRILHA TRANSCARIOCA. Dados disponíveis em: <<http://trilhitranscarioca.com.br/quem-somos/>>. Acesso em 22 jul. 2017.

VIEIRA, Daniel de Souza L. Paisagem e modernidade: os olhares sobre o Recife nos anos 1920. In: ANPUH – XXII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2003, João Pessoa. **Anais: História, acontecimento e narrativa**. Paraíba: UFPB, p. 1071-1078, 2003.

VIEIRA, Lucimar de Fátima dos S. **A valorização da beleza cênica da paisagem do bioma Pampa do Rio Grande do Sul**: proposição conceitual e metodológica. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2014.

ANEXOS

Anexo A – Cordel escrito pelo griô Pingo, filho de Dona Astrogilda

Lamento Quilombola: A Historia da Formação do Quilombo Cafundá Astrogilda

Contada em cordel pelo Relato Histórico de Nosso Griô Pingo

Passaram 126 anos	Seu Celso e Dona Astrogilda
Já não se ouve mais	Dentro da comunidade
O assovio do açoite	Fundaram um centro espírita
Nem o tilintar dos grilhões	Para fazer caridade
Sons que por muitos anos	Não cobravam um centavo
Atormentaram corações	Pelas curas que faziam
Sois livres, partam!	Ela com os Orixás
Curem as suas feridas	Ele com homeopatia
Esqueçam o horror da senzala	Como o caçula da família
Reconstruam suas vidas	Tenho a maior devoção
Os negros desnorteados	Mantenho o altar dos santos
Libertos enfim dos seus nós	Preservando a tradição
Ocuparam uma imensa áreas	Aprendi muito com eles
Os ermos dos cafundós	Histórias lindas ouvi
Foi ali que em pouco tempo	Sobre os que já eram mortos
Começaram a surgir	Mas muitos eu conheci
Vários núcleos familiares	Bibiano, Antônio Virgulino
Que contarei a seguir	Nonô Cárdia e Sinô
Cafundá, Morro Redondo	Joaquim Querozene, Vico Pereira
Eram os maiores que tinha	Chico da Chácara e Nonô
Também o Sítio das Moças	Nessas terras nós nascemos
E a Toca da Farinha	Vivemos com abundância
Era nessa famosa toca	Hoje somos ameaçados
Que os escravos foliões	Pelo fantasma da ganância
Quando deixavam o trabalho	Senhores governantes
Faziam reuniões	Controlem seu egoísmo
O núcleo do Cafundá	Nos tirar da nossa Terra
Fundado por meu avô	Pra dar ao capitalismo.
Se destacou bem depressa	Reconheçam Nosso Quilombo
Como o maior produtor	E nos deixem ajudar
Nesse núcleo em pouco tempo	Nós que nascemos aqui
Com as famílias unidas	É que sabemos preservar;
Um casal se destacou	“Pingo Mesquita agosto 2014”
Seu Celso e Dona Astrogilda	



TERMO DE ADOÇÃO DE TRILHAS
Parque Estadual da Pedra Branca (PEPB)

Pelo presente TERMO DE ADOÇÃO DE TRILHAS, tendo como base o Decreto 42.483/2010, que orienta o estímulo a serviços e atividades desenvolvidas por voluntários nos parques estaduais administrados pelo INEA, e subsidiado pelo Plano de Manejo do PEPB (INEA, 2012), o grupo _____ inscrito no CNPJ sob o nº _____ (caso tenha), sediado no _____ (endereço da empresa/ associação sem fins lucrativos), nesse ato representado(a) pelo Sr(a). _____, portador(a) do CPF _____, adota o trecho _____ (coordenada inicial: _____ coordenada final: _____) no PEPB, de acordo com a metodologia empregada pela equipe de uso público do PEPB/ Mosaico Carioca, e, assim, assume os seguintes compromissos:

1. Apresentar um planejamento do manejo do trecho adotado, a ser avaliado pela equipe de uso público do PEPB;
2. Realizar as ações de manutenção, manejo e sinalização do trecho adotado;
3. Contar, obrigatoriamente, com lideranças capacitadas em oficinas de manejo reconhecidas pelo Mosaico Carioca;
3. Realizar o mínimo de 04 mutirões/ano no trecho adotado;
4. Relatar sempre todas as atividades realizadas pelo grupo no trecho através de fichas de controle de manutenção, as quais deverão ser levadas para campo e encaminhadas posteriormente para a equipe de uso público do PEPB.

Como contrapartida, a equipe de uso público do PEPB deverá:

1. Realizar periodicamente cursos de capacitação de manejo e sinalização de trilha para as lideranças dos grupos;
2. Supervisionar o trabalho realizado pelo grupo;





3. Disponibilizar as fichas de manutenção;
4. Disponibilizar, se necessário, ferramentas e equipamentos para o manejo.

O presente TERMO DE ADOÇÃO tem prazo de 1 ano, podendo ser renovado, conforme acordo mútuo.

O não cumprimento dos compromissos, sem justificativas factíveis, incorrerá em perda da parceria entre o grupo adotante e o PEPB.

Poderá, dependendo dos recursos disponíveis, haver uma placa da instituição parceira para divulgar a adoção do trecho no PEPB.

Rio de Janeiro, ____ de ____ de 2016.

Andrei Veiga
Chefe do Parque Estadual da Pedra Branca

(Líder do Grupo)

